

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO DE DESPORTOS – CDS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA – LICENCIATURA – DEF**

THOMÉ MENDES RIBEIRO BISNETO

**EPISTEMOLOGIA, ESTRUTURALISMO e EDUCAÇÃO FÍSICA:
Da possibilidade da Abordagem Estruturalista a Uma concepção Epistemológica em
Educação Física
- Episteme, Corpo e Estrutura -**

**FLORIANÓPOLIS, SC
2018**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO DE DESPORTOS - CDS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA - LICENCIATURA – DEF**

**EPISTEMOLOGIA, ESTRUTURALISMO e EDUCAÇÃO FÍSICA:
Da possibilidade da Abordagem Estruturalista a Uma concepção Epistemológica em
Educação Física
- Episteme, Corpo e Estrutura -**

Trabalho de Conclusão de Curso, elaborado por
Thomé Mendes Ribeiro Bisneto, apresentado como
exigência parcial para a obtenção do grau de
Licenciado em Educação Física. Orientação: Prof.
Dr. Carlos Luiz Cardoso
Coorientação: Prof. Dr. Jaison José Bassani.

FLORIANÓPOLIS

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA – Habilitação: Licenciatura

Termo de Aprovação

A Comissão Examinadora abaixo assinada aprova o Trabalho de Conclusão de Curso,

EPISTEMOLOGIA, ESTRUTURALISMO e EDUCAÇÃO FÍSICA:
Da possibilidade da Abordagem Estruturalista a Uma concepção Epistemológica em
Educação Física- Episteme, Corpo e Estrutura

Elaborado por

THOMÉ MENDES RIBEIRO BISNETO

Como pré-requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Educação Física
Comissão Examinadora – Banca

Orientador - Prof. Dr. Carlos Luiz Cardoso - CDS/UFSC

Coorientador – Prof. Dr. Jaison José Bassani - CDS/UFSC

Membro – Profª. Drª. Carolina Fernandes da Silva - CDS/UFSC

Membro – Prof. Ms. Artur Gomes de Souza – PPGE/CED/UFSC

Florianópolis, SC., 28 de novembro de 2018

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por precursores da minha existência. Enquanto conhecimento, meu caro interlocutor e exemplo de erudição e figura paterna, Dr. Nelson dos Santos Mendes e enquanto coragem e iniciativa, minha cara figura materna, Salety Patrício Mendes. Aos meus fraternos, por companheiros iniciais de vida e experiência, Dr. Nelson Barros Mendes Neto, irmão e ingressador desse autor na academia das idéias (Filosofia), e Dra. Rita dos Santos Mendes, irmã querida e exemplo de audácia propositiva e elegância competente.

Aos meus bichos todos, que em quaisquer das fases da minha vida, me foram espelho de sabedoria e viver humilde.

Aos meus mestres, por tudo que me concederam de aprendizado – pelos bons ou questionáveis exemplos.

Em especial, um agradecimento aos professores Dr. Calos Luiz Cardoso e Dra. Carolina Fernandes, mais do que orientadores, amigos e discutidores das querelas do saber complexo da Educação Física – pela percepção e pela história. Caramente agradecido ao amigo e mestre Artur Gomes de Souza, não menor interlocutor pra essas considerações.

Inolvidáveis, meu agradecimento aos mestres Dr. Edgar Mattiello Júnior, Dr. Paulo Ricardo do Canto Capella e Dr. Francisco Emílio Medeiros, que me iniciaram no contato com atuação social e a messe de ser um professor de atitude humana. Minha estima e gratidão, indubitavelmente, aos caríssimos mestres Dr. Jaison José Bassani e Dr. Rogério Pereira, os quais primeiramente me proveram de arcabouço pras discussões e particularidades da seara em que esse trabalho seria empreendido – bem como, me iniciaram no experienciar do ser monitor, protagonizando o *avant-première* do ser *professor*.

Ao caro mestre, Dr. Márcio Roberto Voigt, grande amigo e historiógrafo, que depositou de sua credibilidade em um inusitado candidato a messe historiográfica e em cujas discussões e oportunidades, me pôde brindar com a experiência de mergulhar no conhecer complexo da História. Aproveitando a messe, aos meus amigos todos, que embora poucos, tenho tido como contatar e perceber sempre comigo.

Não por último, apenas por mais importante, como o acabamento à obra, meu agradecimento e dedicação a minha fundamental esposa Indaiá Demarchi Klein, mais que interlocutora, digladiadora do saber e companheira, exímia historiógrafa; e aos meus filhos, por ordem de chegada (mas não de estima, essa pois que em igualdade), Amora Victhória e Theodoro, pequenas sementes de realização. E, finalmente, ao grande camarada e companheiro indubitável de patas e pêlos, Bob Djobli – meu psicólogo silente e rememorador do essencial.

EPÍGRAFE

Aos companheiros mais fiéis, afetivos e amigos que podemos ter, que do alto de nossa sofisticação, ainda nos fazem lembrar o que de fato somos: essencialmente animais. Por todos os que estiveram, estão e estarão em nossas trajetórias, sob as mais variadas formas (e de que, muito particularmente, desfruto de uma canina parceria numa dessas possibilidades), que não nos esqueçamos, que muito do corporal que estudamos, provém de sua comparação, antítese ou científica contribuição, dessas existências de tais parceiros de jornada existencial por sobre a Terra.

Como nos relembra Walter Benjamin, ponderando acerca de que cada documento de civilização é também documento de barbárie, saibamos realizar que dentro de cada um de nós há feras, e isso não nos torna melhores ou piores na essência, mas faz com que demandemos de como administrar de nossas capacidades e impulsos, pra melhor procedermos na vida em sociedade.

E decorrente disso, da responsabilidade que temos para com o registro e a empreitada da produção da vida e das percepções humanas.

RESUMO

A presente monografia de Licenciatura em Educação Física, versa acerca dos conceitos de episteme e sua prospecção, a trajetória histórica do corpo no conhecimento e das políticas estabelecidas por esse, e as imbrica com a possibilidade de um flerte com a corrente filosófica do Estruturalismo (teoria linguística fundada por Ferdinand Saussure, nas primeiras décadas do século XX), a partir da messe de chegada a uma resposta à questão da possibilidade – ou não – de uma aproximação entre estas duas searas do conhecimento (uma abordagem de Estruturalismo em Educação Física). Elenca-se para esse proceder, os conceitos de arqueologia do conhecimento e análise do discurso de Michel de Foucault e de gosto e *habitus* de Pierre Bourdieu; bem como as noções estruturais da teoria de Claude Levi-Strauss, Jacques Lacan, Jean Piaget e Paul Ricoeur (com vulto), além de demais autores debruçados a prospecção da percepção e da construção do conhecimento (como Thomas Kuhn, Maurice Merleau-Ponty e Raymond Williams), e mais especificamente na Educação Física, da remissão teórica em circuito nacional (produção científica brasileira) acerca das epistemologias Crítico-Emancipatória (de Elenor Kunz), e Crítico-Superadora (do Coletivo de Autores), rumando a possibilidade de esboçar-se de uma proposição científica a partir dessas colocações pregressas.

PALAVRAS-CHAVE: EPISTEME; EPISTEMOLOGIA; EDUCAÇÃO FÍSICA; ESTRUTURALISMO

ABSTRACT

The present monograph of Degree in Physical Education deals with the concepts of episteme and its prospection, the historical trajectory of the body in the knowledge and the policies established by it, and the imbrica with the possibility of a flirtation with the philosophical current of Structuralism linguistic theory founded by Ferdinand Saussure in the first decades of the twentieth century), starting from the arrival of a response to the question of the possibility - or not - of an approximation between these two fields of knowledge (an approach of Structuralism in Physical Education). The concepts of archeology of knowledge and analysis of the discourse of Michel de Foucault and taste and *habitus* of Pierre Bourdieu are summarized for this purpose; as well as the structural notions of the theory of Claude Levi-Strauss, Jacques Lacan, Jean Piaget and Paul Ricoeur (with figure), as well as other authors exploring the perception and construction of knowledge (such as Thomas Kuhn, Maurice Merleau-Ponty and Raymond Williams), and more specifically in Physical Education, of the theoretical remission in a national circuit (Brazilian scientific production) about the Critical-Emancipatory (Elenor Kunz) and Critical-Overlap Epistemologies (from the Collective of Authors), with the possibility of sketching a scientific proposition based on these prior positions.

KEYWORDS: EPISTEME; EPISTEMOLOGY; PHYSICAL EDUCATION; STRUCTURALISM.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
Primeira Parte - <i>Paradéikinum</i> - Contornos de uma estrutura em Esboço	20
1.1 Uma breve trajetória epistêmica dos conceitos no paradigma helenístico	25
1.2 Política como Conhecimento	31
1.2.1 Razão e Civilização	38
1.2.2 Ordem e Progresso	50
1.3 Das Instrumentais Razões do Império ao Império das Razões Instrumentais: Duas Críticas	61
1.4 Conhecimento como Política	68
1.4.1 Uma Questão Cartesiana de Percepção e Experimento na episteme: o lugar do Ser no corpo e a distância do verdadeiro	75
1.5 Considerações de Interstício	83
Segunda Parte: <i>Struere</i> , do Latim, Construir	93
2.1 Ilustres Estruturalistas	95
2.1.1 Definições Intrigantes: as características implicadas no Estruturalismo	99
2.1.2 Considerações Críticas a partir do Estruturalismo: Ricoeur x Levi-Strauss	102
2.2 Um Breve estudo de Caso da Educação Física no Brasil: uma arqueologia de minha formação	107
2.2.1 Epílogo de um Estudo de Caso	117
Terceira Parte: Teoria <i>Non Corporis</i>	123
3.1 Analogias Estruturais em Levi-Strauss para um Método Epistemológico Analítico da Educação Física na Abordagem Estruturalista: uma matriz estrutural de objetivo comunicativo das modalidades	123
3.2 NON CORPORIS de per si - No aspecto da proposição de um Corpolíngua para evitar ambigüações	132
3.2.1 Um Caminho Pela Psicologia	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS	147

INTRODUÇÃO

Bem, estamos aqui de novo. Como começar uma introdução!?! Talvez a melhor maneira, seja por uma coisa básica da introdução de qualquer comunicação: a língua. Martin Buber, um teórico alemão disse, que para começar um diálogo basta abrir uma janela. A língua, então, seria a maior janela de todas, para começar uma comunicação, pois nela estão implícitas as regras, proposições, equivalências, enfim todo um aparato de ferramentas que permite a comunicação dentro da cultura humana. Signos, símbolos, representações e por assim dizer elementos de fato, que permitem que, essa estrutura, aquilo que se possa falar, expressar, registrar, se conforme e constitua num código.

Bom, quando o linguista suíço Ferdinand Saussure propôs no seu Estudo de Linguística Geral (1916), um estudo – um curso, segundo sua proposição - sobre a língua para além de como faziam os filólogos, os etimologistas, de entender o significado das palavras e seu *genus*, seu parentesco (pois é isso que a filologia faz: traçar a família das palavras das línguas), quando ele tentou prover a ciência de um estudo da possibilidade *estrutural* da língua, não podia imaginar o desencadeamento que isso teria para a ciência do século XX, principalmente, no sentido das Ciências Sociais e da Filosofia.

A proposta de Ferdinand Saussure era seguinte: ele percebia que em cada língua, em qualquer lugar, rincão do mundo, o povo primitivo ou atual (por assim dizer), sempre contava com elementos uniformes, onde haviam palavras às quais conectavam, haviam palavras que se opunham, haviam palavras que se equivaliam. Onde a principal regra dentro dessas palavras seria justamente a de *oposição*, pela qual uma palavra não quer dizer a outra (distinção funcional por oposição), e justamente por uma palavra, individualmente, ser diferente da outra, é que se tinha certeza de que aquela uma queria dizer uma função específica e a outra a querer dizer outra função, faziam de sua desambiguação funcional com que somente do construto complementar delas, a frase então tivesse sentido. As oposições eram a primeira noção dentro do estudo linguístico de Saussure, onde a partir daí, outra coisa que ele perceberia, é que a estrutura da língua trabalhava com *significados* e *significantes*. O *significado*, aquilo o que a palavra como *grafema* e *fonema* (sua porção escrita e sua porção pronunciada) queria dizer, era a mensagem contida materialmente, e o *significante* era a porção de *forma* pelo qual a mensagem era contida. Então, por exemplo, quando se escreve *água* – a palavra água, com sua letra inicial a, acento agudo, letra gê, letra u, letra a – é um

significante, agora o sentido do elemento composto mineral líquido – que hidrata e é a fonte da vida de todos os seres orgânicos da face da Terra, que corresponde a 70% da nossa constituição físico-químico-biológica e cobre uma quantidade imensa do planeta Terra – isso seria o *significado*.

Numa noção assim simplista, já dá para perceber para onde se encaminha essa proposição da percepção, de como haveria uma *estrutura* dentro do eixo do funcionamento das línguas, onde o autor também afirmava a seguinte questão: a *estrutura em si* da língua, é o idioma como ele aparece, mas a *estrutura subjacente*, ou seja, o plano de fundo do funcionamento da língua, é um processo lógico sistemático (elemento codificador) que se encontra em todas as línguas do mundo, quase como uma constante, uma uniforme. Então o *idioma chinês* ou *idioma português*, só para ilustrar, são apenas representações em cima de uma estrutura subjacente, onde aquela estrutura do porquê que no português se usa tais letras greco-romanas (tais palavras, tais pronúncias, tais pronomes e tais substantivos), enquanto em chinês, pra começar, se grava os grafemas em ideogramas (e ainda noutros conceitos de conjunção em outras palavras, outras noções), são apenas a forma idiomática, em que a estrutura subjacente de ambas vai trabalhar com oposições, equivalências, conectivos, significados e significantes – sendo isso uma constante. A regra estrutural é uma constante e cabe exemplificar-se-lhe: se um brasileiro perguntar *como te chamas* em português para um chinês, as palavras não farão sentido algum se não houver no repertório desse, algo que possa ser usado como comparativo. Mas no momento em que se descobre que *ni hau mae*, é o equivalente em mandarim a frase *como te chamas*, ambos os cidadãos estarão aptos a procurar na frase recíproca, que nela encontre-se um elemento equivalente em função, ao substantivo (pronome, passando a percepção de sujeito da frase; no caso, o *tu/te*), um elemento equivalente à partícula que faz uma pergunta soar como questionamento (advérbio, a advertir imprecisão, carecendo ser definida; no caso o *como*) e um elemento diferencial que pondere sobre o que especificamente, em ato, se está perguntando (um verbo, que ou outro tópico frasal que permita o enunciado requerer uma resposta; no caso, chamar/chamas), sem olvidar, a entonação das palavras (se no fonema, pronunciado em tom de pergunta) ou no sinal grafado (se escrito; ponto de interrogação). Descobrimo-se as equivalências e oposições, significado e significante são meras alegorias restantes, e o paradigma da frase, fica a cargo de sua função maior (no caso, ser uma pergunta). Ora, trata-se de um *sine qua non*, toda

comunicação passa pela solução, de situações muito similares na conjuntura humana, pois há um elemento comum: o ser humano.

Exemplificações a parte, como era um linguista, a proposta de Saussure parava, mais ou menos, por aí. Mas simultâneo a isso, as Ciências Sociais passavam por uma revolução a década de 20, na França, e Ferdinand Saussure por ser integrante do pensamento francófono (fraternidade entre três povos europeus, os belgas, os próprios franceses e os suíços; esse último do qual, era a pertença de nosso protagonista), acabou influenciando uma escola de pensadores que ali estavam inseridos. Principalmente ao tratar, apesar de não ser seu composto principal, da origem das línguas para afirmar sua teoria estrutural. Começaria assim, a influenciar os então antropólogos, sendo que um dos antropólogos que mais ficaria tocado pela ideia de Ferdinand Saussure, seria o francês Claude Levi-Strauss. Este que, trabalhava numa linha chamada *etnografia* onde procurava fazer um estudo dentro das etnias, dos povos, das populações ao redor do mundo, estabelecendo de como funcionavam os seus costumes, suas convenções, suas representações, suas cosmologias e suas economias, por assim dizer – aqui estabelecendo já oposições que mais à frente serão interessantes para essa argumentação. Levi-Strauss percebeu então, que da noção estrutural encontrada na teoria de Saussure, talvez houvesse proveito para se encontrar uma linha *estrutural do funcionamento das sociedades*, ao redor do mundo, e ao longo do tempo. Isso porque, ao estudar certas sociedades ditas primitivas, anteriores ao estágio neolítico de desenvolvimento (em comparação ao estágio de desenvolvimento da sociedade contemporânea em que estava vivendo a França; sendo estes estágios, construções classificatórias europeias, ressalte-se), Levi-Strauss percebia que por mais que se estivesse sofisticando em torno de tecnologias e avanços tais dentro da sociedade francesa em comparação a certas sociedades – por exemplo, como a que estudara entre os indígenas brasileiros e de outras paragens –, ele percebia que mesmo o francês mais contemporâneo e aqueles povos – que ainda não classificados no contemporâneo, como que numa cápsula do tempo – no mais baixo neolítico, dispunham de caracteres em comum de organização das suas sociedades, baseados em eixos de comunicação, eixos de trocas e eixos de passagem genealógica.

Estabeleceu então, estudo em vários seus livros – como *O Cru e o Cozido* (onde inaugura o uso das oposições complementares, como evidencia no título, em 1964), *Pensamento Selvagem* (1962; ou *La Pensée Sauvage*), e *Antropologia Estrutural* (termo principiado em 1949, em *Estruturas Elementares do Parentesco*, procedendo em obra apenas

em 1958, com o volume I, e em 1973, com o volume II) –, sempre afirmando essa noção estrutural, de trocas, comunicações e oposições. Em que uma das teorias mais interessantes, para destacar, viria justamente dessas comunicações, onde percebia que – e aí já afirmava, trazendo então uma estrutura subjacente da formação das sociedades – na matriz de toda sociedade, da mais moderna e contemporânea até a mais antiga e primitiva, sempre se haveria de encontrar uma *comunicação de mulheres*, uma *comunicação de bens* e uma *comunicação de mensagens*. A começar pelo exemplo da comunicação de *mulheres* (ainda que pareça muito abrupto e objetificante), queria-se explicar a passagem do gene, a passagem pela reprodução das trocas gametofíticas, pela qual todos os povos do mundo, em dado momento, pela observação, perceberam que das mestiçagens, das cruzas entre uma linhagem e outra, se beneficiava que a sociedade conseguisse ter descendentes (proles) mais fortes. Então, em cada sociedade ao longo do tempo, inicialmente, se fez fundamental que se protegesse – claro – as mulheres, como receptáculo da vida, mas igualmente, oportunizando-se que em algum momento se pudesse fazer a passagem dos genes, das mulheres (e dos homens de cada tribo, mas com vulto, as mulheres jovens e férteis), para que com isso se garantisse a fecundidade e a saúde das proles eventuais futuras. E nesse ínterim, mesmo sem comprovação por estudo científico sofisticado, atentava-se a recessividade e o cruzar somente com aqueles da mesma circunscrição social que levava a que os seres perecessem. A comunicação de mulheres, então, era a própria comunicação genealógica, do gene passar adiante em genes diferentes – e na regra da constante verificável, o autor intuía que todas as sociedades do mundo haviam precisado trabalhar com essa possibilidade, senão não teriam chegado a existência atual. Não obstante, a comunicação de mulheres seria um veículo da passagem da reputação: o ato de se ter uma mulher, desdobrava-se no ato de ter uma linhagem, e com isso o conseguir cumprir a função vital e tradicional da passagem de sua hereditariedade. Portanto, um importante marco simbólico de triunfo em, praticamente, todas as sociedades ao longo do tempo.

A outra comunicação, a de *bens*, trabalhava com o mundo do trabalho, e com a noção não apenas patrimonial (como seria uma obsessão dentro de um construto moderno e contemporâneo da Europa), mas principalmente, de como trabalho podia ser trocado por outras qualidades de trabalho, e do produto do trabalho, esse transformado em bens (bens em seu valor de uso, bens em seu valor de troca). Todos os povos do mundo, segundo Levi-Strauss, mesmo não necessariamente econômicos ou comerciais (trabalhando aí um conceito europeu), todos teriam em dado momento que lidar com algum tipo de troca: desde animais,

até utensílios ou até mesmo, conceitos representativos sociais – como é o caso do *kat*, entre os povos das regiões das ilhas da Polinésia, que foram estudados dentro da obra *O Valor Social das Coisas* de Arjun Appadural. Às vezes trocar uma coisa, conforme percebia, era trocar a reputação social e por mais que os povos chamados primitivos fossem considerados incapazes de chegar a esse grau de construto (sofisticação de representação), é um fato que culturalmente, eles conseguiram encontrar soluções, que em muito fazem lembrar construções complexas hodiernas (tais como as nossas, que jactanciosamente, com exclusividade acreditamos ter chegado), equivalendo-se as do dinheiro, a das representações metafóricas do conhecimento, a das alegorias, enfim onde seriam classificadas as representações da grande cultura. E onde há cultura – como numa máxima antropológica –, há representação e onde há representação, há uma estrutura linguística.

A última comunicação, que na verdade antecessora de todas, era comunicação de *mensagens*, uma língua, conceito pelo qual em todos os povos do mundo tinha de se encontrar uma estruturação linguística. Afinal, não há como passar adiante, para além do gene e para além do seu sistema de trocas, qualquer informação, que não seja pela língua e se não houver uma forma de registro, tanto mais a língua tem que ser eficaz, porque provavelmente a matriz de registro haverá de ser oral, e oralidade requer que se tenha muito talento para guardar coisas, resistindo às tentações da memória e os problemas do perecimento no tempo. Esses povos em qualquer circunstância do tempo e mesmo na atualidade, como o antropólogo observaria, conteriam em si traços de uma organização linguística. Bem, por aí já começamos a entender, a proposta, então, de Levi-Strauss: sua linha de estudo dentro da antropologia etnográfica, passaria a se chamar *etnologia*, que seria um estudo da antropologia anterior, segundo as particularidades de sua proposta estrutural.

A proposta estrutural de Ferdinand Saussure, viria a dar sustentáculo para muitas outras interpretações estruturalistas dentro de outras searas da ciência. E por quê? Porque ao desvelar a existência de uma possível estrutura subjacente no funcionamento de todos os eixos do conhecimento, Saussure acabava desvelando que o próprio *conhecimento*, assim como nós o concebemos, é gerado a partir de uma estrutura. Ele é estruturado e é por isso que faz sentido e, em geral, o faz e se organiza a partir de outros conhecimentos. Aproveitando desse elemento estrutural, uma outra conclusão interessante do autor, que haveria de ser revisitada por um dos teóricos que também dariam escopo e teriam aprofundamento no Estruturalismo (epíteto pelo qual a linha filosófica fundada nos estudos de Saussure, se chamaria daí por

seguinte), Michel Foucault, é a seguinte: uma *episteme*, um modelo dentro da frase (que Saussure chama de *paradigma*), o que faz com que a frase funcione dentro do seu sentido de tentar passar uma mensagem. Essa episteme (que num conceito amplo foucaultiano seria a própria consonância geral entre as ciências, que em determinada época as une num estruturar comum de direcionamento das conclusões, a despeito de suas particularidades) ou paradigma então, seria a partícula, a ideia que reúne dentro da estrutura da frase, da mensagem, o próprio receptáculo que resume e reflete o conceito de como funciona todo o eixo estruturante – daquela teoria de mensagem que se passa ali em código, às informações dentro daquele código inserido. Assim, dentro de uma circunstância temporal, a viger no momento como um conhecimento, a forma como os indivíduos dentro da sociedade reputam o que se possa dizer como aquilo que seja o conhecimento (ou pertencente a ele), aquilo seja a forma adequada de se chegar ao conhecimento, seria a episteme vigente (forma ambigua, em que os termos de paradigma e da episteme, na teoria foucaultiana, funcionariam como equivalentes), esse *modelo de episteme* seria o *paradigma*. Para alguns autores, a episteme é o próprio paradigma e para alguns outros autores, paradigma é simplesmente a consagração dentro de uma episteme de um modelo linear que resume a episteme existente naquele momento. Independente de qual fosse a conclusão, Ferdinand Saussure encontrava isso dentro da linguística, assim como Michel Foucault encontrava isso no conhecimento (com vulto, em seu trabalho *Arqueologie du Savoir*, de 1969). Foucault ficaria afamado por trabalhar numa metodologia chamada Arqueogenealogia, complementada pelo conceito de Análise do Discurso, dentro de Arqueologia do Saber então ele procuraria entender, como a episteme do saber de cada época, o conhecimento que havia se estruturado para chegar até a conotação que, atualmente, dispunha.

Parte do que é feito na primeira parte desse trabalho de monografia aqui, vai nesse sentido – trabalhando, mais ou menos, às guizas da arqueogenealogia de Foucault – como foi que se estruturou o conceito de uma episteme, já que o que se propôs investigar aqui, foi a trajetória e funcionamento de uma epistemologia aplicada ao conceito estrutural (ou a estrutura de uma episteme e sua consoante epistemologia), e desta a seara do conhecimento da Educação Física. Então, por essas premissas, se há que se entender parte da episteme e epistemologia, há que se entender, conseqüentemente de sua estrutura, e por excelência, mister fazê-lo no Estruturalismo. Bem como, se há que se entender dessas anteriores, para que se possa entender de Educação e de Física e finalmente da junção de relação Educação Física.

Sendo que por aí, já vamos chegando então, a proposta que estamos aqui, tentando ilustrar: afinal, o que é Educação Física!? Mas mais anteriormente, o que no conhecimento, constitui uma educação!?

Educação é uma coisa que segundo uma metodologia, preconiza-se que leve a que um indivíduo fique educado, instruído, dentro de algum tipo de conhecimento. Mas que conhecimento? Ah! Sempre há de ser aquele conhecimento *ideal*, aquele conhecimento padrão, *standard*, não o conhecimento usual, aquele do senso comum, a *doxa*. Não há de ser o achismo, há que ser o conhecimento desvelado, aquele *verdadeiro*, por assim dizer, num *paradigma*; a verdadeira episteme. Muito bem, então quando nós falamos em educação, implicitamente estamos falando em instruir alguém no conhecimento verdadeiro, no conhecimento que seja aquele que não provém do senso comum. Consequentemente, quando falamos de Física, ainda que estejamos falando de um sem-fim de coisas (posto que a tal da Física pode significar a ciência que estuda a partir de algarismos, de formulações e equações, os funcionamentos em movimento dentro do universo, desde as energias até os corpos e como isso se relaciona dentro do panorama do mundo e com os indivíduos), falamos e remetemos com algum critério, a alguma especificidade.

O estudo da Física, nesse sentido e terminologia, pode remeter a um estudo como o que já se vinha fazendo desde a época helênica, o qual ainda que amplo em acepções, remetia a uma área de estudo que contemplava a porção física da natureza e no sentido corporal, a dimensão física de alguma coisa (como, por exemplo, um choque físico, quando dois corpos se acertam, se agridem), podendo haver também, uma conotação estritamente ligada ao objeto/corpo, este que podendo ser desde o corpo de todos os seres orgânicos dotados de dimensão corporal – que não apenas organismos simples, mas sim complexos e que a partir do seu movimento se pudesse traçar inferências e relações dentro da superfície da Terra (e isto metaforicamente, pois dentro das galáxias e sistemas solares, também existe um movimento e corpos físicos, algo que os gregos apenas poderiam intuir) – mas especificamente, numa lente proximal, aquele do movimento físico humano. Isso porque o sujeito a ser estudado consoante ao objeto nessa monografia, há aqui de se ver, será então o humano, posto que é do interesse humano desvelar aquilo que sejam fenômenos das características da sua esfera de possibilidades. Quer no conhecimento do corpo, quer no corpo do conhecimento.

Ora, se a palavra é ampla, então quando nós falamos em Educação Física, o que é que nos leva a acreditar – diretamente – que seja especificamente uma educação que sirva a

estudar os fenômenos do corpo humano dentro das suas possibilidades enquanto objeto e nas suas dimensionalidades enquanto sujeitos!? Certamente, o que nos leva a saber disso, desambiguadamente, em relação as outras interpretações *físicas* é a consideração destes termos no balanço de sentidos da *episteme* a viger no momento. Ou seja, há que se estar inserido no funcionamento da convenção que explica a *educação*, que é um termo amplo, e o que é *física*, outro termo amplo, mas mais que isso estar-se atentos ao fato de que quando se reúne os termos em forma de Educação Física (ao invés apenas de somar os dois conceitos), tem-se um terceiro conceito específico, dentro do nicho de suas próprias características.

É assim que as línguas se comportam, é por isso que estudar episteme, estudar epistemologia, passa por estudar a estrutura da língua, o que não constitui superfluosidade ou estudo inócuo – não trata-se aqui de um colóquio para trazer novas prolixidades, verborragias. Não, de forma alguma! É simplesmente atentar ao fato, que existe uma complexidade de como se estrutura a convenção de como o conhecimento chegou até aqui, e que passa por uma (a) estrutura – que não localizada na língua, se alguns quiserem ser preciosistas – processual (como fariam os materialistas históricos) ou perceptual (como fariam os fenomenólogos), mas sempre a partir de uma estrutura. Na Fenomenologia, como se observará adiante, mais afeita ao sujeito. Na corrente materialística dialética, mais afeita ao processo da economia, a circunstância das classes, enfim sempre há uma estrutura. Sendo que nesse sentido, por exemplo, Marx falaria de *superestrutural*, ou *sobre-estrutura*, como sendo a parte correspondente àquela porção da estrutura institucional, que recaía com força determinante por sobre as estruturas inferiores, que eram os indivíduos e coisas, em reunião abaixo do circuito institucional da sociedade. Enquanto que, na Fenomenologia, a principal estrutura a considerar, seria a dos eixos da percepção, sejam eles [o] da psiquê como Charles Peirce – que assim os estudaria na constituição do *representâmen*, formando o signo, símbolo, na sua tríade de formar então aí, aquela noção de *representação significante*, que vai ser a base, por exemplo, de um conceito como da *cultura corporal de movimento* de Mauro Betti, teórico brasileiro – sejam eles, como num sucedâneo estrutural da investigação da percepção, na noção utilizada por Maurice Merleau-Ponty – com base em seus estudos da Dióptrica de René Descartes, em o Olhar do Espírito (1960), ou principalmente, do *Dasein*, o ser-aí, de Heidegger – levando-se a deduzir que para compreender da estrutura principal que leva o indivíduo ao seu eixo de percepção, antes de mais nada (posto que já se foi tanto considerado o intelecto como despegado do mundo e de sua essência corporal), há que se entender a divisa

que o situa no espaço e o aproxima e repele, permite comunicar-se e afasta a comunicação, ao que há de verdadeiro na realidade: o corpo!

Afinal, considerando a primeira dimensão ontológica, que nos situa no Universo, o corpo, para ter *homem-mundo*, por antecedente, há de ter o *ser-aí*, e o *ser-aí* é um corpo que abriga em si a mente, é a dimensão do que a mente seja, que é em tanta medida aquilo que o seu corpo permite ser (e nisso que Réne Decartes converge para o pensamento de Heidegger), e com isso se pode chegar a teoria existencialista fenomenológica de Maurice Merleau-Ponty.

Enfim, como bem-fadada ou mal-fadadamente se tentou explicar, estruturas estão em tudo. Pode se não as estudar enquanto língua, mas há que se entender que torná-las estudáveis enquanto língua, é tanto mais didático, porque as línguas, assim como outras convenções da cultura, estão transversalizadas na formação dos indivíduos, elas que são instituições que objetivamente se acarretam dentro dos objetos, dos sujeitos. A essa teoria podemos emprestar, nesse ínterim, a colaboração da interpretação de outro teórico que também flertou com o estruturalismo, Pierre Bourdieu, o qual vai falar do *habitus* e no conceito desse *habitus*, vai explicar de instituições internalizadas pelos sujeitos como dimensão objetiva do mundo em que estão inseridos, da família e da sociedade. De tal modo, nós carregamos dentro de nós uma série de interferências que vão acabar se conjuminando àquilo que sejam as nossas tais propriocepções – percepções que alguns estudiosos mais puristas, vão tentar encontrar numa parte anterior a essas interferências, como fariam na Psicologia de Husserl e Lacan ou na Psicanálise de Freud – mas que na prática, nas Ciências Sociais, já são noções trabalhadas como esse eixo entremeado, intrincado onde o indivíduo já é inferido dessas forças – bem como do processo que o sucede economicamente e assim como das percepções que o eivam – a partir de um corpo a inferir na mente (respostas individuais), e da mente a inferir no corpo (intelecções e disposições culturais).

Religar o institucional do *habitus* no indivíduo é entender, enquanto língua também, o indivíduo, porque também esse indivíduo está no habitué de uma língua como parte do *habitus*, que o permite ser com a conotação daquilo que se entende como sendo. Em outras palavras, nós não sabemos quem nós somos, nem enquanto educadores físicos, nem enquanto sujeitos, até que se nos chamam pelo nome, até que se nos dão um epíteto e assim que nós passamos a fazer sentido, e isso é uma dimensão linguística, porque uma parte de nós é o que nós somos de fato, por assim dizer, *substanciais* (usando aí o termo de Elenor Kunz, teórico brasileiro da Epistemologia Crítico-Emancipatória), mas uma parte de nós é *informação* –

essa nossa dimensão cultural, pela qual Marcel Mauss (antropólogo francês), se estiver correto, o ser humano é um ser *cultural*, até mesmo no seu *movimentar* – donde nós só poderemos dar conta de entender como o humano se movimenta, entendendo a cultura que nele ali está implícita. Uma vez que, já não é mais, simplesmente o movimento, mas o que aquele movimento *representa* dentro da circunstância da *informação* que o faz ter as características que tem e da informação que vai passar a partir da manifestação daquele movimento. É por isso que o caminhar do macaco tem uma característica e o caminhar do ser humano tem outra, por que é culturalizado.

Segundo isso, nessa dimensão, informação do nosso corpo é o objetivo dessa investigação, entendendo-o enquanto língua, entendendo-o, enquanto estrutura subjacente, procurando aqui, como se verá no final do trabalho, os negativos dos movimentos - não o movimento negativo, e sim como num princípio de homeopatia. Qual é a tensão, o ressaibo, o resquício do movimento que fica do ato de movimentar-se, dos sujeitos, assim como a própria tensão antecessora que leva que se movimente, que é o próprio necessário ao substrato da vida levando aqui, do nascer, a que a ontologia já nos leve a uma tensão em movimento perpétuo que só cessa com a morte – essa que sujeita que tenhamos que nos mover, para prover a reprodução, para prover a nossa proteção e sustento, para prover, enfim, as nossas saciedades. Esse ato da investigação vai passar então pelo *corpoinformação*, que aqui nós chamaremos no conceito de *corpolíngua* e suas tensões reflexas da teoria *Non Corporis*.

Espero ter sido um pouco claro nas minhas colocações. Para que se entenda, a língua é determinante para compreender em que ponto estamos, e por quê de a Educação Física estar com as características que se encontra. Porque que passa, por exemplo, por entender de quando um pai ao ouvir que o filho vai fazer algo na área da (termo) Educação, ficar apreensivo, ao saber do estado atual da educação, essa depauperada, explorada, onde professores se encontram acusados de uma série de infâmias e de estarem promovendo aí, orientações políticas ao invés de ensinarem o conhecimento – como se diz epistêmico, por excelência. De onde surgem tais interpretações !? Ou ainda mais marcante, quando um filho fala que vai fazer (termo) Educação (mais termo) Física, aí tanto mais um desespero lhe bate, porque entra a conotação de que o filho vai ser alguém das insignificantes searas daspráticas corporais do conhecimento!? Alguém como diria Jessé Souza (sociólogo brasileiro), mais corporalizado, uma mente mais corporalizada, portanto, pejorativamente, alguém mais obtuso!? De onde vêm estas acepções, que fazem na língua e suas conjugações terminológicas

repercutirem no emocional e no âmago do entendimento dos indivíduos!? Língua, sentido, significado. Uma operação de conhecimento.

Entender a dimensão linguística, é entender o processo da percepção individual e a própria interligação da estrutura subjacente que leva que um termo, terminologicamente, tenha o sentido que tem, e por que, que a Educação Física se encontra com a característica que se encontra (com uma pecha de certa questionabilidade entre as demais ciências). Tanto mais saibamos, não é pejoratividade nenhuma ser *corporal*, isto só o é, se assim entendemos em trajetórias epistêmicas que houve uma – engendradamente promovida – vitória da Razão (em um modelo muito circunspecto de *ratio*, como se poderá observar ao longo da messe monográfica), essa uma, a razão, que se sobrepôs ao corpo, e dela a mente se sobrepondo por ser um veículo que lhe permite (a razão) por sobre o corpo. E aí o corpo, subjugado, eis que devolvido, então, ao seu lugar de vasilhame.

Se nós entendemos que isso é uma construção epistêmica, uma moda, uma vigência, segundo certas conveniências, e que lá atrás, indivíduos que foram decanos arquétipos do pensamento ocidental, como os gregos, lidaram bem com o conceito de cosmologia, onde o corpolidava com a mesma dimensão da reputação que a mente – por tratar-se do mundo que entendia as coisas mais *metafisicamente*, do que meramente *fisicamente* – nós vamos entender que o estado atual de se ver que um profissional de Educação Física ou um professor de Educação Física, tendo a reputação que tem, tendo o enquadramento social epistêmico que tem, nada mais é, do que o rebote dessa perniciosa e artificialmente tolerada construção.

É fundamental entender-se, por conseguinte, linguisticamente as coisas, não só no seu sentido da expressão – como em Saussure –, de *parole*, (essa que é a noção do que palavra quis dizer em cada época, trajetória desse sentido, chegado até nós assim como a tradição), mas no seu sentido de *langue*, que a dimensão sincrônica do tempo em contraposição a *parole*, que a dimensão diacrônica histórica. Para mais dos arranjos ocasionais, temos de entender que existe uma estrutura subjacente, cujos arranjos ocasionais não explicam, e onde só funcionam como manifestação por sobre, uma estrutura por sobre uma estrutura subjacente. A essa estrutura subjacente, enquanto *langue*, enquanto dimensão sincrônica que caiba entender, é que interessa ir buscar e averiguar: o que nós poderemos fazer atualmente com a episteme de agora, desvelando a partir da revelação destes conhecimentos, artificialidade dessa estrutura perniciosa, como nós podemos mudá-la, recuperando nossa reputação enquanto educadores físicos e a dimensão de um conhecimento de *física* que não

mais seja aquela *física consagrada* na *modernidade*, onde a razão impera, mas a Física, *phísiceis* que os gregos possuíam que estudava fenômenos da Razão, do *Logos*, do *Pathos*, do Corpo e de todas as dimensões do sufixo de conhecimento que aquela episteme vasta possuía. E que, em tempo, o pragmatismo político do conhecimento moderno, fez consagrar à Era Contemporânea, como sendo uma pequena caixa dentro de uma prateleira. É assim que nós vamos nos reaver de nós mesmos, e finalmente, talvez, olharmos como nós fomos deturpados até chegarmos aqui e como produtos de uma série de conclusões. Não há pejoratividade nenhuma em ser um educador físico, mas para isso há que se entender como foi que nós chegamos a ser, epistemicamente, uma Educação Física. A teoria linguística começa seu passeio por aí.

Obrigado pela Atenção!

Primeira Parte- *Paradéikinum*- Contornos de uma estrutura em Esboço

Apenas algumas observações pregressas

Proceder um trabalho em Educação Física, é reputar, segundo a complexidade dessa seara do conhecimento, que há do corpo presente em cada momento da história. Mais do que isso, que compreender a história passa pelo corpo, sua compreensão e inteiração pelo tempo e por diferentes espaços. Isto posto, há que se considerar a recíproca verdadeira, de que há de história em cada momento do corpo – seja ela o simples decurso biológico-físico do tempo em distintas adaptações, seja pelas construções do conhecimento, que atravessando o corpo, fizeram sua representação e usos sociais na trajetória das sociedades. É desta segunda proposição que aqui se pretende falar, investigar e buscar demonstrar a noção de como ao longo das épocas o corpo se fez integrar ao conhecimento e isto posto, também a ele integrou. Para isso, conforme o tempo da pesquisa seja exíguo, o por maior do esforço, os relatos sejam sempre menores do que o intuito demonstrativo, a construção de uma narrativa aqui em comento teve de passar por escolhas e nestas, destacou-se realizar, primeiramente, uma arqueologia do conhecimento, seus conceitos e seu modo de prospecção – procedendo assim, uma epistemologia. Conhecimento, é claro, sempre que possível relacionado ao corpo, para não olvidar-se ao objeto aqui investigado¹, mas também para além dele, quando necessário entender processualmente a trajetória que hoje se apresenta como sendo a fisionomia de sua compreensão, suas representações e usos sociais e a realização de uma Educação Física. Deste modo, uma remissão acerca da episteme, suas origens e suas representações e usos, aqui se entende tão fundamental a compreensão de corpo quanto ele próprio, e por isso e a isso que se dedica a primeira parte dessa monográfica empreitada. Ora mais, ora menos, em cada parte dessa narrativa haverá algo de conhecimento no corpo e corpo no conhecimento, e por mais que não evidente em alguns momentos, espera-se aqui que ao final desta mensagem, se consiga entender o propósito de certas colocações e a opção por determinados exemplos, levando a que se entenda que, muito embora do corpo, por sua parte (substantivo) Física, a

¹Assim entendido pelo conceito do teórico português Manoel Sergio, que baseando-se no conceito do teórico francês Edgar Morin, de complexidade, estabeleceu à década de 70, noção de que se a Educação Física estuda o corpo, sua área de complexidade é o corpo. Por isso aqui se está a lidar, com o conceito de corpo visto em trajetória com o conceito de episteme. Pois, nem sempre é encontrado de uma Educação Física ao longo da História, sistematizada, específica. Mas sempre é encontrado um conceito de corpo, corpos em ação, e uma episteme a vigor. Do que decorre, segundo essa proposição, estudar essa trajetória epistêmica e do corpo, com certa simultaneidade. Fonte: BOZZ, PELEGRINI (2015)

compreensão deste investigar pertença ao fenômeno do conhecimento, pelo seu elemento (substantivo) Educação.

Adentrando um pouco ao conceito, o que se procura encontrar aqui é um *paradigma*: do grego, *paradeikinum*; sufixo *parai*, a significar resposta, embate; sufixo *dei* a significar a ideia; e sufixo *kinum* a significar um mover-se, agitar-se – onde por este entendimento, o paradigma seja aquela ideia que responde às ideias em movimento, as encara, e as estabiliza. E nessa estabilização, procede com um *modelo*. Isto que aqui desejado, conforme os estudos linguísticos de Ferdinand Saussure, precursor estruturalista filosófico, o termo que faz as demais palavras da frase fazerem sentido, o eixo terminológico que expressa a harmonia, traduz o significado, permite a mensagem². O modelo coloca as palavras em movimento; no conhecimento, é o eixo que dá assoalho às demais concepções do conhecer; no significado, é a partícula-ideia que encerra em si o construto pelo qual se dá mensagem. Que possibilita assim, que novas colocações se ponham em movimento, a partir da estabilidade de uma construção.

Um entendimento de corpo, carece compreender as ideias que o cercam, então. Os paradigmas que o envolvem, e que fazem com que, se chegue a ter aquilo que seja o *como se conhece o corpo*. Esse como, é o próprio conhecer em si (episteme; em Platão, Filosofia; em Aristóteles, parte da Metafísica), por isso a necessidade, para se entender os paradigmas, situá-los em suas epistemes, e na epistemologia, consoante verificação dos paradigmas a dar-lhe estrutura. Em termos sumários, esse o propósito dessa primeira parte de trabalho.

No interesse de desambiguar as interpretações das partes seguintes, cabe-se comentar que a capitular, *Uma Breve Trajetória dos Conceitos no Paradigma Europeu*, busca empreender um resumo didático, construído a partir da possibilidade de uma remissão histórica, baseada em obras e pareceres teóricos, que empreendam a construção de um entendimento contínuo do processo de formação e mudanças dos conceitos e usos do teor epistêmico, pelo mote de vir a atender a narrativa dos capítulos seguintes. Introduzindo-se o leitor, primeiramente, em determinadas terminologias e conhecimentos relativos à história destes termos. Assim, utilizar-se-á de um mergulho nos saberes greco-romanos, suas guinadas institucionais, bem como alguns conceitos do corpo e da concepção ideológica da Era Antiga

2PAIM, Antônio. LOGOS-Dicionário Luso-brasileiro de Filosofia (1991) Verbete episteme

até chegar-se a Idade média (e dela a Era Moderna, proposta do seguinte capítulo). Para isso, os livros utilizados nesta primeira parte, basicamente, serão *Paidéia: A formação do Homem Grego*, publicado originalmente em 1985, do filósofo alemão Werner Jaeger; *Dicionário de Termos Filosóficos Gregos* (disponível em acervo digital endereçado infra³) e *LOGOS – Enciclopédia Luso-Brasileiro de Filosofia*, de filósofo brasileiro Antônio Paim (1990) entre outros escritos que contemplem a finalidade de apuração dos conhecimentos aqui relatados em construção narrativa e que referenciados nas notas pertinentes.

A segunda parte, *Política como Conhecimento*, por sua vez, dialoga enfaticamente com a terceira (*Conhecimento como Política*), com o comportamento de tese para uma antítese, e visa defender uma percepção mais processual da formação do conhecimento ocidental (da Modernidade até a Atualidade), evidenciando aquilo que de intencional, material se possa ter produzido nas mudanças do conhecimento, em eventos que motivados, muito mais que por incidentes e causalidades, por compostos sistemáticos da economia, da sociedade, dos governos, da episteme a viger, do uso dessa episteme e dos balanços dos jogos de poder envolvidos no cenário dos povos da Europa e no do contato desse com outras civilizações. Para tanto, se utilizará de alguns conceitos extraídos de diversos autores, com relevo, Karl Marx (*O Capital*; publicado originalmente *Das Kapital*, em 1867); Antonio Gramsci (*Os Intelectuais e a Organização da Cultura*; publicado originalmente *Il Intelletalli i Lorganizacionne della Cultura*, em 1949) e a dissertação de mestrado de PATRIARCA (2012), asseverando nestes uma crítica mais Materialista Dialética da narrativa processual dos eventos que levaram a sociedade e o saber a se encontrarem como da Era Moderna a Contemporaneidade chegaram. Não obstante, corroborando a análise política do conhecimento (ou de como a política interferiu e se influenciou no/do processo epistêmico, nesse recorte temporal, num cunho mais rastreável que o no do cenário da Era Antiga), se utilizará de categorias de análise sociais como classe, disputa de classes, agenda civilizatória e instituições de conhecimento e de estado e de incidentes de participação institucional do estado no conhecimento e do conhecimento no estado. Para isso, além do supracitado elenco, o autor utilizado será o sociólogo francês Pierre Bourdieu, no conteúdo de sua obra *A Distinção: crítica a razão social do julgamento*, de 1982, bem como demais autores

³Compilado a partir de PETERS, F.E.; *Termos Filosóficos Gregos: Um Léxico Histórico* (1983) e GOBRY, Ivan; *Vocabulário Grego de Filosofia* (2007). Site no seguinte endereço eletrônico: <https://sites.google.com/view/sbbgdicionariodefilosofia/termos-filosoficos-gregos>;

pertinentemente referenciados em notas durante o correr do texto. Em seguida, numa ponderação para além da narrativa construída por sobre o teórico conteúdo suprarreferido, coloca-se uma consideração crítica de alguns dos conceitos – no tocante à consideração da alteridade, diversidade, monovocidade étnica e construção unilateral do discurso, além de um questionamento dos conceitos supra-utilizados, quanto a sua possibilidade e eficácia como ferramentas de compreensão e como porta-vozes dos eventos dessa linha discursiva (incluindo nisso, o lugar de fala de outros povos e suas epistemes) – a partir da obra do escritor argentino Walter Mignolo (*Desobediência Epistêmica: a opção descolonial e identidade na política*, de 2008), bem como do livro *O Mal-Estar da Civilização* (publicado originalmente em 1930) de Sigmund Freud, no âmbito de demonstrar da pertinência – ou não – destas afirmações de um compreender-se do conhecimento em sentido processual, no tocante à consideração das experiências do(s) indivíduo(s) nelas envolvido(s).

Na terceira parte, *Conhecimento como Política*, conforme orientado, o objetivo é o antitético ao da segunda, e vai no intuito de responder as provocações de uma afirmação processual da realização do conhecimento, com situações incidentais que redundaram na possibilidade de revoluções científicas, superando quaisquer possíveis intencionalidades e indo buscar em métodos erráticos – perpassados de experimentos e experiências, intuições e observações e também registros de tentativas, insistências e correções – a verificação de algumas possíveis seguranças de respostas (o fio condutor de um método a se dar pelas descobertas), que viriam a dar no estabelecimento de metodologias que se consagrariam na formação de epistemes/paradigmas. Para respeitar-se a simultaneização destes processos em estudo, o circuito temporal considerado nessa parte será o da Modernidade até o princípio da Era Contemporânea, tecendo a partir dos excertos teóricos e relatos, como formou-se a parte inesperada, não causal e não progressiva dos processos científicos, cujas episódicas incidências, tal e qual a construção processual (política, ideológica e econômica), devem ser consideradas como parte a contribuir na formação de um entendimento da narrativa em torno da episteme e dela, na própria realização da história. A fim de atingir tal pretensão propósito e se favorecer sua comparatividade relativa, os autores elencados – principais aqui empregados – a essa prospecção, são Thomas Kuhn, filósofo, físico e historiador estadunidense, em sua obra *A Estrutura das Revoluções Científicas* (publicado originalmente em 1962) e Maurice Merleau-Ponty, em *O Olho e o Espírito*, de publicação original em 1960 (reunião de três ensaios do fenomenólogo-existencialista francês), dentre outras colaborações teóricas, que

pontualmente se possa utilizar, no ensejo de mostrar como se desdobrou desta realização também no formato que a educação passou a desempenhar na sociedade ocidental. No âmbito crítico ao conteúdo capitular em comento, utilizar-se-á dos conceitos de Raymond Williams, linguista galês, em sua obra *Cultura e Sociedade* (publicado originalmente em 1958).

Trata-se nestes dois capítulos, portanto, de se traçar uma pequena composição de cenário. Isto que se vinha desenhar, segundo entendimento aqui sustentado sob levantamento consoante, desde a prosperidade flagrante do Racionalismo europeu a partir do segundo século da virada Moderna (que principiado entre séculos XV e XVI, mas estabelecido em meados do XVII), o qual mais objetivamente com o Iluminismo e as Revoluções Burguesas, se pode oportunizar como cerne às implementações sociais de diferentes países ao longo dos últimos trezentos anos. Com vulto, intensificando-se com a Revolução Industrial, e com os avanços mercantis e econômicos a estreitarem relacionamentos entre fronteiras, quer geopolíticas, quer intelectuais culturais. Utilizando-se, por esse propósito, do argumento do historiador estadunidense Jerry Bentley, *Europeanization of the World or Globalization of Europe?* (Revista Religions de 2012), no qual em parte se afirma da referida influência europeia, e em parte se a questiona como uma construção de múltiplas contribuições⁴.

Desdobrando-se destas trocas, transformações tremendas em cada âmbito social dos quinhões do globo a tocar-se ao longo do processo – essas que, adequadamente criticizadas em conclusões remetindo a primeira parte do trabalho, no capítulo Considerações de Interstício.

A metodologia utilizada para composição destes capítulos é a arqueogenealogia aos moldes de Michel de Foucault – filósofo francês contribuinte ao método estruturalista – a partir do artigo de Inês Lacerda Araújo, *Foucault: Um arqueogenealogista do saber, do poder e da política* (Revista de Ciências Humanas/EDUFSC, n. 34, abril de 2004) e os conceitos de capital simbólico, *teoria dos campos* nas Ciências Sociais, do *habitus* (instituições internalizadas pelo indivíduo ao longo de sua imersão social e convívio na estrutura) e violência simbólica, extraídos da obra de Pierre Bourdieu – e presentes no trabalho de Monique Pinçon-Charlot e Pierre Pinçon-Charlot, *A Teoria de Pierre Bourdieu aplicada às*

⁴Em tradução livre, *Europeização do Mundo ou Globalização da Europa!?*. Artigo não-disponível em português e com tradução integral do texto realizada pela parte autora dessa monografia.

Pesquisas sobre Grande Burguesia (Revista de Ciências Humanas/EDUFSC, n. 29, abril de 1999);

1.1 Uma breve trajetória epistêmica dos conceitos no paradigma helenístico

História, do antigo grego *historiae*, significa inquérito, apuração da verdade. Heródoto, seu idealizador, considerado o primeiro historiador da tradição helênica, se propunha a apurar a verdade dos eventos da trajetória, do tempo e da memória pelo registro. O conceito de história, assim, era algo mais ou menos científico, que ladeado no pensamento grego, por um entendimento mítico da explicação proveniencial da trajetória dos eventos e das coisas e seres, denominado *poética*. Assim, para os gregos, passaria pelo conhecer em distintas acepções, o desvendamento do humano e da natureza, havendo espaço a reputação do lendário com o mesmo grau de seriedade que o do científico, em intercambiáveis mitos, figuras e conceituações. No vago do tempo, então, apurar a verdade é tão incerto quanto tentar conhecer daquilo que transita pelo lendário. E ainda assim, se torna uma obsessão humana fazê-lo. A julgar por isso, seria racional intentá-lo ou este ato pertenceria a outra categoria de operar!?

Ora, o conceito que se tem do conhecimento é fundamental para o encaminhamento da ciência que se irá desenvolver. Se acredita-se que o conhecimento é puramente científico, isto encaminha o seu produzir e seu prospectar de uma maneira. Se acredita-se que é mais do que o científico, mas contempla este em seu bojo, isto repercute de outra maneira. Se acredita-se que o experimento é capaz de aproximar o observador da verdade, isto encaminha que sua aceção seja fundamental no processo. Se por outro lado, acredita-se que o experimento é artificial, conseqüente ao construto realizado pelo cientista, e mais ainda, produto de sua percepção, tal resulta em novo encaminhamento científico. Ainda, para ser enfático, se há entendimento de que experimento é resumo da realidade que se transforma em dados, isto organiza as regras de experimentação. Mas se há desconfiança de que esta regra, não passa de artifício de um grupo, por assim pensar, que se beneficia do proselitismo de submeter-se ao seu crivo, esta uniformidade comprovadora esmorece. O mais importante de tudo, entre tantas considerações, é que a ruptura desencadeada por uma concepção de pensamento a colocar-se em substituto (consagrar-se em relação) a outra, arrasta para consigo toda a produção

científica feita até então, e a subjugação (ou simplesmente, descredita-se) frente à colocação da nova concepção do conhecer. Eis aí, uma revolução científica⁵.

Neste pequeno excerto suprarreferido, há uma série de afirmações que em seu balanço refletem as querelas do conceito de *episteme*⁶. Episteme, que do grego, quer dizer conhecimento (científico), verdade (em oposição à *doxa*, senso-comum). Era ela que considerada por Platão a ciência de verdade, conhecimento puro. Nessa acepção, exemplificava que a Filosofia era o caminho deste conhecimento puro, tendo na Matemática seu princípio introdutório (pois que os números a serem estudados em sua relação, e não aplicados às coisas, tocavam o funcionamento do conhecimento, lidavam com a essência). Não existiria no platonismo, espaço para saber científico que não o filosófico e o matemático, constituindo os demais em prospecções doxísticas, não submetidas ao saber invisibilizado do método aritmético, portanto, não alcançadoras do status de saber filosófico – tais como *práktike* (conhecimento prático) e *poiética* (poética). Só existe, platonicamente, o saber puro, tudo o mais é doxia⁷.

Desde a idade antiga havia sido entabulada, entre os gregos, a noção de uma razão (*ratio*; princípio divisor, de onde emanaria um porquê a ser explicado em cada coisa), baseada no princípio de *logos* (*estudo, saber*), ou o conhecimento prospectado e prospectável pelos homens. A *ratio* platônica estaria nas ideias, não nas coisas. Em Aristóteles, falar-se-ia ainda do aéon, uma camada a separar o explicável do divino. Cabe mencionar que o conceito aristotélico de *episteme* divergia do entendimento platônico, pois que entendia emanarem todas as coisas de uma mesma fonte, uma mesma ontologia, pela qual também haveria *ratio* nas coisas e *forma* nas ideias. Estabelecia assim, que tudo não se resumia a Física, Matemática e Filosofia, mas num composto maior. Esta era sua afirmação em *Metaphysicae* (V-I)⁸. Junto ao conceito de *logos*, viria a lógica, ou as coisas que se podia conceber por observação e raciocínio, num senso de entendimento, explicação (desdobramento da aplicação do intelecto matemático, em Platão, indo integrar o conhecimento, a Filosofia; proposta

5Kuhn, Thomas. A Estrutura das Revoluções Científicas (1953)

6Foucault, entende o conceito de *episteme* como um modelo que como linha geral, aproxima todas as ciências de um determinado momento num construto similar, a despeito dos objetos e finalidades específicas de cada uma. Fonte: PAIM, Antônio; LOGOS-Dicionário Luso-brasileiro de Filosofia; Verbete *episteme*

7PAIM, Antônio; LOGOS-Dicionário Luso-brasileiro de Filosofia; Verbete *episteme*

8PAIM, Antônio; LOGOS-Dicionário Luso-brasileiro de Filosofia; Verbete *episteme*

metodológica da qual Aristóteles não divergia, mas que atribuía ao produto dessa operação, status de *um conhecimento, entre a Física e Metafísica*).

A necessidade de se entender como adquirir o conhecimento e sua forma mais apropriada, induzia querelas de opiniões e conclusões diversas, encaminhando assim, a uma *epistemologia* (um estudo do conhecimento), essa que – intuitivamente – realizada na episteme grega a partir da própria Filosofia. Dos duos aqui mencionados, *episteme* parecia opondo-se a *doxa*, por *antinomia* (etimologicamente, embate de ideias, *organizações concorrentes, conflito de concepções*), e *conhecimento científico* (episteme) parearia complementar a *ciência do conhecimento* (epistemologia), por razão de causa e consequência. Para logos, então, haveria *pathos* (*sentir*), que eram os pendores humanos por coisas das emoções, inquietudes, angústias e aquilo de mórbido que isto desencadeava. No conjunto de concepções do pensamento do ideário helênico clássico (chamado de *paidéia*; o pensamento grego), os conceitos de *logos* e *pathos* ocupavam um lugar destacado, e para melhor dedicar-se ao estudo destas áreas, ciências particulares seriam devotadas a afiliação de cada qual destes conceitos. Por exemplo, a Música e a Filosofia, eram áreas que tinham de lidar com ambas as concepções, pois há métrica na música, e lógica na filosofia (portanto, áreas de logos), mas também há que se compreender sentimentos e expressar sensorialidades, pra se entender de ritmo e pra se desvendar o humano proceder (portanto, áreas de *pathos*). A matemática, lidava, magnamente, com conhecimentos de logos. E a arte interpretativa (*akthoron*; teatro grego), basicamente com conceitos de *pathos*. Já a Física, conforme o conceito de *physis* fosse amplo, tinha de flertar com ambas as searas, pois, embora as conclusões de Física dependessem do intelecto, aplicado em observações regulares e aplicando em experimentos e conclusões (componentes lógicos), o estado de espírito do observador e as condições misteriosas de certos fenômenos, suscitavam uma compreensão transcendente ao possível humano (levando-se em consideração, assim, serem do pertencimento de *pathos*). O corpo, por sua manifestação, era assim estudado na *physis* (como na obra *Physices Auscultationes*⁹, Observações da Natureza, de Aristóteles), seus vetores, movimentos, sua estrutura e funcionamento junto à natureza, seu desenho e finalidades estruturais substanciais; mas simultaneamente, os vetores que o interligavam ao *pathos*, que inferiam no logos e que lhe trazia a sua compreensão metafísica, também eram considerados.

⁹Designação latina do original em grego.

Essa forma de compreender o conhecimento, toda particular dos gregos (mas não apenas encontrada em sua sociedade), atende uma noção chamada *cosmologia*, ou conhecer dentro de um *khosmos*, um mundo, um universo de circunstâncias, e como estas emanam as características que se reproduzem nos construtos subsequentes. Portanto, os gregos não descartavam a metafísica das coisas do corpo, ou mesmo da política, apenas dedicavam determinadas investigações, ora com pendor mais lógico-sistemático, ora com pendor mais sensório-sistemático – uma cosmologia da percepção do saber.

Resumidamente, estas dualidades, presentes no pensamento grego, não seriam simples exclusividade dos povos helênicos, pois há maniqueísmo em outras culturas, mas tampouco seria uma constante em todas as culturas à época organizar-se-lhe dessa forma, sendo simultaneamente gregária em alguns aspectos a outras noções de povos, e especificamente autóctone por suas características, suas terminologias e seus limites teóricos. Assim, quando a circunstância política da dominação pelo(s) Império(s) vizinhos – primeiro o Macedônio, sob Filipe (359 A.C até 338 A.C.), pai de Alexandre Magno (336 A.C até 323 A.C.), e mais adiante sob o jugo romano, após a expansão de 146 A.C. – se fez uma realidade, ainda que muitos dos conceitos do pensamento grego fossem absorvidos pelos dominadores (através da ação de preceptores, homens sábios gregos, postos a lecionar para a nobreza¹⁰; e mesmo pela recepção de fartas obras da Paidéia), a instituição destes, dotada dos traquejos do pensamento alheio, haveria de inferir diferenciações. Por exemplo, se para os gregos a *physis*, representava o conceito de natureza, de movimento, de fecundidade, encaminhamento e condições de existência das coisas terrenas, por esse modo um amplo conceito da complexidade de como se entendia a natureza e o universo (*khosmos*) para os gregos, para os romanos seria absorvida com o sentido simplificado de natureza como mundo natural, e o termo de amplo se tornaria mais restrito, e seria traduzido como *natura*. Ainda se preservaria o aspecto de uma natureza humana e uma natureza ambiental, mas no geral, a natureza agora abandonada ficava de seu conceito cosmológico, se tornando uma observação mais utilitária.

¹⁰Como clássico exemplo dessa influência pensadora em seus alagoes, a atuação de Aristóteles, que sob a dominação macedônica, se tornaria preceptor de Alexandre Magno (Alexandre, O Grande). Ainda cabe considerar que embora a contribuição destes saberes a estes indivíduos lhes autorizasse que gozassem de alguma autonomia pela função, a condição desses preceptores sob o império dominador era a de escravos. Posto que, muito embora se alardeie a escravidão moderna como um precedente bárbaro (por sua imoralidade em plena era da Razão), muitos povos civilizados do mundo antigo dispõem deste estatuto civil, como é o caso dos gregos e dos romanos (como parte dos estratos civis), mas também dos persas (Medos), egípcios e babilônios (Mesopotâmia).

É daí que falar-se da razão (*ratio*; divisão, com sentido de esmiuçamento, significado), recebe uma acepção importante, pois a razão em logos, era de uma cosmogonia muito ampla e flertava com o sagrado e as coisas misteriosas, como se tudo se compusesse numa macrovisão: *metafísica* (*sobrefísica*; o para mais que o mero físico, em seu significado). A noção metafísica, longe de ser o repositório apenas de coisas místicas, constituía integridade do conhecer dos fenômenos, aqueles que eram passíveis de se reduzir a uma *ratio* humana (lógicos) e aqueles que requeriam de um conhecimento maior, na integralidade, portanto, formado da junção de todas as ciências particulares, mais as patológicas e ainda percepções as quais, talvez, o ser humano sequer tivesse possibilidade de experimentar.

O pensamento romano, por sua praticidade (embora anacrônico, o termo é didático, *pragmatismo*), absorveria do construto helênico, partes da sua ciência, da sua filosofia, da retórica¹¹, dos institutos legais e até das crenças. Entretanto, demarcaria um uso pragmático deste conhecimento, o qual se tornaria uma tradição pela Europa, e demais regiões do mundo, por onde a instituição do império romano atracasse. É assim, que ao juntar-se a instituição romana, com ainda outro influente pensamento, o cristão (de matriz judaica e que seria oficializado como religião oficial do Império em Teodósio, a viger no período de 378-95 A.C.), viria a se formar o princípio de um assoalho ideológico a vigorar, por sua episteme, e pela própria conjuntura que o provinha, durante os séculos seguintes (da Antiguidade Baixa, até a Moderna Idade). Sem mistério, o conceito de Dogma, recebe os epítetos de Aristotélico e Tomista, por motivo de seus mais influentes articuladores: Aristóteles e São Tomás de Aquino. Aristóteles, filósofo helênico, que em uma de suas obras mais importantes, *Observações da Natureza*, apresentava que as conclusões sobre aquilo que fosse a verdade, passavam pela verificação da certeza, a partir da observação física (cosmologia em meio natural). Em outras palavras, a verdade emanava da natureza onde as coisas eram e estavam de fato, mas pela observação, e verificação das observações, o homem certificaria suas conclusões acerca do observado, se aproximando então, da verdade, revelada, na natureza.

¹¹Retórica que seria uma constante em um estado voltado às instituições legais e políticas, como o Foro e o Senado, a vigorar sob o *jus romanum* (*direito romano*). Consagrar-se-iam nomes como o do jurista e tribuno Cícero, em Discursos à Catilina (*Catilinárias*), mas também de poetas como Ovídio (*A Arte de Amar*; de I A.C.-I D.C.) e Vígilio (*Eneida*; de I A.C.).

Aproveitando deste paradigma, Tomás de Aquino¹² escreveu em sua *Summa Theologicae*, a tese de que se a verdade era revelada pela observação, portanto obtida da natureza e a natureza era a fonte de toda a essência e a existência, esta só poderia ser reflexo da essência divina, pois tudo emanava desta fonte única. O conceito unívoco, provindo do ontológico do Uno em Aristóteles, transformava a revelação das verdades, pela observação, em um processo que só poderia ser interpretado pelo uno cristão. Se toda natureza provém da divindade, a verdade dela provem, e, portanto, a revelação de como as coisas realmente são, pertence, a essência do divino.

O ato de depositar a fé sobre a capacidade de alcançar a verdade, pela observação, nos gregos, ficava a cargo de logos, embora co-irmanado por características de *pathos*. O ato da *ratio* era mais grego, tornou-se romano, e agora tornava-se consagrado divinamente. Trazê-lo para as potencialidades do ser humano como uma faculdade prospectável, seria um pendor à era clássica, mas para isso, seria necessário superar outro enquadramento institucional que havia transformado o experimento (verdade redutível pela experiência) em fragmento – a verdade era revelada, onde o ato humano experimental não a produziria, pois não era passível de redução em produto, pelo artifício.

A episteme tomista, só teria um contra-argumento robusto e plausível, com a ascensão do *antropocentrismo*, o motor do Renascimento (movimento de transformação do pensamento europeu, nas artes e ciências, durante os séculos XIV e XVI), que passaria empregar novamente a figura do controverso na expressão artística. Com destaque nas produções pictóricas (nus e elementos fantásticos pagãos) e literárias (como em Dante Alighieri, a utilizar a língua italiana em lugar do latim numa publicação, A Divina Comédia, 1555). Entretanto, a despeito das transformações e descobertas desencadeadas pelo Renascimento e a Descoberta da América, ainda ao final do século XV, o argumento aristotélico de modelo científico, só encontraria páreo na obra de Galileu Galilei, o qual devolveria o conceito de *síntese*¹³ entre experimento e revelação da verdade, na concepção do método científico, a partir de obras como O Discurso Entre Duas Ciências (1638). O impacto que esta afirmação causaria, não poria fim aos giros epistêmicos, mas desencadearia um

¹²Frade siciliano que viveu durante o século XIII (D.C.). realizou estudos teológicos e escreveu em o Estagirita, parte da *Summa Theologicae*, em 1267-73, o processo epistêmico da revelação da verdade, o qual vigoraria como argumento no mundo cristão até a crise do modelo no século XV. ¹³PAIM, Antônio; LOGOS-Dicionário Luso-brasileiro de Filosofia.

marco que encerraria a vigência do modelo aristotélico, causando uma revolução epistêmica para os séculos seguintes: o império da razão científica.

1.2 Política como Conhecimento

Se Platão e Aristóteles ficariam conhecidos por suas contribuições a episteme, não menos seria distinta sua colaboração à Política. Uma das obras magnas de Platão, seria *A República*, e uma das máximas mais afamadas de Aristóteles: *O homem é um animal político*. Etimologicamente, *política refere-se às coisas da pólis, a forma como os gregos compreendiam a organização das cidades, por extensão, da sociedade*. Nisso, as oscilações do poder e as formas de governo seriam fundamentais de entender-se, para entender o construto e realizações da sociedade, que como bem apontadas por Platão, pelo menos em três formas convergentes, em geral, se realizava: na monarquia, na aristocracia ou na democracia, e seus respectivos corruptos, tirania, oligarquia e demagogia.

O aproveitamento político do conhecimento, na Hélade Clássica, podia não ser escancarado como se supõe num comparado com as demonstrações posteriores. Ao citar-se as Sumas de Tomás de Aquino (Tomistas ou Aquinianas, conforme o teórico), parece ficar subentendido o Estado Feudal na Idade Média, em suas organizações estamentais (nobres, clero, camponeses; tributos como a corvéia, sobre a produção agrícola; economia baseada na exploração do latifúndio, sob a figura do administrador [suserano]), reunidas sob a obra de Agostinho de Hipona, o Santo Agostinho, através da escrita de *Cidade de Deus*, pela qual as funções dos homens estavam determinadas por suas linhagens, naqueles que pugnavam (lutadores; *pugnante*, a camada social da nobreza diretivo militar), naqueles que oram (rezadores; *orant*; o clero diretivo estatal) e naqueles que labutam (trabalhadores; *labutant*; os camponeses, responsáveis pela produção da riqueza a partir da exploração da terra). Pois que a trajetória dos livros de História, durante a educação escolar, faz tornar notória tal narrativa. Só o que não se supõe, é que a Igreja Católica, instituição reputada por coordenar o funcionamento da engrenagem medieval, nem sempre foi dessa ubiquidade. Pelo contrário, mesmo tal instituição teve de lidar com muitas guinadas de organização estrutural, que contra sua vontade, desencadeadas. Para exemplificar, Gramsci (1949), traz a instalação do *volksrechte* (direito dos povos) de origem germânica, que se fazia considerar da fragmentação de uma Roma Imperial em feudos, vindo a substituir o *jus* romano, e seus institutos de

administração estatal (as categorias civis, do escravo ao patrício; o *jus gentis* [*direito das gentes*], substituído pelo *volksrechte*; a *jurisdictio forensis* e o *jus civitates*, trocados por assembleias populares; o *jus sancti*, para as coisas específicas sagradas e rituais, vindo a tornar-se um elemento assimilador de funções no estado medievo; entre outros), até passar-se pela cisão do próprio Império em Banda Ocidental (reunificado Sacro Império Romano Germânico, sob Carlos Magno) e Império Romano do Oriente (onde alguns institutos seriam preservados, nas *Digestas* do imperador Justiniano, enquanto boa parte, se assimilaria ao conceito grego-bizantino). É inegável, que mesmo tais eventos, a Igreja tenha mantido considerável parcela de poder a ponto de que superá-la requeresse um conluio de circunstâncias políticas e epistêmicas – como configurado a partir do Renascimento, ponto de clivagem da Era Moderna.

Outra coisa que não se supõe, é que mesmo num mundo como o paidéico helênico, política e conhecimento não se cruzassem. Tanto mais, porque seria insensato pensar o contrário, uma vez que a política de lá emanava muito consoante às prospecções epistêmicas. Interessante exemplo, é o trato com o corpo dentro do culto panteoico helênico. É notório que havia em relação ao corpo desnudo uma permissividade maior dos costumes entre os gregos, onde um ato como a corrida desnuda de Arquimedes, após seu momento de heurística (*eureka*), não causava tanto escândalo quanto o faria no mundo medieval, por exemplo. Isso se deve ao fato de que o corpo grego era compreendido como uma divisão da *physis* e havia um dever de culto ao belo e a provação física, onde o belo corresponderia na linha masculina no *erasthon* (ideal de beleza apolínea) e o da linha feminina corresponderia a *calípigos* (o ideal de beleza afrodisíaco). Quanto ao esforço, este era classificado em *agon* (desgaste máximo) e *athlon* (desempenho atlético), a serem exibidos no cotidiano dos rituais, mas principalmente durante os jogos sagrados (Olimpíadas, panatenaicos e nas campanhas espartanas contra os hilotas). Destas práticas, ficava refletida a vocação de cada cidade, por entendimento de a quem consagrava-se seu conhecimento, naturalmente, seu culto. Portanto Atenas seria por esse ínterim uma cidade devotada ao saber, à política e à arte, qualidades encontradas no ideal ateneu. Esparta, por sua vez, seria uma cidade consagrada a um culto austero que se consubstanciava numa política civil como a do *agogê* (programa social espartano que enviava os meninos maiores de 7 anos para o treinamento militar citadino). Estes todos, que desdobramentos políticos da concepção de um conhecimento cosmologicamente composto, onde a educação passava não apenas pelo aprendizado

científico, mas pela consideração dos que tais metafísicos. Para melhor ilustrar, se o corpo medieval era tido como um receptáculo de castidade, do qual deveria se expurgar o pecado através da comiseração (e isso a provir de um senso epistêmico dogmático), o corpo grego tampouco seria livre, pois o seu agir estaria determinado pelo balanço destas conclusões de *práktike* e *poiétike*.

E se aqui está se falar de política, onde o conhecimento incide, e o corpo é o assunto em questão, cabe ainda ressaltar que na Idade Média se consagraria um conceito humanista, no qual o corpo a despeito de ser o vasilhame a deter a alma da redenção, segundo uma consideração eclesiástica, também era um exemplo de organicidade e harmonia, que refletia o ideal sagrado do escritor francês do século XIII, Jean de Chelles, relatando de como a construção da catedral de Notre-Dame na Paris medieval perseguia não apenas os ideais finalísticos de sua construção, em servir como espaço para o orar, praticar a caridade e a reflexão redentora, ainda mais, refletia a própria paradigmática daquele momento, onde a própria cidade tentava organizar suas ruas, seus prédios e a própria administração local, por um conceito de *órgans*, como se órgãos de um grande organismo fossem. Isso que, espraiava-se à política através da obra de João de Salisbury, *Policraticus*, onde pegando o exemplo de um diagrama do corpo humano, o autor explanava o ideal de funcionamento social (soldados e camponeses, nos braços e pernas; nobreza e magistrados, na cabeça; o clero, no coração; e os comerciantes, no estômago)¹⁴.

Neste ínterim, política já demonstra seu mister pertinente no construto do conhecimento, do que decorre ter-se de falar do grande giro político da Era Moderna. Falácia afirmar o ineditismo, numa trajetória que se propusesse a recobrir fatos da conjuntura que nos chega, de remontar a uma incipiência Europeia Era Moderna (séculos XV a XVIII), mas igualmente, um inconveniente lastimável, não fazê-lo. Autores como o filósofo e historiador alemão Karl Marx (em *O Capital*¹⁵, de 1867), o político e escritor italiano Antônio Gramsci (em *Os intelectuais e a Organização da Cultura*¹⁶, de 1949) e o filósofo e cientista-social húngaro Istvan Mezsaros (em *Estrutura Social e Formas de Consciência: determinação*

14SENNET, Richard. Paris de Jean de Chelles. **Carne e Pedra**.

2003 15KARL, Marx. **O Capital** (2014)

16GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura** (1989)

social do método, de 2010; aqui em *apud* ao trabalho de dissertação de Patriarca, 2012¹⁷), entre outros, já o fizeram (por sinal, eximamente), e sempre a defender para esta tese, o gérmen de uma virada econômico-política a motivar uma mudança de *assoalho ideológico* neste período, que viria a calhar aos interesses de uma classe burguesa em ascensão, a qual se encontrava engessada pelo estabelecimento de uma sociedade embasada num pensar clericalmente orientado (pelo conceito de Dogma, aristotélico-tomista), e atrelada ao funcionamento de uma estrutura fragmentada na autoridade de diversos soberanos pulverizados (os suseranos, no regime feudal [por excelência, como estudado em História, do modelo francês]); Por este ínterim, entender sobre o período, mais do que superficialmente, é preciso, e consoante a ele, o cerne de alguns dos seus marcantes eventos.

Assim, o Renascimento (durante o *quattrocento*), muito mais do que um berço das modernas artes (a alardear o Antropocentrismo, o *humano ser* como destaque, e um retomar a figura do Homem e da Mulher, despaganizados, novamente como tema do pictórico e demais expressões artísticas), refletia um caldeirão político a borbulhar na necessidade de novos arranjos político-sociais (como bem demarca a obra magna de Nicolau Maquiavel, *O Príncipe*¹⁸, de 1532), e que não por acaso seria encabeçado à Península Itálica (onde situada a cidade de Roma, a sede do Papado e, portanto, da matriz ideológico-política desse assoalho), constituindo um vértice importante a entender processualmente este evento revolucionário da cultura. Tanto mais, quando observando que destas nuances desencadeadas ao período, boa parte das configurações político-ideológicas seguintes de outros pontos regionais da Europa viriam a continuar este estopim, como desdobramento sistemático. A que se cite: a Inglaterra da dinastia dos Tudors (com o estabelecimento por Henry VIII de uma Igreja Anglicana, não tributária ao Papado e a Roma), a germânica região com a Reforma Protestante (encabeçada por Martinho Lutero e suas Noventa e Cinco teses de Protesto), bem como pontuais apoios de principados e comerciantes a rebelarem-se, nas regiões de Genebra (Calvinismo) e Flandres (articuladores do que mais adiante viria a ser a Liga Hanseática, principal protagonista do Mercantilismo, nos séculos seguintes), todos estes que mediadores favoráveis ao enfraquecimento de um poder central da Igreja e sua metodologia consequente, baseada no

17PATRIARCA, Amanda. **A Decadência Ideológica Contemporânea e a Educação Física: as incidências sobre a pós-graduação**. Dissertação apresentada para qualificação no grau de Mestre em Educação Física/Licenciatura, pela Universidade de Brasília. Unb. (2012). p.20-100 18BARROS, Vinicius Soares de Campo. **10 Lições sobre Maquiavel** (2012)

princípio revelador do conhecimento, em troca de um novo proceder voltado ao estabelecimento do saber a partir da humana descoberta (Humanismo Antropocêntrico Racional, a vir arcabouçar-se na *dúvida*, como seria consagrado no método de René Descartes, cerca de um século depois). Tudo isso, a evidenciar que se desgastava a estrutura consagrada por quase um milênio, de propriedades fundiárias feudais, geridas por soberanos militares locais e interligadas pela messe romana eclesiástica¹⁹. Não obstante, juntava-se a isso, como catalisador, o insumo de descobertas científicas como as teorias heliocêntricas de Giordano Bruno e Nicolau Copérnico, as teses astronômicas de Galileu Galilei e os trabalhos formidáveis de Leonardo da Vinci, que de maneira alguma negam haver uma intersecção muito maior entre o conhecimento europeu e outras fontes convergentes de outras partes do mundo ao período, e que já não podiam caber mais nas velhas modelagens monásticas da autoridade intelectual católica.

Para que melhor se ilustre, a descoberta da bússola, de possível origem chinesa; do astrolábio (de origem incerta); e o acesso à cartografia inédita, como o *Atlas Catalão* (do século XIV, cuja versão espanhola remonta a origem africana de mapas trazidos à Espanha da corte de Timbuktu, no Império Mali, pelos relatos do viajante marroquino Ibin Bathuta²⁰), reformulariam a tal ponto as percepções e expectativas de uma Europa efervescente (com destaque, à contribuição da orientação navegadora), que viriam a resultar ao final do século XV (1492), no financiamento por parte da Coroa Espanhola (sob Fernando de Aragão e Isabel de Castella), da expedição bem-aventurada de Cristóvão Colombo à América (a qual muito embora buscasse uma Rota para o Oriente Indiano, possibilitou uma revolução na trajetória da civilização europeia como até então estabelecida). Se parece demasiado atribuir importância de tais eventos, exclusivamente ao contexto político, não se pode negar que em muito se deveu que tal fosse possível, por este cenário em xeque de uma arcaica ideologia vigente, que

19Tais crises levariam a que um século depois, em regiões como a da Grã-Bretanha, se passasse a adotar novas práticas de administração fundiária, como o sistema Norfolk, e mais adiante os cercamentos (*enclosures*). Destaca-se ainda, no cenário em questão, a posição da Península Itálica, esta que perpassada de influências de outros povos, quer pela central função diretiva e diplomática do Papado, quer por seu cosmopolita mercado e especiarias, a vigorar desde o século XIII, nos portos de Gênova e Veneza. Fonte: RIBEIRO, Ademar Romero; Cap. II – Revolução Industrial e Mudanças Tecnológicas na agricultura europeia *in* **Meio ambiente e dinâmica de Inovações na agricultura** (1998)

20Presente nas obras: GIBB, H.A.R. **Ibn Battuta, Travels in Asia and Africa** [em livre tradução, Ibn Battuta, Viagens em Ásia e África]. Broadway House, London, 1929 e HARDY-GOULD, Janet. **The Travels of Ibn Battuta**[em livre tradução, As Viagens de Ibn Battuta]. Illustrated by Ollie Cuthbertson. Dominoes, Oxford University Press. Londres. 2010

impulsionado por ambições burguesas, receberia suficiente apoio a que se realizasse sua reformulação.

Ora, não por coincidência, este mote não haveria de parar apenas nestas realizações, pois as mesmas viriam a ser sucedidas por outras, consequenciais, que apenas revelariam uma marcha em progresso dos interesses do setor burguês das europeias regiões. Para que se recobre, *burgueses*, eram os indivíduos não-nobres, mercadores, que habitavam os limites exteriores dos feudos, os burgos, sendo, portanto, os enxotados, malvistas – pela Igreja – por serem usurários e trazedores de más influências aos locais (fâmulos e habitantes do interior feudal), pela administração local²¹. Não por acaso, do cambiar da estrutura a vigor (assoalho ideológico do Dogma, aristotélico-tomista) para o modelo Antropocêntrico (racionalismo), uma brecha se abria para novos atores entrarem em ação. Se não eram bem quistos para entrar ao seletivo grupo, os protagonistas burgueses favoreceriam esta passagem: no fragmentário mundo feudal, fortaleceriam a figura dos reis, e destes retirariam a chancela para exploração de negócios junto às consumidoras côrtes e os incipientes mercados das terras há pouco descobertas, permitindo a instalação de companhias de comércio, manufaturas e uma rede mercantil robusta, daí se entrelaçaria, até formar a instituição mercantilista e, finalmente, de um pujante Capitalismo. A esse período de aproximação burguesa dos soberanos monárquicos, ao qual se epitetuaria Absolutismo, tributa-se a impossibilidade de um reestabelecimento da Igreja, posto que essa apeada da função conselheira-mor dos soberanos (observando-se que, não mais ela detinha a razão absoluta ou o saber inquestionável ou mesmo a autoridade, noções estas que paulatinamente passariam a metodologia racional, ao setor puramente político e a exploração capital dos recursos, encabeçados, novamente e sem intermediários, na figura do monarca absoluto), bem como, a pouca chance de retorno a um modelo feudal, uma vez que os interesses de exploração e tributo agora se voltavam para fora

21As práticas de comércio entre o regime feudal, eram vistas como um mal necessário, sempre espreitado pela pecha da usura, no ideário religioso. O burguês era um ser a margem do feudo, um deslocado. O escritor estadunidense Richard Sennet, no capítulo A Paris de Jean de Chelles (Carne e Pedra, 2003), traz o caso da cidade de Paris, durante a construção da Catedral de Notre-Dame, em meados do décimo terceiro século, e neste contexto, cita de como o convívio entre os moradores citadinos (em geral, comerciantes dos burgos, radicados na urbe), era tido como desafiador aos padrões severos e ciosos da estrutura clerical-militar daquela sociedade. O dizer de uma das maiores cidades ao período, Viena, trazia em seu pórtico: *Stadt Luft Macht Frei* [O ar da cidade, liberta!!!], um desabafo de como nas cidades havia uma pequena possibilidade de ruptura com os costumes campestres e uma elasticidade de valores, um tanto questionável, segundo o olhar da Igreja Católica, mas fundamental a acolher diferentes tipos componentes e deslocados àquela sociedade. Fonte: SENNET, Richard; A Paris de Jean de Chelles. **Carne e Pedra** (2003)

(Colônias), não mais às corveias e colheitas, meramente, locais. Burgueses ascenderiam politicamente nos setores da administração absolutista e deteriam cada vez mais poder junto às prospecções de recursos pelas colônias (como visto entre os arrendatários portugueses [capitanias] e espanhóis [*haciendados*], ou entre os *farmers* ingleses e norte-americanos)²², ficando indispensáveis a conformação dos modernos estados que passariam a surgir (como países; quer nas novas terras, colonizadas, quer nas antigas, da Europa, a passar por reformas político-administracionais [agrárias], como nos *enclousures*), até que, finalmente, como num passo seguinte, consagrando ideais de libertária toada e nas vozes de pensadores que abjetariam a administração monárquica por uma liberalmente concebida e de cuja matriz ideológica, posta em prática, se determinaria a instauração de revoluções burguesas e a delimitação de estados-nação liberais.

Tais pensadores, consagrariam a política como área de conhecimento específico (não apenas de divagação filosófica ou dissertação, como o fôra em Platão e Aristóteles), estabelecendo verdadeiros manuais de como fazer-se a gestão estatal, abandonando tradicionais tendências. Da obra original de Maquiavel, no século XVI, destacariam-se do período, algumas das obras que mais influenciariam o espírito revolucionário burguês, o estado liberal e o formato das instituições modernas: *O Leviatã*²³, de Thomas Hobbes (1651), *Dois Tratados de Governo*²⁴, de John Locke (1689), *O Espírito das Leis*²⁵, de Montesquieu (1748), *O Contrato Social*²⁶, de Jean Jacques Rousseau (1762), *A Riqueza das Nações*²⁷, de Adam Smith (1776) e *Os Princípios da Política Econômica e da Taxação*²⁸, de David Ricardo (1816).

Juntar-se-iam neste rol, os nomes de Immanuel Kant (*A Metafísica dos Costumes*, 1785), filósofo da corrente do idealismo a tecer considerações críticas acerca da razão e da moral e Georg Wilhelm Friedrich Hegel (*Fenomenologia do Espírito*, 1807), filósofo existencialista a ponderar sobre o direito e a circunstância de personalidade – condição do senhor e do escravo. Ambos os autores que embora preocupados com o desenvolvimento da

22RIBEIRO, Ademar Romero; **Meio ambiente e dinâmica de Inovações na Agricultura** (1998)

23Obra de cunho liberal-estatista

24Obra de cunho gerencial-estatista

25Obra de cunho legalista-estatista

26Obra de cunho gerencial-estatista

27Obra de cunho economicista-liberal

28Obra de cunho economicista-estatista-liberal

sociedade, aproximando-se da razão e afastando-se do experimento, levariam a considerar a ética implícita ao processo do progresso e a relativização do critério do juízo.

Neste câmbio de século, antes que as máquinas prevalecessem, caberia o brocardo de que Razão é patrimônio, delimita patrimônio²⁹. É moeda de ingresso ao patrimônio, da reputação às coisas, numa sociedade civilizada. Ter razão leva a ter oportunidade de civilizar-se. Civilizar-se, leva a que o patrimônio prospere, se garanta e enderece. Linhagens são substituídas por boas tutelas, boas educações, noções de etiqueta, para quem não tem berço, mas agora com posses, poder assemelhar-se na fisiologia dos costumes. Onde embora depositos, os cânones ainda são os da nobreza³⁰.

1.2.1 Razão e Civilização

Nesse tocante, da trajetória de pensadores de diferentes áreas do conhecimento, a favorecer ou a não-obstaculizar o processo burguês de ascensão (nomes como Descartes, Newton, Voltaire, Hume, Hegel e Kant), teria sido gerada uma episteme de Razão Iluminista, no conceito de um Iluminismo (*Aufs Klärung*³¹), pela qual havia um bastionismo redentor em espalhar-se do conhecimento racional como se universal fosse (aplicável e positivo, independente de fronteiras, culturas ou comunidades humanas), ao mesmo tempo que dotado

29Como em Bourdieu, no conceito de *capital simbólico*, aquele que dentro dos diferentes campos de intersecção do indivíduo com a sociedade, as instituições e outros indivíduos, leva a que se desenvolva um ativo (figurado) de troca dentro das relações sociais. Neste mercado simbólico, o capital de relações e rede de contactos, chama-se capital social, e a reputação, atribui-se o epíteto de simbólico capital. O patrimônio, segundo Bourdieu, não cobre apenas mercadorias usuais (produtos, bens e riquezas), mas esses ativos que estabelecem uma trama estruturada em torno dos indivíduos, que a perpetuam por dela estarem influenciados (o *habitus*, as disposições institucionais internalizadas, aprendidas pela educação familiar, escolar e contatos com instituições da cultura e da vida em sociedade). Fonte: PINÇON-CHARLOT, Monique et Pierre; *A Teoria de Pierre Bourdieu aplicada às Pesquisas sobre Grande Burguesia* in **Revista de Ciências Humanas** (EDUFSC, abril/1999)

30Aqui, recorre-se a explanação do sociólogo anglo-alemão, de ascendência judaica, Norbert Elias, em seu *O Processo Civilizador*, de 1939, ao citar o magnífico e icônico caso do manual de etiqueta holandês, pra bons costumes à mesa. Com sua metódica de ater-se a minoridades, o autor nos oferece reflexões de como a sociedade europeia passava a encarar os processos de instrução e educação, com uma importância nunca antes observada, algo a denotar a mudança pela qual passava a sociedade àquele período. Fonte: **O Processo Civilizador** (1939);

31O Movimento Iluminista (séculos XVII e XVIII), foi uma corrente cultural protagonizada por pensadores franceses, ingleses (de toda a *commonwealth*) e holandeses, a debaterem conceitos de liberdade, economia e política, defendidas pela agenda burguesa. Antepunham o conceito racional e o uso da razão, ao modelo de pensamento anterior (irracional), e com isso criavam o conceito de esclarecimento e emancipação, onde pela deposição de ideias obscuras do pensamento medieval, por exemplo, se relativizaria e faria abandonar o próprio conceito de estado pré-burguês (baseado em monarquias). O ideal de liberdade irrestrita, de pensamento e iniciativa negocial, bem como de auto-determinação dos indivíduos, eram princípios tidos por esta linha de pensamento, que levaram a que se cunhasse o termo liberal para referir-se ao mesmo e por extensão, aos seus idealizadores. Fonte: **Encyclopaedia Britannica**, disponível in BARSA Society/BARSA Saber. Endereço Eletrônico: <http://brasil.planetasaber.com/brasil/default.asp?idreg=145695&ruta=iluminismo>

das características de ser humanista (produzido pelo Homem), progressivo (a se suceder e superar, aquilatando valor com o passar das etapas, da posterior em relação a anterior) e com uma historicidade também progressiva (eras que se sucedem, sem elasticidade, demarcada por constantes revoluções). O Iluminismo chegaria como uma agenda civilizatória, interna e externa (tanto nos países-colônias, quanto nas metrópoles), onde aos indivíduos requerer-se-ia que se enquadrassem, segundo etiquetas e instituições específicas, as quais delimitariam os aceitáveis e os inadequados, os providos e os desprovidos de educação/requite e patrimônio, com o império dos diferenciados modos, gestos. A força daria lugar ao gesto, o requinte tomaria o lugar da robustez, e o maneirismo³², revestiria a função do que antes se havia na nobiliarquia. A força cederia lugar, entretanto, com algumas ressalvas. Seriam as instituições (governos estatais, por exemplo), que passariam a administrar a violência, chanceladas por códigos legais que assegurariam seu *munus* de distribuição da força contra os considerados violentos (crimes seriam atribuídos aos que não se sujeitassem, e um patrimônio manifesto do Estado se torna o da distribuição da força civilizatória, tanto quanto o regulamento do comércio e das relações sociais); Até os costumes, tradicionais muitas vezes, se haveria por afastar e novas práticas se haveria de cultivar, em nome de civilizar-se³³. A razão seria esta padronização pairando por entre estes novos agires e ela a determinar o império do agir educado, da polidez, do ser letrado, do ter lustro e do tornar-se ilustre. Não basta portar, há que se comportar. E uma boa posse, se torna o comportamento, através da oportunidade de uma boa educação (da etiqueta à civilidade, do saber técnico ao laurel acadêmico), adquirido como nova joia da sociedade.

32VIGARELLO;COURBAIN;COURTAIN; Exercitar-se, jogar in **História do Corpo -Tomo II** (2008)

33É o caso trazido da Corte Francesa, século XVII, onde paulatinamente os Delfins (príncipes), passariam a se cercar de um aparato da beleza e do gesto estilizado, onde outrora havia sido o espaço do poder militar. Os nobres *cavaleiros* são representados agora, pelos nobres *chevaliers*, e ao invés de práticas corporais brutas e diretamente agressivas, como as *justas* da Baixa Idade Média (competições à cavalo, onde os oponentes simulavam os avanços perpetuados pelos cavaleiros, no campo de batalha, e não raro, o achaque físico real feria um ou ambos dos nobres envolvidos), se passa mais e mais aos bailes, onde as armaduras são travestidas em vestes pomposas (representando o patrimônio, o requinte e conseqüente poder nelas significado) e gestos elegantes (danças e meneios), baseados nos modernos princípios da Razão (por exemplo, o diagrama das danças nos salões, procurava fazer formas geométricas progressivas e figuras de simetria, que se espelhavam nas atuais prospecções da Matemática e nos diagramas orbitais atribuídos aos astros, descobertos pela Astronomia). O gesto se impregna de sofisticação, cria-se um novo método de distinção, mas permanece a função deste como um ativo de valores dentro do corpo dos costumes. Em lugar da atitude do Medievo, o gesto, a representação estilizada da atitude, a cumprir sua objetiva proposição. Fonte: VIGARELLO;COURBAIN;COURTAIN; Exercitar-se, jogar in **História do Corpo -Tomo II** (2008)

Cabe lembrar, entretanto, que os acontecimentos a anteceder a entusiasmante narrativa libertária do Iluminismo (a ocorrer a partir do século XVII), na esteira do Renascimento e deposição do assoalho religioso, vinha concomitar com eventos obscuros do *quattrocento*. Data de 1444, a primeira expedição europeia (portuguesa) que levou escravos do Sudão para o continente, às portas da era moderna. A acompanharia o edito dado pelo Papa Nicolau V, em 1452, a bula *Dum Diversas*³⁴, a qual estabelecia o direito e ausência de crime no ato de escravizar-se os pagãos. Numa interpretação extensiva, a agenda colonial perpetrou o processo escravizador – organizadamente, primeiro de indígenas com as *encomiendas*, posteriormente, com o tráfico negreiro estabelecido, extensivamente, após a instituição holandesa de sua prática (século XVI) - o qual seria mantido mesmo da deposição do assoalho ideológico religioso pelo burguês (até as primeiras leis de abolição, no século XVIII e XIX) e mesmo ainda, durante as catequizações promovidas pelos missionários nas colônias (despaganização). Nas colônias surgira a primeira grande experiência de contato entre culturas, para os europeus modernos (pelo menos, desde o relato de viagem de Marco Polo, à China, compilado no Livro das Maravilhas, 1450), e isto levaria a situações críticas. Para impor-se, havia-se de se ter contato com diferentes sujeitos, e nestes, demonstrar sua força. Não se respeita línguas, lugares, coisas sacras, o que existe é a sanha de explorar, demarcar, assentar-se. A política é a de integração. Para isso, a ferramenta ideal da ora apeada instituição eclesiástica é prestativa (como no caso, da Companhia de Jesus, fundada por Ignácio Loyola, em 1534³⁵), pois vem tentar munir-se de poder onde as sociedades ainda estivessem pouco sofisticadas em relação ao construto europeu, as vitimando, por se encontrarem sem defesas naturais ao epidêmico quadro de achaque institucional-epistêmico - sofisticadamente avassalador³⁶.

Se não há uma ligação de causa e consequência que possa ser demarcadamente sustentada – nem é o intento dessa pesquisa, nesse momento ao menos – sobre como expansão racional tenha acontecido justamente após um século inteiro de contatos com povos estrangeiros (ainda que em circunstâncias desproporcionais) e o abastecimento com recursos que fariam a Europa rica, e como isso se distribuiria em sua sociedade, no mínimo, isto é um dado curioso. O historiador francês Jacques Le Goff, traz em seu livro *O Imaginário Medieval*

34BARROS JR ; Antonio ; **Antropologia: Uma reflexão sobre o homem** (EDUSC, 2011)

35COTRIM, Gilberto; **História Global – Volume Único**, 11ª Ed. (2016)

36Considerações sobre o artigo de MIGNOLO (2008).

(1987), o relato de como sociedades inteiras se beneficiaram, numa Europa onde por volta do ano 1000, alcançou-se a técnica do plantio da cevada e o arado puxado por tração equestre. Seria o fator diferencial entre o perecimento nos invernos rigorosos e a vitória das colheitas. Ora, nas mesmas proporções, que se dizer de uma infinidade de novas técnicas, saberes, e cultivares (plantas), víveres (animais), que trazidos à Europa trariam fartura e novos hábitos a sociedades acostumadas a carestia e disputas fratricidas entre localidades! Se o assoalho deposto, depondo o feudalismo faria possibilidade de romper com essas localidades, mais ainda o contato com outras culturas e recursos o faria. Pois que agora não mais a disputar migalhas, mas dividir fartura (onde, por exemplo, se a Espanha tirava prata do Reino do Prata, esta virava moeda no mercado britânico têxtil e no comércio de especiarias genovês, fazendo circular a riqueza). Quantos conhecimentos, que já amalgamados como de pertença europeia, desde incursões do Mundo Oriental, do Mercado de Especiarias, da Rota da Seda e, finalmente, destas colônias, a refluir a reconsideração das práticas e atrelar novos conhecimentos ao assoalho europeu!³⁷ Se improvável a teoria, uma verdade há que ser admitida: o conhecimento prospera na riqueza, onde há melhores ofertas de recursos, onde os indivíduos duma sociedade conseguem com isso, ter mais tempo a se dedicar ao intelecto, e dele prospectar teorias que prosperam descobertas e avanços. Além disso, a fartura diminui as disputas internas, o que possibilita promover trocas entre comunidades lindeiras e fazer o conhecimento ser preenchido, muito mais rapidamente, num processo colaborativo. Não à toa, que depois de um século e meio de contatos e explorações de terras distantes (séculos XV e XVI), nos séculos dezessete e seguintes, se alcançasse o ideal de um fulgor de esclarecimento, como o atestado na aquisição do método dedutivo (em o *Discurso do Método*, de Descartes, em 1637). De cujo critério epistemológico que ficaria afamado com a máxima *Cogito Ergo Sum* (Penso, logo existo), se desdobraria o cartesiano em uma interpretação – precária – racional-ontológica, onde o precedente de existir aduzido pelo pensar³⁸. E quem o fizesse de maneira diversa, por outra matriz epistêmica (que não a racional consagrada), naturalmente, seria ontologicamente relativizável (inferior).

A Europa concentrando recursos, se racionalizaria, em método e costumes. Mas a discrepância da razão, se tornaria a razão da discrepância. A própria Razão não se arrazoa de

37BENTLEY; Jerry; *Europeanization of the World or Globalization of Europe?* (2012)

38Muito embora, categoricamente, o conteúdo afirme interpretação diversa: a de que a existência precede o pensamento, apenas identificada por ele durante a operação do pensar.

per si: Hobbes em sua obra (1651), e os demais contribuintes das teorias estatistas, proveriam seus discursos com o conceito de uma ordem natural a vigorar sobre os indivíduos, reunindo-os gregariamente. Mas não parando por aí, estendendo-a ainda a noção de discrepâncias inerentes a determinados caracteres, na circunstância de reunião (dos mais fortes aos mais fracos). Se um pouco esotérico-pragmática, essa tal ordem intuída, provinha ela da emanção do conceito de *jus naturalismo greco-romano*³⁹, que no momento de Neo-Classicismo que se estava a viver (desde o *quattrocento*), fazia com que um conceito arcaico, por sua essência, cosmológico, fosse reavivado, reconstituído e reinterpretado, em plena Era da Razão (categórica). A explicação convincente, era a de que assim como na natureza, aonde haveria um preceito a nortear comportamentos e sobreposições (como o exemplo dos leões e dos antílopes), demonstrava-se vocações entre os indivíduos, segundo suas capacidades (que decorrentes de suas características), de procederem o ilimitado de atitudes que pudessem sustentar do alto da força de sua condição. Embora lógica, tal interpretação não poderia ser categoricamente razoável, posto que incoerente, pois em seu cerne, era impossível reproduzir o experimento *que* a justificasse. Então, tomava-se a própria existência, nas suas discrepâncias e sob um tom discursivo muito delimitado no referencial observador, como sendo a atesta demonstração empírica dessa realidade. A teoria jus naturalista, seria uma das aberrações racionalistas a se autoproclamarem manifestas. O mundo tomado às guizas de experimento. Aristóteles procurara em suas observações tecer o funcionamento das coisas no mundo antigo, e nisso fora substituído pela experiência do experimento, na ciência moderna de Galileu; mas como então sustentar uma interpretação tão menos confirmável em um construto teórico-empírico, sem haver como experimentá-la!? Não pareceu ser um problema. Numa falta de experimento, argumento retórico serviria a seu propósito e discrepâncias serviriam de elemento dático (não como consequência, mas como origem de suas próprias conformações). A razão também constitui uma violência⁴⁰. Na metrópole, as ciências. Nas colônias, a catequese. Os corpos tidos em seus costumes, passam a ser moralizados pela Igreja. Enquanto na Europa, os corpos passam a ser regulados pelo regime maquino-fatural e a imposição do requinte.

39DALLARI, Dalmo; **Elementos de Teoria Geral do Estado** (1998)

40No conceito de Pierre Bourdieu, de **violência simbólica**, principalmente, onde, não obstante, eventos de física submissão, há aquela de fazer-se o indivíduo submetido reproduzir o quadro que o subalterniza, através da imposição de institutos aculturadores. Fonte: PINÇON-CHARLOT, Monique et Pierre; *A Teoria de Pierre Bourdieu aplicada às Pesquisas sobre Grande Burguesia* in **Revista de Ciências Humanas** (EDUFSC, abril/1999)

No ápice do choque cultural⁴¹, a política de identidades⁴², que e pela exigência do comércio e do trabalho estabelecido segundo moldes estanques (economia exploratória e imperialista⁴³), indivíduos não apenas enquadrados e perfilados pelas exógenas instituições civilizadoras europeias, racionais, estatais, legais, passam agora a ser desprovidos de sua identidade (não apenas genética ou de costumes, mas de personalidade). Indivíduos são reificados, em meio ao tonitruar de discursos libertários de detração ao jugo das monarquias, a clamar revoluções⁴⁴.

Convergindo a essas ponderações, Walter Mignolo (MIGNOLO, 2008)⁴⁵, escritor argentino de-colonialista, escreve uma série de ponderações sobre a política de identidades que estabeleceu a alteridade do indígena (um construto de classificação artificial que

41Roy Wagner, antropólogo estadunidense. Trabalha em seu livro *A Invenção da Cultura*, a ideia de que aquilo que temos por senso de nossa cultura, é dado quando a partir da imersão ou contato com outra cultura, nos causa espanto, estranheza, desconforto. É o momento de não-convívio, é o limite de assimilável: choque cultural. Do choque cultural, o indivíduo se dá conta de sua própria cultura, que até aí, seria naturalizada a si e, portanto, imperceptível a si. Após o choque entre culturas, o indivíduo traça o que seria uma alegoria (representação cheia de significância) da construção de sua cultura; levando-se em conta, que o autor define esta alegoria como sendo uma representação significativa. Assim, tudo o que teríamos de nossas culturas, não passaria de uma representação significativa construída por nossas experiências e percepções do contato relativo (relacional) com outros conjuntos de costumes, modos de vida, enfim, variegadas culturas. Fonte: WAGNER, Roy, *A Presunção da Cultura* in **A Invenção da Cultura** (2010)

42MIGNOLO, Walter; *Desobediência Epistêmica, a opção descolonial e o significado de Identidade na Política* (2008)

43Um pertinente comentário, é ressaltar que o interesse comercial envolvido na prática comercial trazida pelo colonizador europeu, fazia desdobrar essa necessidade de uniformização de costumes. Uma vez que, se se queria que o dinheiro valesse em qualquer lugar, por exemplo, tinha-se que se inserir as populações na convenção do valor representativo da moeda. Valores de uso e trocas como o escambo, passariam a ser realizadas em trocas por espécie, e em valor comercial. Neste ínterim, se desejava prospectar coisas em determinado ritmo, havia que se inserir os costumes de trabalho europeus, num modo mais agressivo e contínuo que o dos ritmos de trabalho de outros povos, por exemplo. Se se desejasse ainda, fazer com estas demais convenções prosperassem, havia que se assentar um conceito comum de patrimônio, pois a noção de limite entre a propriedade privada e a comunal, em muitas das populações autóctones, era intercambiável, por vezes, uma mescla sem demarcação. Como num jogo depende de regras, onde os participantes nelas devem estar inseridos. Medir, atestar, assentar, definir, levava a que se estabelecesse o molde comercial europeu e com ele, a possibilidade de mesmo fora da Europa, as coisas funcionarem segundo o ritmo europeu, em consonância. O papel da educação nesse processo seria fundamental, pois a violência poderia coibir ou impactar, mas só com a educação (uma violência atenuada, de assimilação pela instrução), levaria-se a criar um novo corpo de adeptos a proposta europeia – adeptos estes, que a levariam a perpetuar e expandir ao longo do tempo. Mas para isso, coagir os indivíduos era um mister, aonde o convencimento não prosperasse: a economia europeia não podia se sustentar de práticas eventuais. Sedentarizar-se, no lugar da prática autóctone nômade. Trabalhar, cobrir-se e adequar-se, pra que os corpos não se desviem do propósito do negócio nem desafiem com seus costumes permissivos, a estrutura social da economia. E, é claro, derrubar-se o assoalho ideológico concorrente, posto que na Europa, isto já se vinha há muito procedendo. As Cosmologias desafiavam a Economia, então, colocava-se um limite a ela. Compilado a partir de MIGNOLO; *Desobediência Epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade na política* (2008) e APPADURAL; *A vida social das coisas: As mercadorias sob uma perspectiva cultural*. (2008).

44BUCKMORSS, Helen; **Hegel e Haiti** (2011)

45MIGNOLO, Walter. *Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade na política* in **Caderno de Letras da UFF** (n.34/2008)

amalgamava culturas diversas sob um mesmo selo, segundo um olhar exótico [forasteiro europeu] e ainda colocava-o, por essa classificação, em subalternidade ao dominador estrangeiro, o que ainda acarretava que na miscigenação, a parcela de descendência do indígena fosse responsável por direcioná-lo a uma forma de vida deslocada, nem mais aceito no povo nativo, e não aceito na sociedade de costumes europeus), bem como solapou de sua implantação, a memória sobre o costume e a trajetória histórica de muitos povos (posto que por sua matriz cultural, requeriam praticar do relato oral, de danças e de celebrações para resguardar essa forma de registro, as quais eram práticas tolhidas pela implantação catequética e pelo regime econômico que sobrepunha com outras práticas e marcos temporais [prazos a serem atendidos], o lugar das práticas de rituais e oralidades), e que na América – com ênfase para o quadro latino-americano – como esta foi sustentada por uma estrutura ainda pouco observada: a do imperialismo epistêmico, o qual pontua como sintomático dos processos de colonização sofridos pelos países latino-americanos (mas não apenas por estes), evidenciado pelas línguas (do Norte ao Sul da América, quatro idiomas principais e mais o latim, a serem colocadas em sobreposição aos dialetos e línguas-gerais autóctones [como o nheengatu, no Brasil], e colaborarem a fragilização dos costumes e evanescimento da memória registrada pela cultura da tradição oral), pelos modelos de educação (como o modelo jesuíta, responsável por missões de integração, que preparavam às condições a instalação da economia agrária de exploração e ao cotidiano europeu, incluindo-se nisso o conceito e administração do patrimônio e do trabalho) e de pensamento (pensamento filosófico racionalista moderno, em lugar das concepções cosmológicas e, inclusive, racionais autóctones, como dos Maias no México e dos Incas e Aymarás no Perú [Tilimachlia]), e que resume numa expressão integralmente didática, tratar-se de uma instituição (intencionalmente) imperialista da Era Moderna, numa agenda colonizadora europeia, dividida em seis línguas principais (inglês, alemão, português, espanhol, francês e no latim), que fariam dos países colonizados, ainda que independentizados, dependentes e interligados a uma doxa europeia, esquizofrênica (fraturas psicológicas) e perpetuadora de uma ainda mais remota tradição: a da filosofia greco-romana⁴⁶, demarcadora de figuras de pensamento, conceitos e ideias que ainda hoje, são utilizados, forçosamente, a explicar fenômenos em muito alheios ao seu cenário de origem. Pra compor seu argumento, o autor procede uma crítica aos sistemas econômicos que a – esta

46MIGNOLO,Walter; Desobediência Epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade na política. In **Caderno de Letras da UFF** (n.34/2008)

episteme e desdobramentos – sustentam (modelo de civilização baseado na consideração de economia prospectiva e teoria do valor e não na prática da circulação da propriedade e no valor de uso dos gêneros produzidos) e que se sustentaram da desautonomia dos povos locais, e das instituições de políticas civilizatórias (como a de identidades, que construiu a figura homogênea e artificial do nativo como índio/indígena), que colonialmente contribuíram a fragmentar as personalidades autóctones.

O escravo (moderno, do tráfico negro) e o *índio*, são produtos de uma equação. É uma consequência racional, justificada por um peso muito direto: maximização dos ganhos e minimização das perdas, onde quem perde, o faz em condições de disputa, e com isso é justa a parcela cabida ao lado a ganhar. O cativo que por assim vir tornar-se, demonstra que derrotado, por consequência, é menos inteligente, menos capaz, logo, subjugável. Não obstante, endossa-se também que este cativo, por natureza seja menos humano, cuja existência de personalidade possui tutela disponível e a liberdade, relativizável⁴⁷. É necessário aproximar certos grupos humanos do aspecto animalesco, desprovê-los de consideração e encontrar características que os bestializem, assim, suas culturas e sua forma de vida entram em subalternidade ao proposto europeu⁴⁸. Se, eclesialmente, a letra papal consagrara um

47A questão escravagista seria alvo de considerações entre os patriarcas do pensamento moderno liberal Iluminista. Entretanto, a convergência das opiniões atestaria um entendimento muito circunscrito de posicionamento. Não é terminante falar se sabiam ou não, com total certeza, o caráter da decisão ideológica que tomavam, ou se convenientemente a faziam, posto que à escusa do momento vivido, cujo pensamento difere do atual, as balizas morais e a ética vigente, conluiavam pra interpretações – à referência hodierna – aberrantes. Pensadores como Locke se locupletaram da exploração de companhias em África. Outros, como Rousseau, silenciaram sobre o assunto, quando Do Contrato Social. E alguns, cinicamente, como Hobbes, aquiesceram com a conduta, tida como consequências de disputa, às quais os próprios homens brancos poderiam um dia ocupar, se, sistemicamente, fossem superados, vencidos. O próprio idealizador de uma teoria contendo a condição entre o senhor e o escravo, e a necessária conclusão de uma patente superação a ser operada da deposição deste eixo de dependência (onde o senhor pra passar ao próximo passo de sua condição, evoluir, teria de liberar a figura do escravo, fazendo-se liberar e progredir o construto social), Hegel, afirmaria conclusões duramente preconceituosas, anos depois, em referência ao povo negro e a condição da barbárie. Ainda assim, dentre todos os pensadores descritos, seria o que mais estaria atento aos eventos correntes (por ser correspondente de um periódico no qual atuava como colaborador), e que noticiava pelos dias de produção Fenomenologia do Espírito (1802-1807), notícias diárias da Revolução de Independência de Haiti (1802-1804) – realizada por negros e consagrada na figura do presidente e abolicionista, Touissant Louverture. Fonte: BUCKMORSS, Helen; **Hegel e Haiti** (2011)

48Sociólogo brasileiro, Jessé Souza pontua esta característica referente aos atributos corporais como um signo de subalternidade utilizado na tradição portuguesa e brasileira no ato de tratar com os escravos. O escravo, trabalhava nas funções mais desgastantes e degradantes, tendo como ferramenta o seu corpo. O português branco, desprovido, tinha ojeriza ao serviço doméstico e o provido de posses, sempre tinha a quem delegar a execução das tarefas. O trabalho braçal passava a ser visto, na sociedade brasileira, como atividade própria dos derrotados. O epíteto uma pessoa *muito corporal, personalidade corporal*, remetia-se a pessoa de conduta lasciva ou obtusa de formação, em caráter pejorativo. Sintoma esse que cabe, adequadamente, a ilustrar de como a escravidão nutria um ciclo vicioso: O cativo é subalterno porquê trabalha no pesado; e trabalha no pesado,

lado da equação, numa tomada tosca interpretação cartesiana se consagrava a outra parcela: se não pensam (como nós), são coisa, não existem (como nós), podem ser determinados. A razão não respeita, requer respeito. Conveniência sustentada por um conluio abjeto, onde racionais e eclesiásticos se corroborariam em dois lados: num afirmando-se o patrimônio sobre as formas de vida reduzidas a condição animal da tutela (consagrada em códigos de leis como o *Code Noir*, Código [do] Negro, regulamentador da escravidão no estado francês durante a empreitada colonial do Ancien Régime francês⁴⁹); no outro, a ausência de crime, pela ausência de almas dos vitimados.

A agenda racional afirmava a igualdade dos indivíduos e seu direito à propriedade e liberdade, contudo a agenda civilizatória lidaria e requereria que houvesse discrepâncias, diferentes níveis de ontologia,⁵⁰ taxonomias e teorias que lhe corroborassem a prática e política econômica e social. Era preciso educar os costumes, educar os nativos e educar os cidadãos. Em cada qual das medidas objetivas de cada educação para cada qual dos destinatários. Nos costumes, educar pelo gesto e requinte; entre os nativos, educar pelo exemplo, truculento ou assimilador; entre os concidadãos, educar para o convencimento de uma nova forma de estado (liberal, racional). Isto que em boa parte, destaque-se, seria um compromisso da sociedade europeia para ela mesma, muito mais do que pra o controle exterior, pois convencer a comunidade dos fraternos, era a garantia de civilidade que se preservaria entre comuns, ocasionando a paz social e a estabilidade dos arranjos estruturais societários.

subalternamente, porquê é cativo. Se naturalizava com isso a questão de atribuir ao escravo incapacidade de intelecto e de criar uma censura, e uma pecha, que todo o seu proceder era demasiadamente corporal, carnal. Portanto, pejorativizando a noção de corpo neste construto, em antítese a quem dispunha da oportunidade de ser um homem das letras ou das posses. Desprovido de sua dignidade, e enfraquecido em sua autoestima, o povo brasileiro miscigenado, conforme defende o autor, criava com isso um senso de agarrar-se a qualquer oportunidade de aproximar-se de um cargo burocrático ou ir redimir-se da ignorância estudando em Lisboa. Enquanto que, afastava-se ao máximo da descendência negra presente em seu sangue e negava-lhe os costumes e a submissão ao trabalho corporal. Eia aí, um dos sustentáculos do que viria a formar um preconceito social amalgamado com de classe e fomentador de um complexo de *vira-lata* em relação a cultura colonizadora [como se pode observar, do estudo de caso brasileiro, uma metáfora cabível a outras situações de cativos do processo colonial europeu]. FONTE: SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso**. Ed. Leya. 2017.

49Código de Leis Negreiras (Código Negro). Editado no Regime Antigo francês, foi deposto pela Revolução Francesa, em França, mas vigorava nas colônias. Após o incidente da independência Haiti (1795-1802), Napoleão, imperador, considerou reativá-lo. BUCKMORSS, Helen; **Hegel e Haiti** (2011)

50Que aqui se entende por ontologia e não classe, por sublinhar-se o fato de que, mesmo com posses, um escravo não poderia ganhar sua alforria se o seu proprietário assim não a concedesse, onde tal dependência de outorga pra ter a personalidade e ainda a questão de passar hereditariamente a cativa circunstância aos descendentes, implicam que mais que uma distinção de classe, houvesse na impossibilidade de rompê-la, sem interferentes ocorrências, a instituição de uma distinta determinação existencial.

Eis aí, entre outros fatores, o segredo da força e do sucesso, europeus: em relação aos seus dominados, muito mais do que apenas sofisticações tecnológicas (desde bélicas até biológicas, como as epidemias trazidas em incubação pelos colonizadores⁵¹) e institucionais, se encontrava consigo um momento singular de estabilização das disputas entre as nações europeias. Por um lado, a ser promovido por instituições legais, como o Tratado de Paz de Westphalia, assinalado em 1648, pondo fim à Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), envolvendo os reinos da Suécia, a Holanda, França e outras 12 nações, e com isso consolidando o império da diplomacia entre as fraternas nações europeias. E por outro lado, através da educação, que curiosamente contaria com o protagonismo de um homem que havia presenciado o cruento conflito em questão: o tcheco Ján Amós Coménsky (Comênio). Comênio ficaria conhecido por publicar suas considerações acerca de uma educação que partisse de conceitos mais simples para os mais complexos (sistematização), e que incluísse o ensino das artes liberais (Filosofia, Matemática, Física, Economia, Política) como parte do ensinar, oferecendo assim, uma formação universalizadora aos sujeitos da sociedade. Procedia isso, em forma de crítica ao velho modelo escolástico religioso, na obra *Ceska Didaktika* [Tchéská Didaktika, em pronúncia tcheca] (1627), que viria traduzida ao latim como *Didática Magna*, em 1631. Comênio defendia um modelo universal de educação, assim como a agenda estatista legalista previa um modelo universal de estado (como se suporia, a teoria do Estado-Nação). Comênio, não se sabe se influenciado por este ou não, seria precedido neste atentar com a Educação por Michel de Montaigne, filósofo francês que escreveria em seus *Ensaio*s (1580), o papel fundamental de um ensino infantil, bem como traçaria as premissas básicas de um anti-academicismo (através da liberdade dada por meio da publicação, sugerida, de ensaios) e o considerar de uma prática individual de enfrentamento a mentalidade-de-rebanho (que denunciava encontrar-se no público carola). Michel de Montaigne ficaria conhecido como o pai do individualismo moderno, e da messe de seu legado, bem como o de Comênio, seria deliberado um projeto inovador do educar em sociedade. Onde nesse mote, pela educação se emancipava os sujeitos por meio do conhecimento, preparando-se a aclimatação para os conceitos (das artes) liberais. Os conceitos liberais, preparavam a constituição de um novo modelo de sociedade, onde a paz era garantida por pactos legais externos (entre nações) e perpetuada por uma uniformidade de

51GROVE, Richard. **Green Imperialism: Colonial Expansion, Tropical Island Edens And The Origins Of Environmentalism, 1600-1860.** (1995)

costumes. A educação entrava, finalmente, na esfera de consideração institucional do estado liberal. A agenda racional já ia encaminhando a fraternidade – faltariam agora, liberdade e igualdade.

Dado pela concentração de recursos, ou por ocuparem-se com outros objetivos, seja qual for a explicação da primeira onda de bonança moderna do pensamento burguês (ou seu complexo), a segunda onda, seguramente, tributava sua possibilidade aos avanços diplomáticos estabelecidos em tratados assinalados⁵² e na abordagem destes por teóricos (desde Thomas Hobbes até Hegel). A dissolução das disputas, e uniformização das práticas e deveres (por uma educação nos institutos estatais, e dos institutos estatais na educação) para garantia da paz, requeriam de regras, e eis o porquê de um *boom* de tantos trabalhos à época virem a debruçar-se sobre o tema (como no elenco de autores, supracitado ao final do excerto anterior). O estado moderno, não poderia mais derramar o sangue próprio ou fraterno em conflitos, seria contraproducente e perigoso, quer a integridade, quer aos interesses comerciais. A paz era útil, pelo menos das fronteiras internas do continente para fora. E se requeria-se de regras, era a hora de se falar em leis (das externas dos tratados, ao legalismo interno, de cada estado-nação). Leis que estabeleciam os acordos, os formatos e os contornos dos estados a serem formados por essas leis⁵³. Também essas, leis que garantissem o patrimônio, a liberdade, a educação e a integridade dos seus integrantes (cidadãos). A aurora cultural iluminista, se devia à prosperidade de uma estrutura, assoalho assentado na estabilidade – através de pactos e regramentos. Estabilidade a soar como uniformidade, e uniformidade a soar como garantia de igualdade. O que faltaria ainda!? A liberdade de iniciativa acenava com a resposta.

52Os últimos grandes conflitos euro-nacionais haviam sido nos séculos XV e XVI (como nas disputas da Reforma e sua contra-vestida), e desde então, do século XVII a frente, acordos haviam sido firmados (como a Paz de Westphalia, que punha desfecho à Guerra dos Trinta Anos [1618-48], protagonizada por quinze nações), fortalecendo assim, a estrutura interna da Europa, o assoalho, pra vir instalar-se nova aurora cultural. Essa consideração, parte da proposta de uma Teoria Realista acerca do funcionamento do construto-legal-político que fez emergir a possibilidade dessa natureza de tratados na conjuntura europeia. - como encontrado em autores como Henry Kissinger, em **A Ordem Mundial** (2014).

53Fulcro das obras de Montesquieu (*O Espírito das Leis*) e Rousseau (*O Contrato Social*), onde se trabalha a organização da sociedade segundo códigos legais e como se procede pra abrir mão de algumas das vontades de poucos (ou dos próprios indivíduos), em nome do interesse de muitos (pacto coletivo; segurança, estabilidade; recursos). Os estados a partir desse eixo de organização moderna, seriam classificados em legalistas e contratualistas (bem como às pertinentes teorias a se dedicar ao seu estudo em temas). Fonte: DALLARI, Dalmo; **Elementos de Teoria Geral do Estado** (1998)

Em Dois Tratados de Governo (1689), Locke libelaria pela necessidade de se deparar desigualdades sociais administrativas, onde homens se sobreporiam aos outros como se seu direito fosse, de os comandarem por um poder soberano despótico e não-cambiável, atávico e hereditário. Acenava com a deposição dos reis nessas palavras, e por elas empregava o exemplo do fim da escravidão (metafórica, pois a real, nas colônias, grassaria incólume). Mas o comando da sociedade haveria de ser exercido, para não recair-se na crítica de Hobbes, de um estado sem leis. Então, a solução passaria pela alternativa apontada no Espírito das Leis (1748), de Montesquieu e no Contrato Social (1762), de Rousseau, de onde respectivamente, a organização social perseguia estruturar-se sob o escopo de leis e no pacto social da administração das vontades e das responsabilidades entre os indivíduos. Com o império do comandar a ser garantido e ocupado pela lei, e não mais por indivíduos (monarcas), podendo ser cambiado de acordo com a necessidade de ajuste. Tais premissas, juntavam-se ainda a consideração da liberdade de iniciativa negocial, pois, numa análise como essa, de pouco adiantaria ter-se uma sociedade de indivíduos livres, se no seu trabalho e ganhos, a todo momento, o Estado que haviam consagrado para libertá-los, os tornasse cativos por sua interferência. Eis aí, o mote de A Riqueza das Nações (1776) e A Mão Invisível (1776), do economista escocês Adam Smith, onde debateria da necessária discricionariedade civil no tocante à gestão e prática das atividades do comércio e da produção e circulação de riquezas, devendo ao Estado caber somente a parcela de responsabilidade de garantir, minimamente, das condições para tanto realizar-se. E daí, finalmente a tríplice: liberdade, igualdade e fraternidade – a explodir num conceito com a aclamada Revolução Burguesa Francesa de 1785.

Liberdade segundo balizas; fraternidade mediante condições e igualdade segundo a circunstância. Acompanhada de um conceito muito circunspecto de universalidade (eis o Iluminismo, sem sua máscara!). A estabilidade entre nações era assegurada. Em leis na forma, e um civilizar-se pela educação no construto, mas materialmente, dentro de cada nação, não era certo o como proceder, que fazer para administrar as tensões e enquadrar os deslocados; Surgia a questão: como controlar os que havia a pouco se tinham emancipado pela educação liberal, se para Europa se queria de indivíduos ordeiros mas na maioria de suas ideias, atentando que, bem distinto da solução nas Américas, de simples conversão, instrução e padronização educadora, não se poderia bitolá-los sem perder-lhes a sofisticação necessária pra novas especificidades técnicas da indústria!? Que medidas a se tomar!?

1.2.2 Ordem e Progresso

Deste propósito, às portas do século dezenove ainda haveria o debate sobre quais medidas a se tomar para enquadrar inaceitáveis e garantir a ordem interna. Tudo encaminhava para as leis, pouco se imaginava que passaria pelo corpo (esse que, de outrora, vilmente civilizado e adestrado na etiqueta modernista). Leda precipitação. As cidades desmentiriam a desnecessidade de se dar cuidado, atenção, e porque não, regalo ao corpo. Era uma era de *máquinas a vapor*, moradores justapostos em cortiços, bairros, concreto e pedra, multidões nas ruas e o frenesi do trabalho coletivamente exercido, em espaços cada vez menores, pra poder-se colocar mais máquinas e estocar mais produção. Logo, esses os corpos engrenados, adequados e perfilados, precisariam *liberar a pressão*. Dúvida corrente, como se proceder com isso e não romper com as normas e a civilidade, construídas com tanta internalização de práticas de comedir-se!? A resposta, só poderia provir do inusitado. O qual aqui se sugere, a partir de um exemplo emblemático, como parte dessa solução seria arranjada.

A princípio, com as cidades crescendo pelo número de trabalhadores, a demanda por labor e o mercado interno a prosperar, tudo parecia se encaminhar para um progresso sem refreamento. No entanto, a explosão demográfica, as más condições de trabalho, de renda e de saneamento, faziam com que as cidades se tornassem ambientes perigosos, imersos em criminalidade e imundície. Se o ar da cidade libertava, como nos dizeres medievais de certo pórtico, o das cidades industriais se encontrava, circunstancialmente, sobrecarregado. No cenário inglês, pioneiro a alcançar a condição industrial, as disputas entre operários das fábricas e administradores e proprietários fabris, fazia culminar em correntes políticas como o Socialismo, do negociante inglês Robert Owen (1817)⁵⁴. Não obstante, buscando conceber formas de liberar algumas das tensões da classe popular trabalhadora, concessões seriam feitas, de forma a manter a civilidade, a ordem progressiva da produção e garantir que se satisfizesse o âmagos sedento de uma classe em polvorosa. Um curioso episódio britânico a flertar com uma solução, é relatado no livro *The World's Game: A History of the Soccer* (na tradução livre: *Jogo Mundial: Uma História do Futebol*), realizado pelo historiador australiano Bill Murray (MURRAY, 1996):

54 THOMPSON, E.P. **A Formação da Classe Operária Inglesa (1963)**. 7ª ed. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1993

Na verdade, não há um primeiro jogo de futebol, pois suas origens remontam muito antes da história registrada: nas sociedades pré-industriais era, por vezes, um jogo coletivo de vila contra vila, com falta de regras escritas e celebrado como parte dos ritos férteis ou para marcar particulares temporadas do ano. [...] Nunca foi exclusivamente de pertencimento popular, mas contava com um sem-número de aficionados, anônimos, entre os clérigos e dignatários locais, bem como entre distintos homens como Oliver Cromwell, Walter Scott, e reis como os da Escócia, Inglaterra e França. Mais do que nunca, sua extrema simplicidade ocasionou ser malvisto (subalterno) por aqueles que dispunham de meios de lazer mais elevados, como por exemplo, esportes a cavalo. Mais ainda, seria várias vezes recriminado por sua inutilidade como treinamento militar, e sua nocividade para alma por conta de sua licenciosidade, e para a vida e a propriedade, por conta de sua violência. Outros o considerariam, no entanto, um inofensivo jeito de extravasar as tensões, e não encontrariam razão para negar aos pobres o deleite desse simples prazer.⁵⁵

Eis aí, um sabor conhecido: o esporte. O esporte seria uma criação de primazia inglesa, tão patente quanto a revolução que o desencadeava. Na política a viger, um meio de satisfação do indivíduo (como em Norbert Elias, a excitação mimética⁵⁶), pra administrar-se as tensões entre interesses concorrentes na sociedade. Pra episteme a viger, um meio de formar a educação mais completa, preparando assim os seus experimentadores, a melhor servirem sua sociedade (tanto mais diretamente, como se verá a seguir). Segundo Murray, ainda no exemplo do futebol, sua trajetória de origem *camponesa* pré-industrial, o tornava um obstáculo – inicialmente – ao gosto requintado das elites (ou, pelo menos, a uma admissão pública). Entretanto, aguardava ainda uma uniformização das regras (como chegariam a atualidade), este que um espaço a ser preenchido por interferências burguesas. Assim, desde o século XIX, quando suas regras passariam a ser formuladas (na Grã-Bretanha e outros países anglófonos), integrantes da classe média (*old boys* [veteranos] das Universidades; veteranos das Escolas Públicas inglesas e faculdades) e trabalhadores passariam a jogá-lo – quer como folguedo, quer como válvula de escape.

55MURRAY, Bill; **The World's Game: A History of The Soccer**; (1996)p.2

56O autor utiliza de um termo que explica como o esporte atua na função catártica do perigo real e com isso, atenua os dissabores da vida regrada, como uma ferramenta de violência atenuada, de explosão contida, onde esporte com seus gestos, diferente da representação estilística que visa substituí-lo ao uso violento, pelo contrário, procura remeter a violência ali presente em gestos estilizados, cujas regras, espaços e tempo definidos, permitem que se crie na atmosfera de jogo a aplicação das tensões de maneira direcionada, levando a um desgaste físico, picos de excitação, reexperimentar do gosto ocasionado no momento de embate pela vida e a preservação real dos indivíduos. O esporte, simula assim o perigo e o embate e promove a excitação imitada da de outrora, onde o perigo real estava implícito. Fonte: ELIAS, Norbert. DUNNING, Eric. **Quest for Excitement** [Tradução Livre, O Desafio da Excitação]. 1993.

A origem do jogo, eminentemente, popular, seria contornada com o estabelecimento de associações atléticas e clubes, fundados a partir de grupos egressos da formação no ensino superior e pela uniformização de regras, escritas por estes mesmos protagonistas (1862). O autor assinala ainda, da existência de outros esportes à época (utiliza-se precisamente do termo *sports*; tais como golfe e críquete, com regras estabelecidas desde a segunda metade do século XVIII), mas comenta de como estes ainda estavam ligados às possibilidades de classes mais abastadas, e o circuito de outras práticas em clubes (1888). O futebol, por outro lado, parecia mais e mais vir tornando-se o esporte entre os instruídos, sendo ao mesmo tempo que praticado em recintos de ensino (que por sua categoria, distintivos sociais), um reduto de gestos bruscos, que se atenuavam com o estabelecimento de um conceito de *fair-play*.

Nesse cerco do *panem et circensis*, cabe fazer parêntese a como esse pertencimento de elite era relativo (embora evidenciadamente pronunciado, pela interferência da classe média estudantil), ao mencionar no futebol, estabelecendo-o no quadro de mudanças sociais e ambientais que fariam seu sucesso um *hors-concours* entre ambas as classes:

O começo de uma Grã-Bretanha a mudar de uma agrária sociedade para uma sociedade industrial remontava a 1750, os jogos jogados em espaços abertos e campos (rurais) eram adaptados a enquadrar-se nas ruas estreitas e superfícies duras das novas comunidades urbanas. O tempo de lazer determinado pelo sol, estações e as obrigações feudais, eram realocados agora por muito mais restritas horas de lazer decrescidas pela luz artificial das fábricas e a necessidade dos seus proprietários. Implementos nas estradas e meios de transporte permitiam jogos a serem jogados fora do espaço local, e os trens começavam a ligar as sempre crescentes cidades britânicas, podendo-se praticar em base nacional os jogos que a classe-média prediletava e promovia. Este escopo expansor envolveria uniformidade nas regras e um corpo diretivo nacional. A revolução industrial avançou mais rapidamente na Inglaterra, e o esporte organizado foi introduzido lá muito antes de que o fosse em outros países [...]. No entanto, seria no século XIX que novas e modernizadas práticas de lazer seriam reconhecidas numa base nacional: montanhismo em 1857; práticas de campo e pista, em 1866; e natação, em 1869. Por volta de 1888, ciclismo, velejar, patinar, pugilismo, hóquei, remo e tênis de campo, teriam suas próprias associações diretivas. Importante destaque entre as novas codificadas formas de esporte constar o futebol (*soccer*), até então dividido em duas distintas formas, o futebol *association (soccer)* e o rugby⁵⁷.

Na metáfora do esporte bretão, notifica-se que a relação envolvida entre uma prática social, mesmo como um incipiente esporte, já demarca um processo de disputa. Se a

57MURRAY, Bill; *The World's Game: A History of The Soccer*; (1996). p.3

interpretação deste esporte era neutra em sua aparência, influências e conveniências não cessavam emespreitar. Murray destaca neste sentido, o papel importante do esporte na formação caráter juvenil, atendendo a objetivos administrativos e da preparação pra liderança. O faz em citação dum artigo do jornal *The Field*, edição de abril de 1864:

Em matéria de ética e educação, livros e leitura nunca estiveram tão universalmente distantes de tudo. Escritores atuais, os quais têm obtido êxito em debruçar-se sobre o assunto, têm ido longe em declarar os mesmos como sendo apenas itens subordinados no grande sistema pelo qual a juventude de uma nação é então treinada pra quando tempos de necessidade cheguem, estejam estes preparados para o comandar de uma divisão, liderar uma carga de cavalaria, suportar o peso das batalhas, a dureza do campo, ou aceitar as responsabilidades em devolver aos homens a quem lhes é confiado, o governo da nação. A educação do campo de treino, e as lições aprendidas com colegas de escola e amigos de faculdade são, a despeito das vantagens físicas adquiridas no processo, da mais alta valoração.

O autor prossegue, argumentando que:

Esta constatação, altamente carregada de política, não seria assim observada por aqueles que pregadores do *esporte, pelo desfrutar do esporte*, o essencial ideal amador. Este era na verdade, um estabelecimento pelos auto-intitulados líderes da nação, homens da velho modelo escolástico, instalados sob regras e disciplina pela qual eles deveriam vir a comandar um império a si lhes confiado. Esporte, então, não seria apenas para jogar e divertir, mas para construir caráter e liderança⁵⁸.

Como observado, o esporte, ora utilizado apenas como válvula de descompressão das tensões – já um sentido político- ou como celebração do ciclo circadiano do tempo, agora passava a ser barganha política, e espaço de administração do enquadramento – novo sentido político, mas ao invés deste de refrear uma classe, a impulsionar outra. Disputas de campo, a revelar um campo em disputa: as práticas entre classes e a classe entre as práticas (onde também os lugares das práticas passavam a mudar, com o surgimento dos clubes). O século dezenove, europeu, entrava na fase em que a educação, outrora de etiqueta e distintivo social, passava agora a ser política pública⁵⁹ (acompanhando as medidas legais que ora jactavam a este posto). Para enquadrar os deslocados, para instruir os ineptos e para preparar indivíduos para as necessidades do país e do cotidiano. Nesta trajetória toda, é a primeira vez em que a escola passa a ser parte da ferramenta de estado do progresso, e não mais as oficinas de

58MURRAY, Bill; *The World's Game: A History of The Soccer*; (1996). p.3

59Com ressalvas, pois a maior parte das escolas, pelo menos nos exemplos cá trazidos, de França e Grã-Bretanha, ou eram de posse privada, ou eram acessadas por gente de boas condições. Há que se refletir sobre o conceito de público àquele momento.

aprendizado pra instrução. A educação entra em pauta, onde o saber catedrático (o das letras, das formações superiores e do lustro do conhecimento), ainda é reputado, mas agora deve dividir seu quinhão de importância com um saber prático. Episteme do momento, a de que o experimento reflete no dado a verdade, consagra no positivismo o conceito de que *o que quer que seja feito, a de ser aquilo de prático se possa aproveitar como bem-imediato* (máxima conceitual utilitarista de Stuart Mills, em *O Utilitarismo*, 1861). E a prática física, mais do que nunca, também é elencada no processo de enquadramento, pra vir formar indivíduos sob um ideal de preparo, resistência e proatividade. Como bem observa, Bourdieu (1982), no exemplo francês (da *École des Roches*. instituição fundada pelo pedagogo Edmund de Molins, discípulo do conservador Frederic le Play, e contemporâneo a Pierre de Frédy, Barão de Coubertin):

Assim, por exemplo, o que está em jogo na criação, no final do século XIX de um ensino privado que reserva um grande espaço para o esporte, é a imposição, no âmago da própria instituição escolar, de uma definição aristocrática da educação estabelece o saber, a erudição e a docilidade <<escolar>> simbolizada pelo <<liceu caserna>> (nesse contexto, é que surge o tema retomado tão frequentemente), além de todos os critérios de avaliação favoráveis aos filhos da pequena burguesia pelos quais a escola afirma sua autonomia, como opostos a <<valores>>, tais como <<energia>>, <<a coragem>>, <<a vontade>>, consideradas as forças do chefe (das forças armadas ou da empresa – na época praticamente quase a mesma coisa) e, sobretudo, talvez, a <<iniciativa>> (privada), batizada *self-help*, o <<espírito de empreendedorismo>>, ou seja, outras tantas virtudes associadas à prática do esporte. Valorizar a *educação* contra a *instrução*, o *caráter* contra a *inteligência*, o *esporte* contra a *cultura*, é afirmar, no próprio mundo escolar, a existência de uma hierarquia irredutível, à hierarquia propriamente escolar⁶⁰.

O panorama francês, não se distinguiria muito do panorama inglês, onde o mote do momento, para além de uma educação tradicionalmente consagrada, importava que houvesse o reconhecimento de outros nichos de cultura, por extensão, de outros atores sociais. Isto não viria sem conflito, pois assim como o cânone helenístico havia sido enfrentado pelo romano, o medieval pelo moderno, e a civilização enfrentaria a exigência de uma paz interna, o ideal romântico da educação erudita lutaria para não ceder a transformação de uma escola que se preparava para formar o caráter e o saber técnico, no mesmo recinto onde o conhecimento consagrado seria ministrado. Ou melhor, em dois recintos, na sala as coisas do lustro, e no campo (de jogo), a vida prática e os valores utilitários. Bourdieu (1982), ainda pontua:

60BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**. p.89

Estas lutas, a propósito da definição legítima da cultura e da maneira legítima de avaliá-la não passa de uma dimensão das lutas incessantes que dividem toda a classe dominante e que através das virtudes do homem plenamente realizado visam os diplomas legítimos para o exercício da dominação: é assim que a exaltação do esporte, escola do caráter, e a valorização da cultura econômico político, em detrimento da cultura literária ou artística, fazem parte das estratégias pelas quais os membros das frações dominantes da classe dominante esforçam-se em desacreditar os valores reconhecidos pelas frações <<intelectuais>> da classe dominante e da pequena burguesia – cujos filhos desencadeiam uma concorrência terrível, no terreno da competência escolar mas definido escolarmente, aos filhos de burgueses. No entanto, de modo mais profundo estas manifestações de antintelectualismo não passam de uma dimensão do antagonismo que, bem além da questão dos usos legítimos do corpo e da cultura, atinge todas as dimensões da existência; Neste caso, as frações dominantes tendem sempre a pensar sua relação com as frações dominadas através da oposição entre o masculino e o feminino, o sério e o frívolo, o útil e o fútil, o responsável e o irresponsável⁶¹.

Há que se considerar, que embora aquele mundo estivesse mudando, para algo mais legalista e das políticas públicas, os modelos de escolas citados ainda figuravam como estandartes a anunciar o velho regime. Romper com o velho regime da educação erudita açambarcada e protagonizada pelos integrantes e descendentes da alta classe (nobres; pois embora, depostos, eles ainda existiriam), não se daria sem luta e mesmo os burgueses – pequena burguesia – conseguindo enfrentá-los, só o conseguiam fazer porque detinham posses, embora não as tradições linhagísticas. As escolas públicas e os liceus eram uma realidade da classe média e da pequena burguesia, os de alta classe ainda estudavam nos educandários e dispunham, inclusive, da educação particular. Este perfil de sujeito da elite não se sentiria confortável com o esporte, este que não mais um folguedo, mas um franco espaço de concorrência. Onde as classes sociais estavam a tocar-se. E chegava a hora de todos obedecerem as regras.

Não obstante, os critérios e cânones de avaliação de uma boa educação, também constituíam campo em disputa, por isso o Positivismo, embora consagrando o experimento não o fazia apenas como sofisticação do método racional: associava na razão um subterfúgio para garantir a distinção social. Onde se outrora havia sido questionado em legitimidade simplesmente por ser o legitimador, dominante das condições para fazê-lo, agora podia munir-se do domínio do método como sua propriedade de realização. Interpretando a Bourdieu, permanecia no positivismo, ainda um resquício de vaidade, representada no ato de

61BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**. p.89-90

ainda poder regular o compasso dessa progressão, balizando o legítimo e o ilegítimo, o certo e o errado – como outrora fora o gosto e o requinte, o berço e a circunstância. O culto ao conhecimento positivado se tornaria um distintivo⁶².

Desta mistura de reputação razão, surge a instituição de um capital intelectual, como chamado por Bourdieu, onde um mercado de ações espreitava: dos frequentadores dos salões do conhecimento, às sociedades literárias, de naturalistas, de físicos, os clubes de cavalheiros, etc. Em dado nexos, somava-se paulatinamente a isso, ao estabelecimento do Método, fundado cartesianamente, um atentar por verificações nas descobertas, a depender de provas reais e experimentos assecuratórios (aí o cerne do *positivismo*; pelo qual, um conhecimento só poderia ser reconhecido se testado e verificado segundo submissão a um método consagrado, avaliado por indivíduos reputados pra esta aferição). Distinção enrustida de competência. As epistemes dão lugar aos paradigmas, onde valem os que vogam, e se apresenta, ironicamente, resistência às revoluções e descobertas científicas, mais por contrariedade a livre metodologia certificadora, a qual minaria o poder dos avaliadores, do que por material relação dos experimentos. Não obstante, as instituições de verificação desse saber positivado, se tornariam novas cúrias do conhecimento⁶³, sob o nome de Academias Reais de Ciências (ou como após a Revolução Francesa, por exemplo, Academia Francesa de Ciências Naturais),

62Bourdieu fala de uma *disposição estética* como desdobramento da exposição a experiências estéticas junto a iconografia da cultura consagrada. Assim, aqueles que possuem condições de ter o contato precoce com meios de cultura como pinacotecas, museus e obras literárias, acabam refinando o gosto e neutralizando seu juízo em torno das escolhas sobre gênero de arte e experiências com cultura consagrada. Enquanto que, os sujeitos desprovidos dessa mesma oportunidade, exercem justamente no gosto não neutralizado, um exercício de optar por escolhas de arte de mau gosto (exageradas), cultura vulgar e ausência de critérios canônicos para sua experimentação. Ter *disposição estética* implica que não apenas se tenha um conhecimento maior para interpretar um quadro, por exemplo, mas que se tenha repertório para buscar outras oportunidades vividas que sirvam de lastro para a interpretação. Bem como, provê a neutralidade do eu, durante o exercício de gosto, que abre possibilidade a ingressar numa nova experiência. Os desprovidos, em geral, no entanto, desde logo não compreendem a linguagem ali estabelecida, a hostilizam e criam indiferença em cultivar dessas experiências. O momento de ocorrência e a forma de contato com os meios de cultura consagrada, também apontam, na opinião do autor, o pertencimento de classe (social) desses sujeitos, onde grupos privilegiados, têm a disposição estética de modo tenro e por meio não institucional (como educação escolar, por exemplo), enquanto que cidadãos médios e desprovidos, a possuem na maturidade, e em geral de maneira não-espontânea (ou por provir do ensino escolar, como parte da instrução ou por adquirirem-na não mais pela experiência em si, mas pela reputação que entendem haver de angariar com a aquisição dessas experiências de contato cultural); Fonte: BOURDIEU, Pierre, **A Distinção: crítica a razão social do julgamento** (1982);

63Michel de Certeau, historiador francês, pontua um caso emblemático, em seu capítulo Operação Historiográfica, ao cobrir o estabelecimento das ciências em França, com vulto, a da seara historiográfica. Demonstra que se outrora não havia um método ratificado pra se estabelecer uma uniformidade das conclusões, no prospectar de fontes históricas, como assegurá-las e como metodificá-las, ao estabelecer-se este em forma acadêmica, no século XIX, se lhe o entregaria ao controle de uma turma incontrolável. Fonte: DE CERTEAU; Michel; *Operation Historiographique* in **A Escrita da História** (1982)

grupos seletos de indivíduos, que endereçariam o crédito a ser dado para determinadas descobertas, baseado não apenas no descobrir, mas nas reputações em jogo, envolvidas nos critérios de alegada avaliação. O conhecimento é um ato político. Não ser admitido em uma destas instituições, ou numa politécnica, ou nas decanas universidades, se tornava um caminho truncado pra obter-se o reconhecimento científico (muito embora se alardeasse uma franqueza quanto ao seu ingresso acesso, no protagonizar científico). Se a ciência era o martelo das tradições, o Iluminismo criaria em sua trajetória uma tradição acadêmico-científica não menor que a monástica, o que faria com que já no Século XIX, as primeiras crises e críticas a este fenômeno fossem emitidas.

Se a distinção em classes era um assunto a ser debatido, das efervescentes ciências da genética e da investigação social, se daria margem a que um grupo de celerados delas fizesse, uso indiscriminado. Novas teorias ontológicas seriam geradas, com um propósito enquadrador, não menor que o do ensino esportivizado. Das teorias evolucionistas de Herbert Spencer (*evolucionismo histórico*) e Charles Darwin (*adaptação*⁶⁴), se retiraria o argumento endossador de um substrato diferencial entre os sujeitos, que não pelo condão artificial de disputas entre as sociedades, a gerar discrepâncias de resultado entre civilizações (campeões e derrotados), mas pelo cientificamente comprovado conjunto de evidências (volume craniano e similitude primata), demonstradas por pareceres balizados, tornando crível a ideia de evoluídos e menos evoluídos entre as próprias sociedades humanas (darwinismo social; feito a revelia da obra original e seu conceito, e que nunca por seu teórico original, confirmado ou chancelado). Os expedientes para tanto, seriam experimentos na área da Antropomorfia e das Ciências Naturais (na ausência de Biologia, pra a época), que se desdobrariam, não apenas em produção de uma pesquisa eugênica, também em expedientes legais a explorar teorias relacionando propensões criminosas entre indivíduos de baixa classe, ligadas à genética, por onde se consideraria entre os estudados, proximidades primitivas, e ainda a existência remanescente de trogloditas, como dados relacionados a tendência criminosa (teóricos como o médico italiano Cesare Lombroso⁶⁵, ficariam afamados por traçar perfil fisionômico do homem delituoso, antropométrica e antropomorficamente). Há que se recobrar, que muitos desses traços constituídos como os antropomorficamente excêntricos, não raro, eram distintos

64DARWIN, Charles; **The Origin of Species** (1858)

65O Homem Delinquente, 1876;

do traço europeu. Da credibilidade angariada pelas intervenções de eugenia, a ciência médica passava a ganhar chancela para outros experimentos sociais, em que o corpo, passava nesse paradigma, a ser estudado como ferramenta do comportamento. Portanto, tal deveria ser lapidado para poder adequar-se a boa saúde e civilidade social, e políticas públicas teriam de passar pra além da assunção do ensino revisitado (educar de corpo e mente, para o liderar), à consideração do procedimento médico: chegava-se ao Higienismo.

É em Walter Benjamin⁶⁶ que talvez melhor se esboce como formaram-se e se vieram a desdobrar os ideais higienistas. O filósofo procede uma arqueologia do corpo vitoriano, da leitura do ritmo de esteira fabril, em Marx), pra criticizar o trabalho; da figura do *flanair*, em Baudelaire, pra assinalar as mudanças sociais (de cidade, personagens, ritmo de vida) e a afirmação do progresso, como desencadeadora de ideias desumanizadoras e responsáveis por uma desilusão e nostalgia dos sujeitos. O autor explica a mudança do comportamento, de uma outrora contemplação e vivência dos acontecimentos (do período pré-industrial; *ehrfahrung*), numa temporalidade significada (pelos marcos telúricos e o trabalho associado ao ciclo da natureza), por uma constatação do *olhar de choque*, uma forma de prestar atenção aos acontecimentos muito rapidamente, cumprindo rápido com as tarefas e dessensibilizando-se do resultado dessas realizações. Identifica que nas cidades, o ritmo obedece a mesma contagem frenético-finalista das fábricas, onde pessoas cruzam pelas outras, mal se observam, obedecem sinais (placas e semáforos), como na esteira procedem com as peças que se ocupam em montar. Mas não questionam o propósito, não o interpretam, não criterizam em cima dele. Apenas obedecer a um fluxo onde se lamenta por não poder atender seu padrão (não ser suficientemente rápido), leva a que se ojerize a fragilidade orgânica (o que nas cidades traduz-se em afastar, paulatinamente, as instituições de tratamento, asilos e sanatórios, para regiões campestres; longe das cidades, com os corpos moribundos). O corpo se arrasta (moroso, impreciso, perecível), o ideal é mecânico, e as cidades luminosas e ricas em aço, vidro e concreto, apontam pra o modelo do belo: há que ser límpido, eficaz, duradouro e potente. O *ethos* do vigor, encontrado nas máquinas e espelhado nas cidades, leva a que se crie um ideal de corpo robusto e que se aproxime da máquina em seu desempenho.

66BENJAMIN, Walter; O Narrador (1944) *apud* VAZ, Alexandre, *Uma Arqueologia Social do Corpo em Walter Benjamin*, in SOARES; Carmen. **Corpo e História** (2001)

A proposta higienista, então, passa simultaneamente por formas de higienizar, tornar eficaz a cidade⁶⁷ e o corpo. Pelos corpos, o ideal se desdobraria em práticas corporais voltadas à saúde, como a calistenia⁶⁸, as ginásticas (sueca e alemã) e o remo, quais seriam implementadas nas redes de ensino público e em projetos urbanos. Como os ideais de formação integral do indivíduo, e deste ao cidadão, citas em Murray e Bourdieu, Walter Benjamin atenta para a questão colateral do processo: o deturpar deste caráter, cujo desdobramento se daria num pragmatismo amoral, apenas voltado aos objetivos progressistas. É nesse ideal, que o autor comenta que as futuras realizações, de indivíduos cultivados nesse paradigma geracional, viessem a protagonizar as duas guerras mundiais da primeira metade do século seguinte, onde lá, insuflados por outras aquisições da técnica (como o cinema, que transformaria o olhar-de-choque em um meio de experimentação artística, em cortes e justaposições), as quais contribuiriam a embotar a sensibilidade de vez, a preenchê-la com imagens de vigor, violência e ritmo frenético, que entediariam o expediente de imersão de volta a própria realidade⁶⁹. Consequentemente, a procura por uma excitação levaria, em homens preparados em caráter para liderança e o agir em combate, a esquecer o romantismo das convenções atenuadoras, investir nas máquinas e desenhá-las para o combate, e pô-las em campo-de-combate, colocando no palco as emoções represadas no cotidiano tedioso.

O esporte que fora catártico havia desenhado, sob ideal higienista, um corpo belicoso, louco pela experimentação real. Esse seria o berço da Educação Física, o cruzamento de agendas institucionais de enquadramento, controle social e desenvolvimento do corpo. Não livre, mas voltado a finalidades. O século dezenove e as luzes da ribalta do

67Pelas cidades, no ideal higienista, o presidente Rodrigues Alves (início do século XX), na capital federal do Brasil, se faria as avenidas largas que acabariam com os cortiços, onde isto seria forma de expulsar a camada pobre para os morros da cidade do Rio de Janeiro, e modernizar a arquitetura viária da capital brasileira.

68De 1822, na França, criada por Phokion Heinrich Clias, de séries de exercícios sistemáticos, utilizando o peso do próprio corpo para cumprir seu ideal: *calis* (belo), *sthenos* (força).

69Tese corroborada pela opinião do psiquiatra Ugo Munsterberg, que já em 1911, faria estudos relacionando a exposição a violência proporcionada pelo cinema, com a noção de um entorpecimento da platéia às violências reais. Sua conclusão era a de que o cinema por proporcionar cenas à distância do observador (experiência mediada, em lugar de uma experiência de narrador presente), levava a que o público assimilasse de melhor forma o conteúdo violento, bem como ficasse ávido por uma experiência mais proximal (que o cinema não permitiria, pois trata-se de uma projeção de imagens numa tela), ocasionando que mais e mais as cenas deveriam ser chocantes para atingir o que antes era atingido com poucas cenas de elemento violento (tolerância ao conteúdo violento) Assim, o cinema de Leni Riefensthal, por exemplo, a cineasta de Adolf Hitler, seria campo de estudo semiótico e de metalinguagem a se entender como uma camada de jovens (juventude hitlerista), cerca de duas décadas depois, ficariam influenciados pelos ideais de supremacia e ode a guerra, onde o culto ao corpo passava em sua linguagem, a associação ao construto destes ideais (como no filme de promoção dos Jogos de Berlim, 1936). Fonte: SENNET, Richard. Prefácio. **Carne e Pedra** (2003)

século XX, a loucura deixava de ser tema das políticas públicas pra ser tema da Medicina (em História da Loucura [1961], lembrando de Foucault), e a Educação Física entrava na tradição que ainda lhe persegue: longe da cosmologia, perto do corpo, da ciência e da Medicina – um alheio da *physis*.

Marx falaria que a religião é o ópio das massas. Que teria visto no fenômeno do esporte. Tanto mais em certo país latino-americano, onde o Higienismo e o Futebol desembarcariam sob a oferta de homens como os estadistas Olavo Bilac (Príncipe dos Poetas) e do jurista Rui Barbosa, entusiastas das práticas físicas para promoção da saúde e formação do caráter. Sobre isso, Bilac comentaria em prefácio de jornal carioca, ao início do século XX:

Essa geração, que está se educando no mar, face a face com o perigo, criando a energia muscular e energia moral, já é mais bela, mais forte, mais nobre do que a minha. Os adolescentes de hoje já não são como os de ontem, magros e tristes, macambúzios e histéricos, criados entre o rigor do carrancismo paterno e a brutalidade dos mestres boçais, entre sustos e palmadas, sem exercício físico e sem liberdade de espírito (...) os meninos de hoje já são bravos como homens⁷⁰.

Quanto ao ludopédio (futebol, em linguajar castiço), seria trazido pelo filho de imigrantes ingleses Charles Miller, à São Paulo do final do XIX. Nos clubes como o Valhalla (de descendentes germânicos), onde o tênis já estava a ser jogado, e nos infimos clubes de regatas e sociedades recreativas atléticas, inauguradas no Rio de Janeiro, São Paulo e outras capitais, o esporte bretão, ganharia o apelo de um povo muito corporalizado (utilizando da ironia de Jessé Souza, no tocante ao trato pejorativo do epíteto), que por sua descendência ladina irreverente, além da mestiçagem que o fraturaria personalisticamente numa esquizofrenia de referências sociais, encontraria no futebol seu brilhantismo. Este povo, brasileiro, tornaria o futebol, seu patrimônio imaterial cultural mais, pujantemente, reconhecido internacionalmente, ao longo do século XX. O Higienismo se misturaria aqui, ao elemento de outra formação de caráter: a malandragem no drible, a sinuosidade da finta e a apoteose de atingir-se metas metafóricas, em lugar de persegui-las, coletivamente, na vida real.

⁷⁰Nota atribuída ao autor, realizada no ano de 1903. Fonte: MELO, Victor Andrade de. **Dicionário do esporte no Brasil: Do século XIX ao início do século XX**. UFRJ Centro das Ciências da Saúde. 2018

A Educação do Corpo, se espalhava pelo mundo, se misturando aos ideais de cada sociedade em seus costumes. A disciplina e o desenvolvimentismo insuflados na comunidade alemã (unificada desde o final do século XIX, sob o *kaiser* Otto Von Bismarck), levariam a que o ideal do esporte fosse transformado no ideal expansionista bélico que levaria a Primeira e, principalmente, a Segunda Grandes Guerras (respectivamente, 1914-18 e 1938-45). Walter Benjamin pontua isso, ao analisar o cinema de Leni Riefensthal, com a película Olympia, filme promocional aos Jogos Olímpicos de Verão de Berlim de 1936, onde jovens alemães aparecem protagonizando o ideal neoclássico inaugurado pelo Barão de Coubertin (Pierre de Frédy, cito supra, com sua influência na educação francesa no exemplo da *École des Roches*), de fazer da tradição olímpica uma semente de continuidade genealógica da tradição helenística, na Era Contemporânea. Já no Brasil, as práticas do higienismo, pouco a pouco, cederiam a uma construção bem menos idealizada, onde o futebol se misturaria a outros elementos de gosto popular, a servir como política pública indireta de mediação das tensões sociais – além de um lucrativo negócio. O esporte se mistura aí, além de com a política, com outro fenômeno das portas do século XX: a indústria cultural de massa⁷¹.

Mas isto são considerações para outras mesas de trabalhos futuras. O importante é que se fique aqui com a sugestão de que o esporte entrava na episteme contemporânea como elemento, ora político, ora mercadológico, de educação. Uma Educação Física aí já estaria se delineando baseada em ciência, por seu cunho higienista e como visto em Benjamin, também baseada em desempenho (competir contra o relógio), que até a sua virada crítica, seria um sucedâneo da ciência médica alopática. Eis o emprego científico do corpo em movimento: um ideal positivista e epistemologicamente pela ciência datado – até então.

1.3 Das Instrumentais Razões do Império ao Império das Razões Instrumentais: Duas Críticas

Cabe ponderar com algumas críticas a esse panorama da primeira parte da contemporaneidade. Primeiramente, ao se estudar os acontecimentos em seu caráter político, deve-se perceber o atentar às características processuais desta conjuntura, e por essas, um escanteamento de caracteres de menor escala – como o indivíduo, por exemplo. No entanto,

⁷¹Criticizada por Walter Benjamin, mas também por teóricos como Theodor Adorno e Max Horkheimer em *A Dialética do Esclarecimento*, de 1952.

atentando ao fato de que o objeto de estudo aqui, para além de uma episteme e seu desdobramento sistemático, é seguramente, o *corpo* e este, por seus caracteres, é – ainda que manifestamente atravessado de influências coletivas e conjunturais (como diria Carl Gustav Jung, médico psicanalista, ao referir-se ao conceito de *inconsciente coletivo*) – uma dimensão individual de existência. Portanto, embora útil a entender processos, por exemplo, o conceito de classe não explica o corpo, e apenas se procede ao utilizar-se-lhe, como considerações de eventos que orbitam e incidem nesse, mas que dele mesmo, evidentemente, não podem partir como consideração investigativa, porque o corpo o é, mesmo anterior a sua dimensão política. Em outras palavras, há dimensões do corpo que antecipam-se ao processo, portanto sendo estas de pertença do indivíduo para consigo e deste para aí, finalmente a cultura e a sociedade (ainda que se credite aqui, que em certas construções, a dimensão cultural humana leva a grande dificuldade deixar-se de acreditar que mesmo atos mínimos da do comportamento e mesmo do mover humano, não estejam imiscuídos de cultura, portanto, de processualidade sobre o indivíduo)⁷². É por esse/motivo, que as ponderações a seguir, ainda tratando de uma análise político-processual da episteme (no tocante ao positivismo e sua utilidade ao cenário que o proposita), contarão com as colocações de dois teóricos, antiteticamente dispostos, no sentido de compor de suas observações a esfera de contemplação de maior amplitude do trato com os eventos analisados. Posto que o século dezenove, pode ter/sido uma arena político-econômica, mas como visto supra, passava-se a notar mais e mais, que talvez a resposta gravitasse em torno do entendimento dos âmagos dos indivíduos. Esclarecido isso, a que passar-se às referidas considerações.

Segundo Marx (em Meszaros)⁷³, até – a Razão Dialética de – Hegel, tal processo de Razão (incluindo a Dialética), seria de caráter Ontológico, ou seja, onde o progresso destas vertentes era de fato, em descobertas novas e resultaria assim, no câmbio, conseqüentemente, de um sistema pra outro de tempos em tempos - da estrutura em progresso. Em outras palavras, as descobertas científicas de uma era, como a das Navegações, por exemplo, teriam formulado um mundo Absolutista em lugar do Feudal, e as descobertas da era metropolitana,

⁷²Como bem atesta o antropólogo francês Marcel Mauss, ao proferir o conceito de que, mesmo o caminhar humano, não é animal, é aprendido. Defendendo na metáfora, a incidência de eventos e influências culturais no padrão do movimento, do gesto e do comportamento, que não seriam passíveis de mera comparação com a função biológica da porção somática animal. Fonte: MAUSS, Marcel; **As Técnicas do Corpo** (1934)

⁷³MESZAROS, *apud* PATRIARCA, Amanda; **A Decadência Ideológica Contemporânea e a Educação Física: as incidências sobre a pós-graduação (dissertação)**; (2012)

com novas técnicas agrícolas, manufatureiras e mercantis (práticas), teriam levado a realização de um mundo liberal, em lugar do monárquico absolutista. Naturalmente, as descobertas de uma razão dialética, que segundo a proposta hegeliana, entenderiam que o todo é mais que a soma das partes e tanto mais se concebe da verdade, quanto mais se conhece do cenário, onde até mesmo as antíteses se complementam, levariam a que a sociedade se sofisticasse, e alcançasse um novo modelo de sociedade (na qual, o Capitalismo estabelecido pelo sistema liberal, segundo este entendimento, haveria de ter-se substituído pouco após a Revolução Industrial). No entanto, segundo Marx, o *aquilo* que se verificaria seria uma corrupção do progresso do sistema, onde ele até continuaria por se desenvolver, progredir materialmente e sofisticando-se, mas não mais na estrutura, e sim, nos instrumentos. Assim, máquinas novas seriam criadas, e novas ciências alardeadas, mas o *onthos* do tempo *não se cambiaria*. A isso chamaria de razão instrumental, e aos cientistas, outrora revolucionários por suas descobertas, agora a favorecer a replicância do sistema, chamaria de *espadachins assalariados*, defensores de tal modelo, por sustentar-se dele. A este período de deflagração de ciências que estudavam os fenômenos sem compromisso de mudá-los, apenas por aprofundamento epistêmico, chamar-se-ia nesse teor – a partir de 1830, na contagem marxiana – de *decadente*.

Ciências que preocupadas em focar cada vez mais profundamente em detalhes, em técnicas, em métodos de aferição, particularidades e filigranas, e menos para o todo, pra processos e sistemas, e sim pra o indivíduo, sua percepção e procedimentos, seriam, portanto, decadentes (neste teor), pois não desafiariam o estabelecimento burguês e não se importariam em cambiar do seu produto científico, o estrutural exterior. Seriam taxadas como decadentes, por tal propósito, a Fenomenologia, a Psicanálise, a Psicologia e outras correntes filosóficas e científicas preocupadas com circunstâncias circunspectas e com pendores idealistas (como em Kant).

O estruturalismo, muito embora, em parte, presente na teoria de Marx (no conceito de superestrutura), seria segundo o discurso marxiano, uma ciência decadente, posto que concebida ainda sob a vigência de um sistema que progride instrumentalmente, mas não supera o seu estágio processual (capitalismo)⁷⁴. Pertinente ainda, afirmar que tanto mais é

74MESZAROS, *apud* PATRIARCA, Amanda; **A Decadência Ideológica Contemporânea e a Educação Física: as incidências sobre a pós-graduação (dissertação)**; (2012)

considerado da decadência, por tratar-se de área que estuda epistemicamente em lugar de ontologicamente, a compreensão da realidade, ao tratar segundo tal noção, de entender como a realidade se organiza e não o produto que disso possa ser feito pra modificá-la (ausência de engajamento).

Curiosamente, de uma das searas consideradas decadentes, viria uma das contribuições mais profícuas à crítica na tese marxiana. Em *O Mal-Estar da Civilização* (1930)⁷⁵, do médico austríaco Sigmund Freud, fundador da *psicanálise* (ciência epistêmica de investigação clínica de fenômenos e funcionamento da mente, superando a noção meramente neuro-anatômica, indo reaver como a psiquê se estrutura e comporta no eixo de suas representações às experiências vividas), encontra-se uma crítica sistemática do porquê de os indivíduos se desacorçoarem com as esperanças racionalistas, se esta era tida como a grade redenção das infelicidades humanas (a iluminação pelo saber, solução pelo conhecimento): a presença de caráter artificial na realização da razão, a qual é instrumentalizada e sustentada pelo homem a torna escravizadora do mesmo, que se torna realizador, responsável absoluto, pelo próprio sucesso ou fracasso. A impossibilidade escusar-se no metafísico ou dele utilizar como fuga em situações de desespero, apontava uma claustrofóbica redoma de possibilidades restritas. O direcionamento de expectativas em vertentes místicas e metafísicas que pudessem socorrer o indivíduo em momentos de angústia torna-se abolido, e deve ser realizado, tão somente pela ação e realização humana. O inexplicável é explicável, mas requer esforço e método. O Inatingível, é atingível, então não há desculpa para o fracasso. O material é tudo o que existe, o imaterial é sensorial, então pode ser contrariado, adequado, enquadrado. A esperança pra onde apontam mitos é rechaçada, e familiaridades com certos ídolos e certas crenças, tem de ser realocadas por iconografias racionais. A tangibilidade do racional se torna exegese e obsessão, portanto, ao não atingir-se-lhe, ou se constata o fracasso (não se estar apto suficiente ao método racional; pouco instruído, pouco sofisticado; tosco; obtuso; e embora cansado, preguiçoso), ou ao ter-se alcançado não sentir que este lhe sacia de suas vertentes complementares (a explicação resume fenômenos, mas lhes retira, por vezes, o fascínio e a mágica que havia numa explicação lendária, atávica e tradicional; tradições não resistem à Razão; mitos a desafiam e os indivíduos trazem a fome por depositar sua fé em

75PATRIARCA, Amanda; **A Decadência Ideológica Contemporânea e a Educação Física: as incidências sobre a pós-graduação (dissertação)**; (2012)

algo inexplicado). A Razão cria um recalque, que a própria Razão não exige ao explicar ou revelar o funcionamento. Fica uma vontade por ser realizada, uma tensão por ser liberada ou atenuada. O universal da Razão aproxima artificialmente, e de fato, afasta o ser do seu eu primevo, interior. Há o fomentar de instituições, mas elas não locupletam subjetivamente, apenas se enchem de indivíduos e se internalizam neles através da educação. O artificial do artefato da cultura, na Razão, lhe afasta de certas possibilidades naturais: impinge culpa, censura, moraliza, modela e delimita. Padroniza-se o indivíduo e uma sociedade comunal por consequência. Não é mais dado intuir, há que se verificar, racionalmente.

Cria-se deslocados e deslocamentos. Como revolta, o apego a interioridades, identidades, pequenezas, mitos e fés protuberam, demarcando um sinal de resistência. A agenda civilizadora, segundo um padrão racional civilizado, se consome, em desgastes colaterais do processo e sonhos por realizar que pareciam mais palpáveis. O Trauma de civilizar-se é o mesmo de ceder a uma Razão: abrir mão do sujeito pelo idealizado, e não se encontrar nele depois⁷⁶.

O próprio olhar da psicanálise ao observar o *pra dentro*, ao invés do *pra fora*, como forma de entender certas conclusões a que chegava a sociedade europeia da época (e demais casos de sociedades por ela inferidas), demonstrava a crise do sistema racional, que como em Marx, já deveria passar por sua transição a próxima estrutura, e que em Freud, não atendia a todas às depositadas esperanças, sequer, de suas preconizadas possibilidades interiores. Resumindo em termos, a Razão não encantava, mas surrupiava o que trazia o encanto, e tudo no metodológico racional, exalava uma pasteurização do humano, em nome do lógico, mecânico e do institucional, O homem se encontrava resumido e reduzido (escravizado) em uma, apenas, de suas possibilidades. Pela consideração freudiana, passo inexorável, se o progresso só seguia a frente, ou se rebelava o sujeito retomando as nostalgias e as velhas práticas⁷⁷, ou se o que investe pra fora - pois lá fora, do *eu*, a história progride e as realizações

76PATRIARCA, Amanda; **A Decadência Ideológica Contemporânea e a Educação Física: as incidências sobre a pós-graduação (dissertação)**; (2012)

77No belíssimo ensaio *O Narrador*, do pensador Walter Benjamin, relata-se certas considerações acerca das desilusões com a Revolução Industrial e a mudança das cidades, do ritmo do tempo e o medo do futuro (progresso), refletidas a partir da mudança das experiências presenciais de narração pela interposição de tecnologias de mídia e reprodução de arte. Ainda que não atacando diretamente a razão, sintomas vitorianos como o Higienismo, as cidades polidas, o ode ao aço, concreto e o que não é orgânico, trazem como consequência o que se irá chamar de Movimento Romântico (Inglaterra), onde uma geração de *outsiders* e artistas, refletindo o âmago desta melancolia no ambiente urbano, desumanizante, apontam críticas sociais e

racionais se desdobram – preenche por completo o exterior, sem espaço pra alternativas, talvez a correção devesse partir a partir de dentro, pela promoção de métodos (clínicos, científicos) de esmiuçamento de processos interiores da consciência, da psiquê, do sensorial e do como se dava a constituição do sujeito, em meio a estes fatores, e no bojo desta estrutura .

Não obstante, há que se considerar que a lente utilizada pelo materialismo histórico-dialético, em muito está calcada no conceito de uma estrutura assentada na Economia (ao modo europeu). Os processos, as disputas e os cenários, os quais levam a que se possa criar categoria de análise como classe, nem sempre estiveram presentes nas sociedades ao redor do mundo, tendo constituído verdadeiras violências no ato de sua instalação.⁷⁸ Além do mais, a construção da análise materialista dialética remonta a episteme greco-romana, a Filosofia e às representações nela contidas – a bem da verdade, como todas as demais categorias científicas utilizadas pelos autores durante essa monografia – que embora aqui entendidas como fundamentais a se entender o atual a que aqui se chega (da sociedade e do conhecimento), nem por um momento esquece-se que foram artifícios e sobreposições a outras possibilidades de explicação, criando de sua tradição, não apenas tributabilidade ao pensamento europeu, mas tanto pior, uma dependência desse modelo de pensar. Sem olvidar que, por estar-se deslocado dos eixos originários de pensamento, quando ao tratar-se de tentar explicar os arranjos das demais sociedades e seus construtos epistêmicos originários (os quais, tal e qual os corpos, não deixaram registro, pois não haveria oportunidade condicional de se perpetuar-se deste cultivo [este que era realizado pela oralidade e as práticas, que impedidas com a instalação civilizatória europeia, impedidas foram de perpetuar-se]), as circunstantes explicações aos fenômenos de uma(s) outra(s) cultura(s) autóctone(s) e na descendência desta continuidade, se encontram hoje desnorteadas, preenchidas por arremedos de explicação, novamente, provenientes e reincidentes nas construções, representações e conclusões da epistêmica tradição europeia⁷⁹ .

políticas a degradação dos costumes e da qualidade de vida da estrutura social urbana, o pavor e o estresse causados pelo progresso, e a proposição como alternativa eficaz de saneamento, de um retomar de uma vida mais bucólica, campestre e humanista, como tida em épocas passadas nos rincões da Europa e nos valores, inclusive, do Humanismo medievo. Fonte: DASSUMPCÃO, João Barros; *O romantismo e o revival gótico no século XIX* in **Revista Artefilosofia**, Ouro Preto (abril/2006)

78MIGNOLO (2008)

79MIGNOLO (2008)

É claro, aqui se reconhece que embora a autonomia passe por desvencilhar-se dos conhecimentos e da dependência epistêmica europeia, bem como de sua reflexa porção crítica (como em Marx, que pondera sobre situações que atestam que a implantação econômica ocasionou-se), a exequibilidade deste trabalho, nos moldes em que está e munido das ferramentas teóricas que apresenta, só se pode verificar a partir da manifesta continuação desta tradição epistêmica. Contando-se ainda, com o cômico de que em cada crítica, corresponde o reconhecimento do êxito de uma realidade. Pois, se ainda quinhentos anos depois da Era Moderna em seu princípio, aqui se está a falar sobre europeus, isto procede no sentido de atestar que foram efetivos (para mal ou bem) em seus objetivos. Bem como os gregos, que embora dominados, mais de uma vez, plantaram a semente arquetípica de um paradigma, que nem sob as maiores oscilações políticas e sociais se desfez. Por último, criticar ao conceito de classe é reconhecer duplo êxito: o da análise marxiana ainda fundamental (mas não só) a entender-se o fenômeno Capitalista, este que se sucedendo – posto que ainda pertinente sua crítica – muito argutamente, há mais de duzentos anos⁸⁰. Reconhecer nas críticas que há uma persistência epistêmica, se mostra fundamental a oportunizá-las e apontar alternativas, mas também, se mostra uma consequência de sensatez, ao perceber nessa vigência, os limites de possibilidade do conhecimento (ligados a temporalidade e espaço em que de imersão). Situar-se, constitui assim, parte do entendimento do que leva ao conhecimento.

Isso sem esquecer que, se muito do construto processual encaminha a observar que não há evento desligado de alguma intencionalidade, não há intencionalidade desligada de um certo teor eventual. O incidente é parte da história, como o é o encadeamento da conjuntura, e nisto, reside o imprevisível dos arranjos. Mesmo dos agires e da ética, pois quem haveria de dizer que com o fim das linhagens estamentais dos feudos, à Era Moderna se viesse a

80O historiador-econômico Giovanni Arrighi, irá falar de *hegemons* dentro das estruturas de organização econômicas das eras europeias. Por hegemom, corresponde o construto social econômico e político que em uma época atende e ocupa o entendimento de como se deva organizar a sociedade. É o mote, o eixo das trocas, o eixo do valor, o determinante do trabalho e do comportamento da sociedade em relação às expectativas de consumo e realização da vida. O hegemom capitalista, segundo essa análise, é este que nos chega com uma trajetória de mais de dois séculos, onde pelo diagnóstico do autor, já teria por suas características de ter sido superado, no entanto, por sua versatilidade estrutural, consegue adequar-se às adversidades e mudar para sustentar-se. Mesmo as crises, nesse teor, seriam um momento de válvula de escape para o construto capitalista, onde se em muito perceberia-se de sua fragilidade e artificialidade, notoriamente, seriam os momentos onde avidamente os integrantes de sua promoção (grupos que dele se beneficiam), injetam esforços para socorrê-lo e surpreendentemente, este retorna com novas demandas, em seguida. Hegemon, por sua característica segundo esta conotação, pode ser uma consideração de episteme voltada para o teor da economia. Fonte:POSTONE (2003).

protagonizar o espetáculo dantesco da linhagem escravatória, cujas intenções, eram contidas nas mesmas mentes de muitos dos homens que levaram em seus estados, que suas sociedades alcançassem o ideal de liberdade e auto-determinação!? O giro, a guinada e o inesperado, também fazem parte do epistêmico, fazendo com que um pensamento que se supunha encaminhar pra uma direção, a uma construção inesperadamente oposta se consubstancie (e por um caminho diverso, muitas vezes, do observado original). Se até aqui de trajetória, tentou-se explanar de como criticamente se deve considerar da episteme na política e da política na episteme, de processos e indivíduos, em recíproca acepção, cabe se fazer uma breve menção de como o inesperado também estrutura a realidade do conhecimento, traçando-se aí a política que do conhecimento: onde a mudança é a única constante do Universo⁸¹.

1.4 Conhecimento como Política

Apesar de elegante, a narrativa do assoalho epistemológico aplicada a uma disputa de classes (com primazia burguesa), não esgotaria o explicar de como a Razão chegava a sua crise. Pois antes dos processos, haveria de se considerar os sujeitos. Marx assinalava a crise no persistir do modelo econômico. Freud apontaria na direção do próprio estabelecimento da Razão, e nisso seria ladeado por outras correntes de ponderação epistêmica e analítica dos produtos das conclusões racionais e dos métodos por essa empregados. Seriam ciências desta seara, a Psicologia e a Psicanálise, de cunho mais clínico, e outras de trato mais filosófico (aplicadas ao simbólico, o semiótico e como se comportaria o significado), tais como a Fenomenologia⁸², e mais adiante, o Estruturalismo⁸³.

Mudava-se porque isto era interessante a um grupo específico, na retórica pregressa, mas mais do que isso, mudava-se porque as revoluções de descobertas, embora ancoradas na estrutura que as precede e possibilita, são também elas imprevisíveis em desenrolar e impacto,

81Máxima atribuída ao filósofo helênico Heráclito (540-470A.C), que receberia o cognome de *pai da dialética*.

82Escola Filosófica fundada por Edmund Husserl, filósofo e matemático de Prostějov, atual República Tcheca, aluno de Franz Brentano, filósofo e psicólogo prussiano do Reno; os quais, no século XIX, seriam responsáveis por cunhar, respectivamente, os conceitos de Intersubjetividade na percepção dos Fenômenos e Intencionalidade da Consciência. Conceitos estes, contribuintes a uma messe respeitável de teóricos, dos quais se destacam Martin Heidegger, filósofo e reitor da Universidade de Freiburg (1933-34, Alemanha), fenomenólogo e entabulador do conceito de *dasein* [ser-aí], unidade de estudo ontológico da dimensão existencial do ser a partir do corpo [unidade ontológica imediata] e Maurice Merleau-Ponty, filósofo francês, fenomenólogo, desenvolvedor do conceito de *homem-mundo*. Fonte: **Encyclopaedia Britannica**, disponível in BARSA Society/BARSA Saber.

Endereço Eletrônico: <http://Brasil.planetasaber.com/Brasil/default.asp?idreg=81228&ruta=husserl>

83SALES, Léa; *Estruturalismo: História Definições e Problemas* in **Revista de Filosofia e Ciências Humanas** (EDUFSC, Abril/2003)

posto que sejam revoluções, e deste modo, mais do que completamente intencionais, produtos incidentais e acidentais de descobertas cujo método se construiu erraticamente.

O ato de realizar pela senda de uma Razão e não da fé, como se pode pensar ao contrapor o dogma e a Racionalidade, é uma falácia, pois também o raciocinar, aplicado a algo, constitui um ato de fé. Esta tese, é a messe do trabalho de Thomas Kuhn, em *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1962)⁸⁴, onde o filósofo e historiador estadunidense estaria, buscando realizar o traçado de como se havia chegado à contemporânea ciência, seus avanços e repercussões, indo a rastrear a estrutura pela qual estas revoluções científicas se desenrolavam. Nesse ínterim, era necessário se fazer uma delimitação local e temporal, e para tanto, escolheu-se a trajetória europeia da Moderna Idade até o Contemporâneo, e o local a porção da Europa ocidental e suas afiliações, como a América do Norte e outras plagas epistemicamente afins. Isto tudo porque, percebia-se haver uma convergência dos fatores a um momento específico desta trajetória, que levariam a uma redescoberta da razão, e a partir dela, uma ressignificação da organização social do conhecimento. Neste sentido, o autor verificou que desde Descartes, por exemplo, se estudava um método uniforme para alcançar a explicação de fenômenos elétricos. O filósofo, o explicaria como sendo ocasionado por uma série de emanções fluídicas a correr por sobre os poros dos objetos com cargas. Cerca de um século depois, Isaac Newton se debruçaria sobre o problema, e refutando a Descartes, teorizaria que as correntes elétricas seguiam um corrente em torno do objeto cuja carga sua corrente ocasionava, e por sobre estes corriam, em direções convergentes. Seria, no entanto, apenas com Benjamin Franklin, a estudar fenômenos climáticos, correntes e massas de ar, e as descargas elétricas em tempestades, que seria realizada a primeira teoria mais consistente acerca da eletricidade. A teoria de Franklin, se tornaria um modelo para as demais, tendo sido submetida a questões e provas, e tendo adquirido reputação de eficácia. Dos conceitos elaborados por Franklin, após essa uniformização de sua descoberta, promoveu-se a seguridade necessária a tentar empreender experimentos como a garrafa ionizada de Coulomb, e os experimentos de Alessandro Volta, que redundariam na pilha, entre outros que se seguiriam.

84Obra essa que aqui trabalhada, nessa monografia, a partir do ensaio de Thomas Kuhn sobre os capítulos iniciais de sua tese *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1960), denominado **A Relevância do Dogma às Realizações Científicas** (1961); p.3-62

Desse apanhado, Kuhn começou a fazer comparações e tecer arranjos e conseguiu empreender a estrutura, mais ou menos, uniforme das revoluções na ciência. Primeiramente, acontecia um fenômeno e este suscitava curiosidade, ou esta aparecia direcionada à causa de algo. Depois, vinham as explicações (doxas), que uma por uma eram questionadas e dissolvidas (paradoxia). Finalmente, vinha a tentativa de reproduzir-se o fenômeno, a partir de construtos voltados, segundo a noção, de que fossem propriedades capazes (portanto, presentes) no processo de gerar o fenômeno. Com isso, se verificadas, eram anotadas e confirmadas como parte do processo, senão, eram descartadas, totalmente ou parcialmente, e repetida experiência com outros materiais. Até que finalmente, se abandonava a experiência com aquele experimento e partia-se para o posterior – ainda para mesma investigação. A essa fase, se chamava *pré-paradigmática*, por contar com um formular esparso de hipóteses [p.16]

Em seguida, feitas algumas experiências e conseguidos alguns resultados consistentes, as ideias do pesquisador científico eram confrontadas com as observações de outros. Estes, expunham suas ideias e questionavam pontos fracos das respostas alheias, até que entre todas as ideias, uma se demonstrasse mais consistente. Caso nenhuma fizesse isso, voltava-se a pesquisar. Caso uma conseguisse, passava-se a pesquisar sob os termos dela. Quando um número relevante de experiências havia sido realizado, com algum sucesso em consistir, esse método era submetido a novas experiências, como escopo. Se verificado seu produto durante as experiências, esse escopo se tornava o escopo geral, linear, para as demais experiências na mesma área de pesquisa e com isso era alçado ao posto de *paradigma*. Essa fase, de alguma mais consistente convergência dos debates pré-paradigmáticos em um conjunto de normas, chamar-se-ia *ciência normal* [p.17], sendo que o **paradigma** nela estabelecido corresponderia a:

[...um] conjunto de crenças, regras, compromissos e valores que são compartilhados pelos cientistas por um determinado período de tempo, o qual confere à sua atividade investigativa a unidade mínima que lhes permite constituir em comunidade científica.[p.17]

Cujo uso:

para que possa dar unidade aos trabalhos dos vários cientistas, o paradigma deve incorporar um conjunto de suposições teóricas e realizações exemplares, por meio das quais, todos os membros da comunidade científica se conduzam segundo os mesmos modelos, padrões e limites.[p.16]

Sob a vigência de um paradigma, muitos experimentos eram feitos, novas respostas achadas. Novos experimentos inaugurados. Como a um caminho que repetido, levasse a muitas cidades, com êxito. Esse êxito, era verificado pela *resolução* de *quebra-cabeças* (*puzzles solutions*), onde questões eram resolvidas segundo a aplicação do conceito paradigmático vigente, consistindo essa operação de:

adequar fenômeno e teoria segundo o modelo, por onde a resolução do puzzle deve provir do espelho exemplar do paradigma como resolução (tendo este, resolução assegurada, para ser legítimo, pelo próprio paradigma)[...] se falhar, insiste-se no paradigma, [por onde] muda-se o experimento ou verifica-se o instrumento utilizado na experiência [p.16]

Num dado momento, os caminhos repetidos por este caminho principal não chegavam a novas cidades (não explicavam novos fenômenos), ou não servia fazer chegar a lugares que propostos em sua trajetória (partes do paradigma, não batiam com as conclusões a que se objetava chegar, por seu funcionamento, utilizando-se ele; *anomalias* [p. 17]) ou chegavam a lugares desconhecidos (*descobertas* de caminhos como efeito colateral da aplicação do paradigma). Por qualquer dessas teses, quando chegado esse momento de insuficiência do paradigma vigente para as questões a ele remetidas, era chegada a *crise* do paradigma [p.18], e fazia-se necessário buscar outro para responder as questões.

O problema é que não se sabia como fazer isso, precisamente; nem quando se alcançaria algo ou se se alcançaria algo; e ainda havia o risco de que quando alcançado, o paradigma relativizasse não só as perguntas ainda não respondidas, mas até as repostas obtidas sob o antigo paradigma. Não era o risco de se começar do meio, era o risco de se começar do zero. Essa era a fase de *ciência extraordinária*, onde havia mais de um paradigma, e em que estes paradigmas lutavam entre si para estabelecer-se demonstrando sua eficácia em resolver o que o anterior resolvera, melhor, mais apuradamente e deixando margem a encontrar outros fenômenos [p.18]. Essa fase se aproximaria muito, segundo o autor, das incertezas da fase pré-paradigmática.

À primeira fase da prospecção científica, onde havia dúvida e nada de certezas, com milhares de proposições, Kuhn chamou de pré-paradigmática, poderia ser entendida como uma crise da ausência de paradigma. A segunda fase com a elaboração dos experimentos, poderia se aproximar pelo método, da Fase Experimental. À terceira fase, constituiria de um afunilamento dos experimentos. E à quarta, conclusivamente, poderia se aproximar de um

estabelecimento do Paradigma. Do qual, provinha fase estabilizadora sob o qual, crescia muito a pesquisa científica e as descobertas daquele momento.

Kuhn percebeu que havia mais chances de proceder com descobertas frutíferas no momento do funil, ou logo após a primeira crise do paradigma, do que quando na primeira fase, sem caminho nenhum (pois seria mais fácil corrigir um curso que começá-lo do zero). O *erro*, por esse modo, perceberia o autor, é mais proveitoso à pesquisa científica que a ausência de caminho ou resposta.

Da crise do paradigma, provinham três situações: descoberta acidental (fazer o método certo, segundo o paradigma, e alcançar efeito diverso; a anômala resposta); acidente de descoberta (fazer o método certo até certo ponto, e por algum motivo não terminá-lo segundo o paradigma, e desse desvio *descobrir* algo inesperado); e descoberta de um novo paradigma (a partir de uma experiência, para além dos incidentes de percurso, por variação qualquer, chegar a um novo *modelo*). Deste novo paradigma, novas descobertas podiam ser feitas e o conhecimento até ali, ou confirmado segundo ele, ou abandonado.

A conclusão de Kuhn é que as experiências eram contínuas sob um mesmo paradigma, e até podiam crescer sob um paradigma diverso ao seu, mas não revolucionário. Entretanto, paradigmas revolucionários, depunham todo o conhecimento até ali prospectado e sua razão, diferente do construto histórico que se dá por camadas, ignora a camada anterior como se fosse descartável, não continuando pesquisas para aquele paradigma (por mais que elas fossem dar em algum lugar, ou se não estivessem chegando a respostas, momentaneamente, em mais experiências pudessem futuramente vir a se chegar). Dessa forma, o conhecimento científico, por seu caráter, podia ser progressivo, mas não era acrescentador (acréscimos de conhecimento, só acontecem sob um mesmo paradigma pertencente a uma mesma época de revolução epistêmica).

Outra característica ressaltada na pesquisa de Kuhn, é quanto ao método errático do cientista, posto que este nunca sabe onde seu experimento vai dar, ou se dará alguma coisa, ele sabe os conceitos, conhece o paradigma vigente, e possui a suspeita de que algo, segundo sua orientação possa acontecer, mas a manifestação material: permanece um mistério. A curiosidade é a única certeza do cientista, pois método, esforço, experimento, resposta, são possibilidades incertas. Que mesmo do êxito da experiência podem relativizadas (se foi feito correto o experimentar; se foi interpretada adequadamente a resposta; se foi certificado o

aparelho observador; enfim, incertezas mesmo no construto). Por isso Kuhn defendeu a tese de que, além de uma estrutura, as revoluções científicas têm um sentimento de fé envolvido, pois nem a razão pode garantir o êxito de uma tentativa no meio de fatores tão numerosos que beiram o infinito, e reduzem o espectro de observação do cientista numa probabilidade em meio ao acaso. Então, mesmo dessa miríade de possibilidades, o que segurava esse cientista ao seu ideal de não tentar o inédito, logo de chofre, continuando o método até testar, praticamente, todas as falhas de execução, segundo Kuhn, era uma dose de dogmatismo. Como fica claro no parágrafo a seguir:

O aprendizado do cientista é fruto de uma educação destinada a preservar e disseminar a autoridade científica de um corpo já articulado em questões, dados e teorias. Consequentemente, é baixa a chance de novos cientistas produzirem novidade e sendo estes, até mesmo, incapazes de fazê-lo, por essa característica, através do apontamento de novas propostas.[p.17]

Kuhn observava isso com olhar positivo, mais que negativo, sendo que isso seria um sinal de êxito na conduta do cientista, à educação científica disciplinada, muito mais que de fracasso. Queria dizer, em outras palavras, que a insistência do cientista, mesmo com tantas ressalvas e caracteres inferindo o errante do seu trajeto e tentando-lhe a fazer proposições novas, sem antes reconferir e saturar suas fontes e método experimentais, conferia educação científica, preservação e segurança. Ainda assim, o autor recaía num paradoxo: se o ato do cientista era o de descobrir, portanto chegar ao novo, seu compromisso seria o de fazer pelo novo como objetivo; mas ao mesmo tempo, se seu compromisso era seguir o modelo, atentando ao já descoberto paradigma, sem desafiá-lo, sua esfera de descobrimento estaria sempre um grau abaixo, se praticada boa ciência, do velho limite já descoberto. Por isso uma dupla operação de fé, em mesmo sem depositar seu intuito em algo místico, o ato de cientificamente investigar, posto que, ele deve descobrir o novo, a partir do velho, sem retirar do velho a legitimidade que o concatena no estado anterior ao novo, o faz ficar preso a este; fazendo-se isso da heurística, então, tão somente, quando do cansaço do paradigma, evidenciado por respostas não satisfatórias, fenômenos sem, ainda, uma explicação e pela persistência do anômalo não reenquadrável paradigmaticamente. Ou seja, quanto mais se é cientista, menos se descobre de fato, pois menos há por descobrir naquilo que se pratica, por estar-se chegando ao limite do paradigma e tanto mais, por menos representar uma alçada de responsabilidade e mérito do cientista a realização do achar, mas sim exposição, à probabilidade de descoberta incidental.

Não obstante é fé do cientista, enquanto indivíduo, impelido por um impulso não menos irracional, de vontade, ímpeto ou curiosidade (ou ambos), que o coloca a procurar a resposta, depositando fé de que alguma haja, primeiramente, e seguintemente, depositando fé de que seja capaz de operacionalizar o método capaz de prospectá-la, de achá-la, entendê-la, conferi-la e catalogá-la, pondo-a em comparativo a enorme cadeia do conhecimento e indo saber se preenche a lacuna de um saber ora ainda não obtido, ou se reincide numa descoberta, quando no executar do método, transcende a própria noção tida como paradigma ao método até então.

A descoberta científica, seria por assim dizer, um incidental e premeditado. Onde não escaparia observar que sua maior prosperidade, se dá quando consegue uniformizar-se em um padrão de aferição das conclusões chegadas (assimilação ao paradigma), e tanto mais se continua, quando finalmente, consegue superar-se dele, indo inaugurar a fase de hegemonia de outro. E assim sucessivamente.

Ou seja, mesmo no discurso processual da episteme como um palco de intencionalidade, os pensadores e a própria agenda racional e civilizatória, são marcos muito circunstanciais de seu tempo, da altura em que estavam as ideias a viger, dependendo de incidentes e descobertas que os levaram a concluir-se como direcionáveis para este ou aquele, intuitos. Já se ouviu da notória expressão, um *homem de seu tempo*, quando a referir-se que apesar do revolucionário de algumas ideias, determinado pensador era adepto e perpetuador de tradições que pareceriam anacrônicas ao olhar presente. Ora, anacronismo é acreditar que toda e qualquer circunstância de descoberta que o tenha possibilitado, que o tenha levado, inclusive, a poder concluir e criar nova descoberta, não tenha sido proveniente e acondicionada dentro da própria atmosfera do tempo que lhe envolvia. Como defende o linguista galês Raymond Williams, em seu livro *Cultura e Sociedade* (1955), a ideia de per si, já carrega consigo a materialidade do mundo, é materialidade desse mundo traduzida no imaterial ideário por sobre o maquinário da consciência e uma série de eventos que a antecedem bem a ela e lhe chegam e oportunizam como circunscrição. Mesmo a maior descoberta, assim, jamais seria descolada da realidade, pois o seu pensador, é uma dimensão ligada biologicamente a uma série de fatores do mundo, e conscientemente absorvida de outras tantas séries de fatores que o oportunizam concluir aquilo que de inaugural, supostamente, conclui. Se por um lado parece dura uma afirmação em tal sentido,

desprovendo do mérito qualquer, toda e qualquer descoberta dos indivíduos que as realizaram, é demasiado sensato proceder em considerar parte dessa acepção, pelo menos, no tocante a questão da consciência, enquanto desdobramento dos ferramentícios possibilitadores da percepção.

1.4.1 Uma Questão Cartesiana de Percepção e Experimento na episteme: o lugar do Ser no corpo e a distância do verdadeiro

Seria esse um problema sobre o qual se debruçaria, por exemplo, René Descartes (no relato trazido por Merleau-Ponty, em *O Olho e o Espírito*; de 1960, p.90-95), quando a escrever sua obra *A Dióptrica – La Dioptrique*, ensaio publicado junto ao primeiro capítulo da original versão do *Discurso do Método* de (1637) –, e trabalhar a questão do olhar do corpo e da mente, do olhar da alma e do olhar da consciência, que ele mesmo não sabia se mistura das conclusões pregressas, ou um terceiro produto de percepção, a concorrer com os demais, estes que também já em possível discordância de interpretações. Descartes punha em dúvida o que afinal era o produto da conclusão da visão, por exemplo, esta que uma operação perpetrada por diferentes instrumentos: o objeto observado (o verdadeiro), o sensorio (o olho) e o pensamento (espírito, segundo sua descrição) e alma (o sensorio); e tudo isso a dar-se nas distâncias e condições de distribuição e possibilidade, do corpo. Em MERLEAU-PONTY (2004, p. 29):

Descartes, no entanto não seria Descartes se tivesse pensado trabalhar O enigma da visão. Só há visão se há pensamento. Mas não basta pensar para ver: a visão é um pensamento condicionado, nasce <<por ocasião>> do que acontece no corpo, é <<excitada>> a pensar por ele. Ela não escolhe nem ser ou não ser, nem pensar isso ou aquilo. Deve trazer em seu cerne aquela gravidade, aquela condição que não lhe podem advir por uma intromissão de fora. Tais acontecimentos do corpo são <<instituídos pela natureza>> para nos darem a ver isso ou aquilo. O pensamento da visão funciona segundo um programa e uma lei que ele não se atribuiu, ele não está de posse de suas próprias premissas, não é pensamento inteiramente presente, inteiramente atual, há em seu centro um mistério de passividade. A situação é portanto a seguinte: tudo o que se diz e se pensa da visão faz dela um pensamento. Quando, por exemplo, se quer compreender como vemos a situação dos objetos, não há outro recurso senão supor a alma capaz, sabendo onde estão as partes de seu corpo, de <<transferir dali sua atenção>> a todos os pontos do espaço que estão no prolongamento dos membros. Mas isso ainda é apenas um <<modelo>> do acontecimento. Pois esse espaço de seu corpo que ela estende às coisas, esse primeiro aqui de onde virão todos os ali, como ela o sabe? Ele não é como estes um modo qualquer, uma amostra da extensão, é o lugar do corpo que a alma chama <<seu>>, é um lugar que ela habita. O corpo que ela anima não é para ela um objeto entre os objetos, e ela não extrai dele todo o resto do espaço a título de premissa implicada. Ela

pensa segundo ele, não segundo si, e no pacto natural que a une a ele estão estipulados também o espaço, a distância exterior. Se, por determinado grau de acomodação e de convergência do olho, a alma percebe tal distância, o pensamento que obtém a segunda relação da primeira é como um pensamento imemorial inscrito em nossa fábrica interna: <<E isso nos acontece ordinariamente sem refletirmos nisso, do mesmo modo que, quando apertamos algo em nossa mão, nós a conformamos ao tamanho e à figura desse corpo e o sentimos por meio dela, sem que para tanto haja necessidade de pensarmos em seus movimentos>>. O corpo é para a alma seu espaço natal e a matriz de qualquer outro espaço existente. Assim a visão se desdobra: há a visão sobre a qual reflito, não posso pensá-la de outro modo senão como pensamento, inspeção do Espírito, julgamento, leitura de signos. E há a visão que se efetua, pensamento honorário ou instituído, esmagado num corpo seu, visão da qual não se pode ter idéia senão exercendo-a, e que introduz, entre o espaço e o pensamento, a ordem autônoma do composto de alma e de corpo. O enigma da visão não é eliminado: é transferido do <<pensamento de ver>> à visão em ato.

Assim, o autor menciona que Descartes tecia a consideração de que não se poderia afirmar ao descrever ou entender um objeto, que aquilo que havia de visto, não fosse produto da lente, da alma ou característica inerente ao objeto observado. Isto porque, adentravam tais instrumentos, numa questão paradoxal muito complexa, insolúvel: se a visão não era possível definir até que se a tivesse experimentado, aquilo que era tido como experiência de visão, era uma conclusão da alma por sobre uma operação em conluio (conclusão por sobre a capacidade de um aparato que a oportunizava); a alma não poderia antever a visão, até tê-la visto, então não saberia como é visão pura (o olhar pelo olho), somente sua conclusão do que fosse visão retirada dela mesma quando em contato com a experiência proporcionada pelo olho. A visão pura era irrealizável; se somente da perspectiva do olho, inexecuível, o *quantum* inferido da participação da alma (distribuída pelo/no corpo), inconfirmável, e aquilo tido como procedimento de visão, então, não passava de juízo do espírito, por sobre uma capacidade sensória, restando assim, quando no momento de operação, impossível de se saber quanto de um instrumento influía na realização do outro. Assim, contornava o problema utilizando-se da praticidade, onde pela qual, se o corpo era inescapável condição de existência do Ser (na obra, o Ser Abismal, a divisa eterna da condição humana que não se pode superar: a de que o corpo nos une ao Universo segundo suas acepções, não mais, não menos que elas; e nos separa do Verdadeiro que nele existe, justamente por eivar toda experiência das características de sua possibilidade enquanto manifestação), e este estava a participar de tantos fenômenos quanto fosse possível experienciar (por sua possibilidade), sendo naturalizada sua presença como se nem ali estivesse em cada momento (como no ato de

verificar um objeto, pelo tacto, este ser denotado apenas pelas características sentidas, sem nem se atinar que a distância e a própria operação correspondente a parte do corpo na operação, fossem sequer lembradas, num ato automático do sentir), sendo a partir do corpo uma divisa de existência, a questão não seria mais questionar a operação de visão, mas admitir que a visão era somente a parte correspondente a instrumental (visão pelo olho). Nesse sentido (MERLEAU-PONTY, 2004, p.29-30):

Em verdade, é absurdo submeter ao entendimento puro a mistura do entendimento e do corpo. Esses pretensos pensamentos são os emblemas do <<uso da vida>>, as armas eloqüentes da união, legítimas com a condição de não serem tomadas por pensamentos. São os indícios de uma ordem da existência – do homem existente do mundo existente – que não nos compete pensar. Essa ordem não marca em nosso mapa do Ser nenhuma terra incógnita, não restringe o alcance de nossos pensamentos, porque está sustentada, como este, por uma Verdade que funda tanto sua obscuridade quanto nossas luzes. É até aqui que devemos prosseguir para encontrar em Descartes algo como uma metafísica da profundidade: pois essa verdade, não assistimos a seu nascimento, o ser de Deus é, para nós, abismo... Tremor prontamente superado: para Descartes é tão inútil sondar esse abismo quanto pensar o espaço da alma e a profundidade do visível. Sobre todos esses assuntos, estamos desqualificados por posição. Tal é o segredo de equilíbrio cartesiano: uma metafísica que nos dá razões decisivas para não mais fazermos metafísica, que valida nossas evidências limitando-as, que abre nosso pensamento sem dilacerá-lo.

Afirmava isso denotando haver a impossibilidade de sondar eventos anteriores (como o momento de surgir do Universo ou a instalação das leis dos seus funcionares) e supra existentes a nossa esfera de observação. Sendo então, que ficava a cargo da apenas observação humana (e dos instrumentos dos experimentos, por extensão), a possibilidade de se operacionalizar alguma visão. Não seria mais um problema de determinar o lugar da visão, mas de ampliar sua extensão. A noção metafísica era assim, relegada por Descartes, por admissão de o ato-de-fé requerer um salto a dimensões de fenômenos que não se poderia explicar. Algo como: se existia uma questão sobre a verificação e a dúvida sobre eventos que não possuíam explicação verificável ou quanto a verificação de (nosso) próprio aparato preceptor (se seria juízo de olho, de corpo, de alma ou de espírito), então esses eventos deveriam ser descartados do princípio científico como se não existissem. Eliminado o insolúvel, tudo o mais, era passível de investigação, sem se perder em elucubrações infinitas de cunho metafísico. Eis aí, segundo Merleau-Ponty, a tradição racional cartesiana em sua característica mais perene: a Filosofia e Ciência não se poderiam coadunar na acepção Metafísica, por isso as descendentes filosofias e ciências desde então, conquanto continuem

existindo, reproduzem dessa tradição experimental racional, e permanecem separadas (a explicação filosófica, por mais interpretação demasiado ampla; a interpretação científica, por interpretação demasiado estrita).

Quanto ao experimento, este não teria mais como falhar, pois nele estariam as possibilidades de se chegar a toda aquela que verdade alcançável (com as devidas correções). Os instrumentos não teriam mais que ser questionados, a não ser quanto a sua afinação de aferição, pois eles oportunizariam ser os órgãos com os quais o ser humano não havia nascido, aptos a perceberem outras percepções, que como uma ponte, comunicariam ao abismo do ser outros sentires (expandindo o sensorio da alma e permitindo mais operações de juízo ao Espírito). Como sugere o autor na seguinte passagem (MERLEAU-PONTY, 2004, p.30):

À nossa filosofia só resta empreender a prospecção do mundo atual. Somos o composto de alma e de corpo, portanto é preciso que haja um pensamento dele: é a esse saber de posição ou de situação que Descartes deve o que diz desse pensamento, ou o que diz às vezes da presença do corpo <<contra a alma>>, ou da do mundo exterior <<na ponta>> de nossas mãos. Aqui o corpo não é mais meio da visão e do tato, mas seu depositário. Longe de nossos órgãos serem instrumentos, nossos instrumentos, ao contrário, é que são órgãos acrescentados. O espaço não é mais aquele de que fala a *Dióptrica*, rede de relações entre objetos, tal como o veria uma terceira testemunha de minha visão, ou um geômetra que a reconstituísse e a sobrevoasse, é um espaço contado a partir de mim como ponto ou grau zero da espacialidade. Eu só o vejo segundo seu envoltório exterior, vivo-o por dentro, estou englobado nele.

A questão diacrítica levantada por Descartes, é trabalhada por Merleau-Ponty durante o ensaio, de maneira muito criteriosa, posto que a complementa, pra além das considerações iniciais cartesianas, com uma crítica ao proposto racional que cisionaria as ciências (como no caso, a Filosofia das demais Ciências Experimentais). O autor percebia que o sucesso da obra de Descartes havia sido fornecer credibilidade e possibilidade no construto de um método, que a altura do desenvolvimento da sociedade em que estava (Europa da era Moderna, Século XVII), pareceu ser o assoalho fundante pra desenvolver-se a prospecção de descobertas com uma seguridade inabalável. Todavia, trazia em sua ponderação ao recobrar mesmo no fundante Descartes, a questão do corpo e da operação do observável, que se deveria trabalhar mais atentamente ao procedimento, como desdobramento, a que se está afeito, enquanto indivíduo, de tornar-se certos conceitos de operação do observável, pela sua convenção sonante na cultura (cita o exemplo do espelho, reflexo plano e reverso da imagem dos objetos [portanto, falso em reproduzir o real] e da profundidade falsa nas pinturas, levadas a cabo pela

técnica de pontos-de-fuga e os planos geométricos do desenho, principalmente, durante a Renascença; p. 28). O autor coloca em debate, então, como o produto das observações pra além de uma operação mera de intelecto e observação visual, requer que se considere a memória que cria os referenciais a que se compare, no ato observador, com o repertório de outros padrões, tornando inteligível a obra observada. O elemento da cultura aí, mais que um condicionante, seria visto como um produto destas operações reincidentes de observações. Transformadas em memória e retraduzidas pelo indivíduo em conclusões e acumuladas em registros e perpetuadas pela circulação da informação, se passariam a chamar de cultura. Ou seja, a operação epistêmica, passaria não apenas pelo concluir que perpetua sua tradição, mas por concluir a todo tempo, que recobra os artifícios envolvidos no ato de pensar, perceber e concluir. Como ao observar-se um quadro, mais do que entendê-lo na linguagem em que se propõe a causar o efeito da mensagem ou do seu próprio conteúdo, questionar o próprio funcionamento envolvido no ato de codificar, reunir em mensagem e traduzir daquilo, com as faculdades do cérebro e o repertório da cultura, numa operação de percepção, num conteúdo a ser observado. Somente entendendo a estrutura de conhecimento envolvida no assoalho da estrutura de percepção, se pode vir a entender a estrutura de percepção envolvida no produto do pensamento. E para isso, considerações que remetem ao indivíduo e circunstâncias incidentais, talvez sejam, as que possibilitam fazê-lo, pois embotado que está de influências e na conveniência de responder às convenções (dizer o que o quadro quer expressar, ou afirmar que arte é uma ilusão orquestrada ou a tentativa real de descrição do objeto), o espírito não se reavê de que suas próprias conclusões são não-puras, requerendo fugir ao conveniente e ir ver o que, de fato, o leva a operacionalizar em conhecimento.

E para isso, novamente o individual na pergunta: mas afinal, o que me leva a pensar como penso, que não se explica pelas influências exteriores e nem pelo operacional do aparato!?! A ideia pura, perseguida, como em Platão, e sua possibilidade de tradução – pois na incerteza dos teores, quem lhe afirmaria explicação - em produto de conhecimento. Não por ignorar o processual, mas para não misturá-lo em diferentes fases de compreensão do processo/operação do conhecer. Onde o programático do aparelho, requer mais atenção, por vezes, que o programado do repertório e onde há que se ficar perplexo, de não poder atentar simultaneamente, durante o observar, ao quanto se esteja dando de atenção ao produto de pensamento/conhecer durante o processo de conhecer, enquanto que ao fazê-lo, se entra no

inconveniente de prestar-se, daí, mais atenção ao processo e desviando ao produto, neste observar.

De todas as dimensões do observar e do conhecimento, por um limite da *máquina* humana, têm-se de capturá-las uma de cada vez. Por isso a necessidade de reproduzir experiências, para reaver-lhes diferentes folhetos de observação em cada oportunidade, dividindo suas conclusões também em partes, em diferentes ciências particulares. Onde uma coisa de cada vez, se espera, possa reintegrar no conhecimento do funcionar da *coisa* em sua conformação verdadeira (onde todos os eventos acontecem em simultâneo, os processos se coadunam e não há momentos de parada ou divisões verificáveis, apenas *sua/a* realidade). Ou será que não e fomos nós que nos habituamos, por sectarizar as coisas, em diferentes fenômenos, momentos de observação e categorias de elementos, a percebê-las – também sectarizadamente – apenas com a Razão!? Não haverá outras dimensões de interpretação super e infra racionais integradas ao organismo (ou dentro do próprio corpo e cérebro e das dimensões da psiquê) que permitam dividir a tarefa de perceber o universo e a realidade, na simultaneidade dos acontecimentos, sem ter de reduzi-la em construtos experimentais!? Sem ter de dividi-la!? Será que a transcendência esperada pelo conhecimento não é, na verdade, ir recuperar de operações anteriores que o antecedem na imanência que o origina!?

Lembrando-se nesse excerto, de um aspecto muito significativo das revoluções científicas e da episteme em geral: não obstante se construa de uma trajetória em contínuo, em geral, ao demover-se o assoalho de ideias sustentado por um paradigma, tudo o mais que nele se sustente, também por ele é demovido; denunciando-se assim, um caractere de inacrécimo no método científico, ao qual só valem, sumariamente, as últimas colocações da última revolução. Basta para exemplificar isso, o relato trazido por Kuhn acerca de Descartes e sua teoria sobre o fluido elétrico, contradito por Newton, e ambos obliterados pela teoria de Benjamin Franklin. Nesse mesmo ínterim, teoria de Newton sobre a gravitação, substituiria em parte a galileica e daria chance ao paradigma de teorias que estudassem fenômenos relativos à órbita dos planetas. Numa destas, o estudioso francês La Vérierie, em suas observações astronômicas perceberia haver um desvio na órbita de Urano, intuindo então, por séries de cálculos ancorados no conceito da gravitação, que só poderia tratar-se de um outro corpo celeste extremamente pesado a poder causar tamanho desvio. Se encaminhava a

descoberta de um novo planeta. Mas como descreve Kuhn, o magnífico feito de dedução não poderia ser repetido:

[...]Ao se observar a órbita de Urano, posições atestadoras de um comportamento inusitado do planeta inferiam estar sofrendo um desvio, o qual, só poderia, consoante as leis de gravitação em Newton, ser exercido por outro corpo celeste de massa muito grande.[...] Adams se debruçaria sobre o evento a pesquisar, e por soluções matemáticas, chegaria a conclusão de tratar-se de um cometa ou ainda um corpo celeste ainda maior (planeta).[...] [no entanto, outro físico a estudar o fenômeno em posterior] Seria La Verriére que receberia o reconhecimento pela descoberta, quando ao receber a notícia do observatório de Berlim, em 1864, confirmariam com a seguinte frase: o planeta que você descobriu realmente existe. La Verriére, antecipara-se a confirmação e chamara o planeta Netuno.

[...]Tempos depois, tentando repetir-se, La Verriére observaria um desvio na trajetória de Mercúrio, e desde logo intuiria a presença de Vulcano, antes da órbita do Sol. Entretanto, a explicação para esse fenômeno, só seria encontrada em evidência consistente da descoberta de Einstein, pela Teoria Geral da Relatividade, do fenômeno ondulatório, por onde se dobraria no plano dimensional do Universo, pela incidência de gravidade tremenda da própria Estrela Solar.

O que leva a questionar a fé no método, como consagrada pelo pragmatismo cartesiano, e endossada pela prática da boa ciência em Kuhn, posto que os caracteres que permitem uma ciência realizar-se como tal, é a própria reprodução de suas categorias paradigmáticas, reproduzindo nisso, uma estabilidade artificial e a consideração de um paradigma que não aceita outro, até ser refutado, por impossibilidade de funcionar em dupla incidência (serem incomensuráveis e antinômicos, no momento de sua dupla existência, até a verificação de um vencedor da disputa).

Se a ciência é também ela, um ato de fé, enrustido da mais alta abnegação, é também ela um comportamento: comporta certas observações e as relega ao plano do insondável, por inverificável segundo o experimento (a episteme vigente; o paradigma). Se muito elegantemente, Merleau-Ponty não fosse reaver da observação cartesiana, talvez não se tivesse percebido, assim como fizeram os da messe de sua filosofia por seu gesto (na tradição da Fenomenologia), consideradas pela razão ontológica como se que talvez as ditas (segundo Marx) decadentes ciências instrumentais da Psicologia, da Psicanálise, e da Fenomenologia, não tivessem razão de ser, quem sabe nunca houvesse atido a ir revolver o que estava no assoalho ideológico da dita progressão ontológica da Razão, que por sua *ratio*, faça que não corta a si mesma, abrigava uma ideia de abandonar-se a investigação do lugar do corpo, da distância do verdadeiro e do ponto de mediação do ontológico no mundo. Relegando-se

assim, a percepção como uma área nunca mais investigável, por inconclusível segundo premissas tradicionais, e posto que já apeada numa das revoluções epistêmico-científicas da Era Moderna. Como bem pontua Kuhn ao final de seu ensaio, algumas das experiências que ficaram por se realizar dos cientistas anteriores a ao paradigma vigente, podem ser as áreas de investigação, que abandonadas prematuramente, podem ainda conduzir a descobertas e até correções e superações do paradigma atual. Mas para isso, mais do que ter-se a fé dogmática demonstrada por Kuhn, e escapada por Descartes, a que se fazer o salto-de-fé que leve a ciência, talvez, a reintegrar o Metafísico, como em Aristóteles, a parte do seu construto. Não para voltar-se ao dogma, pois dele nunca saiu-se, apenas direcionou-se pra outras aplicações da Razão. Mas pra encontrar-se com o próprio questionamento da produção de significado construído na episteme e pela metodologia a prospectar o conhecimento. Investigações essas, que podem muito bem figurar na análise estrutural, da matriz estrutural de funcionamento da comunicação. Onde sabe-se que as constantes, embora evidências de estrutura, não passem talvez de persistência paradigmática a operar de maneira funcional, constituindo imanência, que na verdade, imersa na verdadeira imanência ao seu redor. A mente ao pensar cria e isso existe no mundo, como parte da dimensão que liga o ideário ao mundo que proporciona seu sujeito pensante. Mas não por isso, se encontra tangível o que existe na mente, no plano da existência exterior. Ou se exista, pelo corpo, sem questionar-se seu ontológico proporcional, quem saberá intuí-lo!?

São inquietações, que se espera, ainda na messe do racional (quer por admissão - inalternativizada – de habitualidade nesse operar, quer por credibilidade e fuga a pecha do esotérico) do epistêmico de trajetória, poder trazer inteligíveis à proposta, mais adiante, de uma alternativa.

Onde talvez se tenha que romper, não se me pergunte como, com a razão pra ir resolvê-la. Entendendo que talvez as considerações que levem a responder querelas da própria razão, estejam impedidas de deduzir-se por razões de obediência à própria razão. Talvez seja ela o *hegemon*, de todos os paradigmas, e a episteme da episteme, que não permite por seu formato, abranger outro formato que não traga características do seu (como falar/fazer as palavras/perguntas que não se aprendeu a como pensar!)? Como articular conceitos em nheengatu, se não aprendi como pensar seus conceitos!)? Falar uma língua não é proferi-la, é pensar segundo ela.. E que seriam com isso, o desvelamento do que há pra olhar e as respostas

que não se pode conceber com ideias fundadas na reprodução da razão. Como pensar um mundo que não cabe no olhar!? Antes de explicarem o mundo, já estava por aí, vivendo.

Enquanto Merleau-Ponty comemora que o homem é o próprio tudo que se há pra ver, o próprio mundo (*homem-mundo*; onde o homem a medida de sua própria circunstância no ato de produzi-la desdobramento de sua existência, carregando consigo, pra onde quer que vá, seu mundo a ele cosido), não mundo universo, pois este inalcançável, insondável, parece corroborar Descartes e consagrar Protágoras; o homem é a medida das coisas. Antes da membrana do racional, o abismo. A intenção ao perseguir-se, tanto mais se mostra incidental.

1.5 Considerações de Interstício

Conforme visto, o ato de produzir e prospectar saberes, em sua processual conotação, nunca é inocente ou inofensivo. Das repercussões de uma episteme grega a demarcar um conceito de corpo a partir de sua compreensão de mundo (e do próprio caráter do conhecimento), desdobraram-se políticas públicas, que em duas de suas mais expoentes cidades-estado, consubstanciaram-se em leis (na ágora ateniense e nas leis licúrgicas espartanas). Da mudança de uma concepção cosmológico-científica do processo epistêmico grego, para uma institucionalização sob as instituições romanas, principalmente, pôde-se realizar de uma Igreja Católica Apostólica Romana (onde *katholaikum*, é um conceito helenístico, cerne, pra explicá-la em sua pretensão: *universal*). Igualmente, do revés do assoalho ideológico feudal para o do pensamento moderno burguês, repercutiu a agenda civilizatória baseada em um conceito circunspecto de Razão, ensejador de uma ruptura com o enquadramento eclesiástico (humanista e dogmático), por um não menos implacável enquadramento: taxonomizador de identidades (como o caso dos indígenas, perfilados num conceito homogêneo artificial), padronizador das maneiras (pela etiqueta), calcado em convenções e alegorias (desde o dinheiro, em lugar das trocas de mercadorias pelo uso; até o maneirismo do gesto, indo tomar lugar distintivo onde antes havia a atitude) e estabelecido pela uniformidade (no saber, em Leis da Física e Geometria; nas Teorias Gerais dos Estados Modernos, nos códigos legais; e nas trocas, pelos costumes de comércio) onde nisso tudo, o conceito de *ratio*, assim como o de patrimônio, se fazia uma constante.

Em um mover recíproco e dialético, episteme e processo político interseccionaram, mas alguns dos seus construtos haveriam de tornar-se ainda mais sutis, polidos. As representações seriam o ápice da paidéia grega, onde rivalizadas, apenas, pelas pragmáticas instituições romanas, no mundo antigo. O funcionamento material calcado metafísico seria uma forma de se entender o medievo, enquanto que o materialismo embasado em convenções, e sustentado por um uso finalista da razão, seria a marca do modernismo. Nunca o experimento, o método do procedimento ganhara tanto respaldo e isso se vinha desdobrar em seus pensadores. Do *cogito ergo sum* (*penso, logo existo*) de Descartes, desdobraria-se um panegírico a devolução sintética ao experimento formulada por Galileu. De tal sorte que as correntes filosóficas do empirismo e do materialismo prosperariam do Discurso do Método em diante. Nessa messe, ainda libertando-se das últimas amarras da mentalidade de rebanho, representadas nas instituições eclesiásticas e acadêmicas, Michel de Montaigne publicaria Ensaaios, e nele afirmaria a divisa do individualismo, como mínimo quinhão de dignidade pra poder-se empreender qualquer pensamento, realmente, libertário e inovador. Se chegaria a formular uma série de teses utilitaristas neste decurso, que em Hume (e adiante em Mills), explanariam a acepção do bem imediato possível a se retirar de cada conclusão filosófica, bem como sua reflexiva aplicação no Estado, no comércio e no patrimônio. Os estudos de Economia, surgem dessa época, indo preocupar-se com situações mercadológicas, do mercantilismo e do Capitalismo. Não por acaso, pensamento manifesto no mundo, e dele retirado, *The Invisible Hand* de Adam Smith, que explanaria a auto-regulação dos mercados, convergiria em ano com a Independência dos Estados Unidos (pujante colônia britânica): 1776. O pensamento urgia factibilidade aplicacional, racional e a liberdade de qualquer reverência às figuras taumatúrgicas, decanas e estamentais da tradição pré-moderna: explodindo assim, produções de saberes a este ideal voltado, consagrando o basta dado pela livre-iniciativa por sobre os arquétipos do poder linhagístico.

Observe-se, é claro, que isto aconteceria sobre um arranjo incongruente, posto que enquanto eram publicados *Dois Tratados de Governo* de John Locke e a *magnum opus* de Thomas Hobbes, decretando a infâmia de cidadãos modernos sob tutelas de reis (comparando-os com os escravos hebraicos no Egito), ou mesmo *O Contrato Social* de Jean Jacques Rousseau, primando pela igualdade dos homens, protagonizava-se nas colônias a escravidão, o tráfico negreiro e a política de identidades. A tal ponto, que nos estertores da Era Moderna, Hegel já escrevesse sobre o paradoxo do senhor e do escravo (onde um deve deixar de existir,

pra que naturalmente o outro progrida, e isto também, enquanto sociedade), em Fenomenologia do Espírito, apenas cinco anos após o incidente em Saint Domingue, a colônia francesa independentizada e coordenada por ex-escravos, sob o comando de Touissant L'Overture, e renomeada Haiti. O historiador C.L.R. James, cobre destes eventos em Os Jacobinos Negros (1938), e desvela a reciprocidade entre ideais liberais, maçonaria e mulatos abastados a irem estudar na Europa (inspirados pelos ideais das, há pouco protagonizadas, Revoluções Burguesas, de França e EUA), que de retorno à colônia insuflariam a revoltosa empresa de um estado sem precedentes: não apenas independentizado, mas que extintor e punibilizador do regime escravo em seus domínios. Fica evidente, que se sabia-se que era artificial manter-se personalidades cativas a um regime feudal ou monárquico, muito provável que do conhecimento vigente à época (liberal pré-contemporâneo), fosse a consciência sobre o artifício da escravidão. Ainda assim, não faltariam obras a consagrar este livre direito, baseando seus argumentos no patrimônio adquirido e seu direito e mesmo, na hierarquia dos costumes entre as civilizações – onde a Europa ocupava, convenientemente, a vanguarda.

O experimento se consagra no método, onde o método consagra a razão, e esta, doura a pílora de um pensar ilimitado, amoral e prático. Eis o produto da ciência, colateral, que faz urgir trabalhos como o de Kant, em *Metafísica dos Costumes* (e *Fundamentação a Metafísica dos Costumes*), onde de uma perspectiva chamada de Idealismo, debate a moral, a razão a priorística e o imperativo categórico. Importando que dessas conclusões, se questionasse o produto do método não apenas por seu resultado, mas de como este resultado vinha eivado de humanidades egoísticas, desprovido da razão pura e, muito provavelmente, impossível de efetuar-se essa na ação humana pretendida (onde o imperativo categórico, paradoxalmente, só ocorreria se não pensado seu propósito, premeditado, na ação). O precedente de Kant, importante aquisição à crítica da razão, seria abandonado em parte por diletante sua proposta, essa que inverificável – como verificar-se uma razão antecedente à razão!? –, sendo consagrado em seu lugar o paradigma hegeliano de Razão Dialética (onde a razão seria composta por eventos que se comunicariam, contrastariam e em conjunto, mais e mais, aproximariam à inteiridade da verdade), o qual faria tradição no contemporâneo pensamento do Materialismo Histórico Dialético de Karl Marx, enfaticamente crítico ao sistema capitalista, e apresentando como alternativa as premissas do Socialismo Científico.

Decadente, segundo Marx, ou não, a razão ideológica do século XIX seria uma preocupar-se em relevo com a uniformização dos métodos de estudos (reunindo o que eram antes as áreas de interesse, em ciências específicas) e o estabelecimento de dispositivos assecuratórios dos experimentos (arcabouçado no paradigma de que, se o dado reflete a verdade da natureza, esse se verifica pelo experimento). O primado da isenção, das provas-reais e sua obsessão levam a que se crie o *positivismo*, a se importar tanto mais do que com o resultado das prospecções científicas, com sua forma e seu status (positivado). Na dúvida de como se afere o aparelho perceptor da experiência, surge o questionamento crítico referente à própria percepção. Se Kant e Hegel haviam mencionado noções acerca do observável (*phaenomenae*), seus limites e potencialidades, a Psicologia questionaria a própria psique a protagonizar estas operações de observação. Franz Brentano, psicólogo prussiano, traria a tese de Intencionalidade da Consciência, pela qual não se pode afirmar a isenção do observado consciente, pois que ao funcionar, já aponta intenção. Seu pupilo, Edmund Husserl, preocuparia-se com as relações numéricas e incidentes de subjetividade a inferir conclusões nas operações aritméticas, compilando assim, o conceito de Intersubjetividade (relação de influência entre os sujeitos da operação de observação), cujo preceito se desdobraria na corrente filosófica da Fenomenologia – da investigação dos *phanomenae*, como aquilo de observado, que processado pelo crivo perceptual do sujeito, e interno como uma construção arquetipicamente simbólica na mente. Típico exemplo epistemológico, tal ciência se ocuparia em estudar como se chega ao conhecimento (a operação de conhecimento envolvida nesta ciência), muito mais do que o produto efetivo dessa operação aplicada, sendo estas as que classificadas, conforme Marx, como protagonistas de uma razão instrumental: devotada a *ratio* da coisa [instrumento], do método empregado, *instrumental*; em lugar da *ratio* de sua descoberta, *ontológica*.

A crítica de Marx aos espadachins assalariados da ciência, bem como à razão instrumental (decadente), pode ser encarada, sem exagero, como uma crítica ao Positivismo. Tanto mais porque muito de suas teorias, na falta de um específico teor de apuração (como hoje se têm, *lato*, nas Ciências Humanas ou, *stricto*, na Sociologia) à época, fossem rechaçadas, como inconclusivas, por não haver como incidir uma avaliação num complexo tão intrincado de diferentes searas do saber (da Filosofia, da História, da Economia, da Política), onde todas elas, áreas em revolução e sem estabilidade material de avaliação por um método ou aparelho específico. Marx odiava aos Positivistas, e estes a Marx, e desta tradição,

seu pensamento estabeleceu a perpetrada antinomia entre as correntes epistemológicas e o método materialista dialético – onde uns preocupados em saber como os filósofos haviam chegado às suas conclusões, e outro apressado em saber que seria feito das conclusões a que os filósofos haviam chego.

Da epistemologia das representações, revisitada pela Psicologia, se chegaria a Psicanálise de Sigmund Freud, na qual grandes contribuições seriam feitas no tocante a entender como os indivíduos se sentiam e se compreendiam dentro dos processos sociais – num sentido de trajetória pessoal individual, quanto em escala de sociedade, destaque-se. Em suas colocações, Freud utilizou-se muito da episteme grega, da construção dos mitos para poder desenhar os cenários dos seus diagnósticos. A *paidéia* inscrita em poemas, peças e na *historiae*, foi utilizada em termos como Complexo de Édipo e Complexo de Eléktra (distúrbios masculinos e femininos, respectivamente, em relação à figura [disputa] paterna e materna, na relação familiar), e fez consolidar na contemporaneidade, considerações subjetivas (como às da Fenomenologia), em relação aos construtos processuais históricos. Sua crítica em o Mal-estar da Civilização, elabora um traçado em torno de como mesmo após a agenda civilizatória, como que por resistência, comunidades e povos submetidos à agenda racional civilizatória (em geral, colonizados e egressos de processos de enquadramento), demonstraram o revés de premissas pretendidas pelo conceito racional moderno: *universalidade* que não se atendeu a todos, *transfronteiridades* que retornaram a se reestabelecer em fronteiras (hostis, até), *uniformidades* a culminar em processos de afirmação diferencial, deposições metafísicas que afirmaram novamente cultos e tradições e infalibilidades do método que se transformaram em frustração, desilusão e na carência de respostas diversificadas. Em outras palavras, o racional não atendia ao *pathos* dessas comunidades e sujeitos, e em muito, trazia bandeira de um arquétipo pronunciadamente genérico, mas que na verdade, arquetipicamente, europeu (circunspecto, de local pra todas as localidades). Logo, mesmo em críticas de uma matriz epistemológica, os dados apontavam pra um desgaste do modelo racional, do positivismo e do formato de ciência que se precipitara ao achar que podia explicar com suas conquistas de uma episteme vigente, situações que já requeriam uma virada epistêmica evidenciada nas conclusões de suas críticas contemporâneas e demonstrada na crise dos indivíduos e resultados a ela submetidos. Como ponderado por Walter Benjamin, o *olhar de choque* (assim como o Mal-Estar), talvez seja produto da visão da Dióptrica de Descartes: se elimina-se o insondável, tudo o mais, do corpo ao instrumento,

se torna meio pra um fim, num mundo que se descortina *de por dentro*, e não mais, pra adiante. A racionalidade cartesiana não resolvera o problema do Abismo (entre esse corpo e percepção do verdadeiro), apenas selara-o pra uma oportunidade futura, onde indivíduos audazes, munidos de muita sensibilidade e capacidade pra prospectar o que a razão escondia, pudessem com suas ferramentas e por meio de sua – científica – obstinação (sempre o Dogma, como Kuhn advertiria em suas passagens), pudessem vir à re-interpretar.

As premissas da longa tradição da Era Moderna, cerne do pensamento modernista (que não se acabara com a Era Contemporânea), perpetuado em instituições, geraram a matriz epistêmica da ruptura que já na virada para o século XX, se apresentava nos trabalhos como de Friedrich Nietzsche (filósofo alemão, suposto existencialista e introdutor da ontologia do devir), de Ernst Mach (com o empirio-criticismo, a questionar o método empírico, contido no experimento, como um produto do [ato] cientista e não da datificação da realidade) e na procura de novas metodologias de estudo da estruturação do conhecimento. Eventos que na crise do paradigma experimental, enfraqueceriam as bases da episteme ancorada no positivado, e levariam a que na Física, ficassem evidentes no pressuposto de Henri Poincaré, garantindo assaolho a Teoria da Relatividade de Albert Einstein, a depor teses em Newton. Isto que ainda mais a frente, na França, culminaria na criação das Ciências Sociais [1920], e se espraiariam nas hipóteses da linguística a antropologia etnográfica, a partir da qual surgiria espaço ao Estruturalismo.

A esta altura, devo estar entendido como o martelo da razão europeia helenística e de sua inexorável intencionalidade. Espero que não...

Não é o que afirmo. Afirmo apenas que, como disse o Mignolo, também este, relativamente, libertário sistema de pensamento – racional – veio assentar-se por sobre as construções de conhecimento de povos que tinham suas próprias matrizes epistêmicas, soterrando-as sob a pecha do atraso (como o Ayun, dos Aymará peruanos, citado, ou a Tilimachlia, também aymará, e a Genealogia Metafísica Da Política, dos Estudos Subalternos de Ranjit Guha). Enfim, se bem se quer não agir de maneira colonial por sobre os indivíduos, reincidentemente, há que se considerar que eles tem coisas com as quais se importam que, diametralmente, se opõe á nossa forma de agenda racional. E neste ínterim, desconsiderá-las, é como cita Angela Davis, agir como a irmandade branca que luta por votos, mas não luta por creches, auxílios de renda, postos de trabalho menos aviltantes e seguridade social em muitas

instâncias. Se pra nós, boa parte do Ocidente, a materialidade vida passa pela classe, pra alguns – muitos, na verdade, invisibilizados – ela começa ainda antes com uma matriz de produção cosmológica da vida. Onde não basta produzir o pão, por exemplo, mas no trato com a terra, não se pode usar arado, que lhe rasga o ventre, como se ferimento materno fosse.

Me admira que na academia, que hoje contempla estudos indígenas e sujeitos da coletividade indígena como acadêmicos, este pensamento ainda tenha que ser esmiuçado, pois me parece natural que coexistam, a despeito de filiações pra este ou aquele, ramos do conhecimento. Até porquê, se se bem-recepção aos irmãos indígenas no recinto da academia, isto não se configura no recinto da episteme, como se ainda estes representassem algo de segunda classe epistêmica [posto o viés dos mitos], incongruências pra um saber racional ou algo, no mínimo, de caráter relativizado [conhecimento café com leite em relação ao acadêmico]. Em compensação, em Teorias da História, disciplina da qual fui ouvinte, tem-se a afirmação por tratamento diferenciado na composição de uma historiografia judaica baseada na Matriz Metafísica. E não só, uma contemporânea linha da historiografia chinesa que caminha pelo mesmo percurso. Onde todas as citadas, tem em sua agenda um tratamento sério das produções científicas, como algo a se considerar na realização de um coletivo de diversas vozes acadêmicas globais.

É claro, recordando sempre, os hebraicos têm um pé na Europa, por conta da diáspora sofrida, e os chineses, um pé forte na economia conjuntural global, então, seguramente, terão, melhor êxito em suas petições.

É neste, e por este mote, que eu entendo que a questão econômico-social da classe se preste a seu melhor propósito, em discutir e entender como estas diferenças existem, progridem e se assentam. Contudo, sem esquecer que, por vezes, também esta importante discussão ignora demandas que não cabem no seu processo de análise, por não pertencerem, a uma agenda racional.

Em resumo torpe (basicamente, do que li em Mészáros, Freud e Kuhn): o pensamento racional é reinaugurado no *quattrocento* europeu, junto á um surto de crescimento econômico burguês, que vendo na Igreja o assoalho de sustentação do Estado em voga – o qual limitava seu crescimento em poder – faz lobby pra desmerecer tal assoalho (dogmático aristotélico-tomista), com a colocação de ideais antropocêntricos, positivistas, baseados na dúvida como princípio da certeza – eis o Racionalismo Neo-Clássico – e a reconstrução da figura do

monarca absoluto (por conta do embate com a Estrutura Feudal, que fragmentava sua malha de influências, demandando uma unificação de forças no enfrentamento). Faz tal *lobby* em meio à literatura, às pinturas e a filosofia, e logo se espraia à moderna administração econômica, que vê novos lugares, livres da Igreja, pra dominar: as colônias. As colônias, base do sustentáculo econômico de uma moderna agenda imperial, requerem que algo justifique, tanto em relação a Igreja, quanto em relação aos povos nativos com que se trava contato, a realização de tamanha guinada ideológica: é inaugurada a agenda hierárquica da racionalidade, que demarca a legitimidade da existência no pensar (como em Descartes, em seu método). Desafirmadas as existências dos algozes, a agenda burguesa, que conjuntamente havia unificado os inimigos em um (o rei, no Absolutismo), requer agora a deposição destes úteis serviçais (reis) à agenda burguesa. O pensamento burguês ruma, então, pra uma afirmação irrestrita da liberdade (em termos, pois admitia a escravidão), de comércio, de Estado, e de Patrimônio (que como em Locke, contrariando o antigo preceito da usura da Igreja, inaugura que não há negatividade nenhuma em se ter propriedade, explorá-la, e retirar seus frutos, sequer do trabalho, apenas e tão somente, do trânsito dos valores [frutos civis]). Nisso, os reis costurados em alianças anteriores, são depostos por Revoluções Burguesas, como a Gloriosa inglesa, no século dezessete (que não depôs, de fato, mas mitigou o poder reinante, abrindo caminho pros cercamentos e daí, pra maquina-fatura agrícola, que com o sistema Norfolk, viria a desencadear o pensar de produção em massa propício ao advento industrial, um século depois), e posteriormente, no dezoito, a Estadunidense e a Francesa.

Nesse ponto, o pensamento racional atinge seu ápice, que desde Descartes, passara por Hume (Utilitarismo Empirista), Kant (Idealismo) e chegara em Hegel (Razão Dialética⁸⁵). Ocorre que, mesmo nesse campo teórico há um embate, onde em Kant, se irá propor que a razão contempla duas vertentes, uma instrumental (*phaenomenouns*) e uma anterior (*noumenouns*, apriorísticas e extra-instrumental), o que vai ser rebatido por Hegel, em seu conceito de todo do conhecimento, não fragmentário, em que tanto mais contempla a verdade, aquilo que tanto mais comporta a integridade dos saberes. Baseia isto no conceito de dialética, onde os contrastes se compõem num jogo de coexistência, onde a razão é o instrumento de processamento e interpretação desta percepção dialética, e os conceitos de noção Histórica Ontológico-Progressiva (história em ciclos, não-repetitiva e com superações às organizações

85HEGEL, G.W.F. **Fenomenologia do Espírito**. (Vozes, 7ed.; 2007)

das anteriores conjunturas) e Humanismo (pelo qual o homem, é produto e consequência, tanto mais, da ação do homem), a complementam. Desde este ápice, instalado o *status quo* burguês, agora ancorado na máquina e na economia industrial, esse percebe para si que, um condão histórico-progressivo, onde regimes de poder se sucedem, devido ao mudar processual da realidade histórica, não é conveniente, e tanto mais a sua ferramenta de realização, a razão dialética, que emancipa e promove estas mudanças. Trata então, de frear este processo, criando um uso instrumental da razão, em lugar do da dialética, e coopta a produção científica como parte do seu séquito (espadachins assalariados). Desde então, eis a decadência da razão, servindo a propósitos de afirmação do *status quo*, de reação aos câmbios de sistema processual, quer histórico-ontológico, quer econômico, e a permanência nos últimos duzentos anos, do sistema capitalista – que sempre muda, pra não sair do lugar [falso progresso]. Como uso de algumas destas ciências na decadência, promove-se as diversas guinadas epistêmicas do saber (como a Fenomenologia, os estudos do ego [que vão redundar na Psicanálise], e século vinte adentro, ao Estruturalismo e na agenda Pós-Moderna), as quais não se prestam a se superar enquanto status, realidade, apenas enquanto percepção categórica de pensamento.

A despeito de que eu concorde com muito do aí dito, há uma parte que não cabe no discurso: aquela de que até pra se afirmar este discurso, teve-se de passar pela guinada epistêmica, portanto, decadente ou não, pra que se chegasse a uma crítica da própria Razão. Bem se sabe, em que contexto Freud escreveu sobre o Mal-Estar (segunda parte do dezenove), demonstrando como a universalidade, a transcendência das misérias humanas, a fé racional (que Kuhn trabalhará muito melhor depois) e outras esperanças, não se concretizaram, fazendo buscar-se alternativas de um suposto retrocesso. Mas apesar de ser um juízo, não é o único juízo sobre esta situação, pois Freud não considerava em sua análise, como bem fizera em *Totem e Tabu*, de 1913, que pra alguns povos, o sentido da existência estava explanado, sem necessidade de uma mutação, e como cito por Mignolo, a imposição de uma agenda racional, só veio a fraturar psicologicamente suas estabilidades, suas certezas, muito mais que seus entendimentos ou nostalgias, como viria a dizer um incauto observador racionalmente formado e versado; Também se requer observar que, aquilo que se tinha por balizas de um pensar racional e ontologicamente progressivo, vinha assentado em bases de saberes – hoje – desmentidos, os quais só o foram por meio de aquisições durante o período da decadência (a dizer, saberes como a epistemê da Psiquê, que mudaria a forma de entender-

se o ser humano, e a revolução Einsteniana, que mexeria na compreensão do funcionamento do Universo, de Newton). Ou seja, se tivéssemos progredido por aquela linha racional, ainda que preservada da instrumentalidade de asseguramento do *status quo* burguês capitalista, inexoravelmente, teríamos desembocado em um processo de crise científica, a qual evidenciaria os limites instrumentais de prospecção daquele paradigma em voga, e faria requerer destas ou de outras descobertas científicas, em sentido epistêmico, como medidas saneadoras metodológicas. Desmentindo assim, o mero atributo decadente de uma guinada epistêmica (ou da correção das lentes do conhecimento), apenas como produto de uma produção instrumental da razão, em detrimento de uma perspectiva que o contemple, também, como evidente produto do compasso ontológico progressivo do processo da história e do pensar humanos.

Em suma, quando eu falo em distintas epistemês, não me refiro a que rompamos com o racionalismo, ou relativizemo-lo por completo, como os Pós Modernos, e sim, requeiro em nome de outras personalidades silenciadas ao longo da história, legitimidade de audiência às suas pautas, que não configuram em atraso ou incongruência à razão, mas que simplesmente, não cabem na racionalidade, constituindo *ethos* próprios de perspectivar a vida e o conhecimento, produzir o trabalho e gerir/coexistir com os recursos da natureza. Os quais, não podem ser traduzidos à noção racional, sob pena de serem deturpados, resumidos ou apenas, incompreendidos por esta binária linguagem de processar. Seria como se, ao emanciparmos um indivíduo de uma colonial-capitalista exploração, tivéssemos o compromisso de que, também ele de nós, e de nosso pensamento [emancipador], pudesse vir, um dia, a se emancipar, afinal, posto que não foi ele quem descobriu este pensar, leva-se a que não tenha se liberado ainda de sua última dependência: a influência exógena em lugar da auto-descoberta. Pois, bem sei, que aquilo em que somos educados, e chamamos de nossa cultura, só é cristalizadamente revelada, quando passamos pelo expediente de uma intromissão, uma invasão, enfim, uma colonização (que nos acuda, Roy Wagner⁸⁶, neste sentido). Posto que mesmo em circuito caseiro, é notório que somos construídos de identidades que se nos atribuem e conhecimentos que se não nos pertencem, e que incorporados, virão a dar naquilo que chamamos de identidade (Bourdieu para esta acepção através do conceito de *habitus*;

86Conceito de Roy Wagner, antropólogo estadunidense, sobre o choque cultural, na relação das culturas em contato, fazendo criar alegorias culturais; WAGNER, Roy, *A Presunção da Cultura* in **A Invenção da Cultura** (2010).

instituições internalizadas⁸⁷). Por pior que seja, ainda assim, esta hipótese ainda é mais naturalmente constituída que a do ato de trânsito de ideias na/da alteridade – seja ela do antípoda, do colonizador estrangeiro, do libertador exteriorano ou do alienígena. Em termos sumários, também a razão constitui em forma de colonização, quando que substituindo a autonomia e a epifania, pra aqueles que não descendem de sua genealogia histórica.

Simples assim: não digo que não se pode usá-la, nem aos autóctones com seus pensares alternativos, entretanto requer-se o tato de que ela não é natural, por mais natural que seja o fato de ter-se consigo a dimensão de um intelecto voltado pra lógica. Sobretudo, na academia, onde a institucionalidade eiva muito mais do que se imagina, a sensibilidade acerca do saber puro, constituindo em *doxa* o que deveria ser *paradoxia*.

Segunda Parte: *Struere*, do Latim, Construir

Nesta segunda parte, conquanto tenha-se sido prolixo na primeira e o tempo seja exíguo pra mais detalhismos, a objetividade conduz a três discussões principais e uma conclusão, a ser esboçada nas considerações finais. Deposita-se a fé de que até aqui, se tenha entendido o porquê do apelo à metodologia intrincada de Foucault de uma arqueogenealogia, que nada mais faz que reaver temporalmente, como uma genealogia, a trajetória disso que se pretendeu chamar de conhecimento e suas formas de prospecção – mas sem se esquecer do lugar do corpo durante tais eventos. Em outras palavras, uma arqueologia do *genus de* episteme e epistemologia. Afinal, se o que se pretende como excerto dessa segunda parte, seja demonstrar da pertinência e possíveis delineamentos de uma proposta epistemológica nessa uma, Educação Física, e pelo Estruturalismo a ser realizada, então, tendo falado tanto de episteme e de corpo, caberá falar agora, de Estruturalismo e Educação Física, propriamente enunciadas.

87BOURDIEU, Pierre, **A Distinção : crítica a razão social do julgamento** (1982);

Nesse sentido, primeiramente, com o capítulo Ilustres Estruturalistas, dando continuidade às ciências que se estudou em trajetória até aqui, se irá comentar do Estruturalismo, essa corrente filosófica baseada em princípios linguísticos de funcionamento do conhecimento (e, porque não, da realidade), fundada pelo linguista suíço Ferdinand de Saussure (ou apenas Ferdinand Saussure, a depender da biografia), durante a primeira década do século XX. Num breve ponderar sobre aspectos considerados importantes a finalidade dessa monografia, trazer-se-á teorias desdobradas da proposta inicial estruturalista, sua implantação na academia europeia, e seu consequente disseminar no trabalho acadêmico-científico mundial, através da obra de teóricos fundamentais dessa matriz epistêmica, a qual tem-se aqui debatido e, tradicionalmente, cultivado. Para isso, será tomado como escopo o trabalho de Léa Silveira de Sales, *Estruturalismo: História, Definições, Problemas*, publicado na Revista de Ciências Humanas, n. 33 de abril de 2003, da Editora UFSC; bem como pertinentes publicações correlatas e referenciadas adiante

Em seguida, Um Breve estudo de Caso da Educação Física no Brasil, será o capítulo onde se pretenderá desenvolver a discussão acerca das características dessa seara do conhecimento (afamada, dentre outras coisas, por seus aspectos complexificadores de *práxis*; integrada a teoria), a partir de breves comentários da trajetória que a trouxe ao Brasil (antevistas, em parte, no tocante ao Higienismo, na parte precedente desse trabalho), o famoso guinar dessa ciência com o evento da Motricidade Humana (na década de 1980) e o desdobramento, em plagas nacionais, de uma aurora de Propostas Epistemológicas Críticas – com vulto, a *Crítico-Emancipatória* de Elenor Kunz, e a *Crítico-Superadora*, empreendida pelo Coletivo de Autores – a década de 1990. A obra principal utilizada nesse capítulo, será dos autores Valter Bracht; *A Educação Física no Ensino Fundamental* (2010) e Ana Carolina Bozz e Thiago Pellegrini; *Representações Sobre a Teoria da Motricidade Humana na Revista Brasileira de Ciências do Esporte: 1979-1993* (2015) – além de demais que de significância se tenha observado, contribuintes ao teor das discussões.

Por derradeiro, mas literalmente, não menos importante, a terceira parte, A Teoria *Non Corporis*, capítulo onde se estabelece das pregressas aquilatações, se há possibilidade de um empreendimento dentro da Educação Física, de uma linha teórica, demarcadamente teórica, como o Estruturalismo, vir a tornar-se uma realização epistemológica – a circunscrição problemática que dá arcabouço ao trabalho. Destaque-se nisso, que respeitando as fases da

produção científica (e por tratar-se de uma investigação inicial), nesta monografia não se pretende realizar de uma tese, apenas proporcionar-se o princípio de um vislumbre dentro de uma nova dimensionalidade em discussão. E para isso, desdobrando-a em duas hipóteses de propor-se: analiticamente (em Analogias Estruturais em Levi-Strauss para um Método da Educação Física na Abordagem Estruturalista) e praticamente (terreno perigoso, na ousadia do conceito de um *corpólingua*, na teoria supracitada no título capitular).

Demais considerações, como de praxe, às Considerações Finais, pondo hiato ao trabalho, que assumidamente, longe de cogitar-se próximo de, faticamente, encerrar-se.

A metodologia utilizada nessa segunda parte, será a da Revisão Bibliográfica, realizada (como da parte pregressa, em conluio à arqueogenealogia em questão) nos princípios de montagem historiográfica de PESAVENTO (2009) e fundamentos de pesquisa social de GIL (2008), e no conceito de saturação da análise de THYERY-CHERQUES (2006).

2.1 Ilustres Estruturalistas

Embora assumidamente, enquanto termo, se encontre do Estruturalismo como uma das correntes filosóficas do pensamento científico, apenas no século XX, seu uso e construção já seria identificado em progressos registros da episteme ao longo da história. Pra começar, o termo é cunhado por volta do século XV, e provém da expressão latina *struere*, a qual significa *construir*. O construído, seria o *de constructa*, o em construção, seria *structurae*⁸⁸. A aplicação do termo, inicialmente era remetida a designações de estruturas imateriais, como a organização da hierarquia da Igreja, e logo como desdobramento, pra demais acepções cuja organização não fosse considerada esparsa, mas etápica, encadeada e em níveis.

Num sentido mais epistêmico e também epistemológico, o primeiro trabalho que pode ser considerado realizado num princípio estruturalista como no contemporâneo consagrado, é *O Espírito das Leis* (1748), de Montesquieu (aqui citado na primeira parte do trabalho). A característica do método utilizado pelo autor, em concatenar o funcionamento social às fases da lei, formando um sistema de correspondência entre o funcionamento harmônico social e a função legislativa, perseguem o ideal de uma estrutura. Por assim dizer, as leis estruturam o

88SALES (2003); p.161

funcionamento social em distintas finalidades e se as cumpre de maneira integrada com as demais e com o harmônico da estrutura.

Nesse mesmo sentido, as acepções do uso da estrutura, como no Estruturalismo, seriam parcialmente endereçadas em conceitos de Karl Marx (*superestrutura* ou sobre-estrutura; dimensão institucional, em economia, que corresponde a parte que influencia a vida dos indivíduos, como os governos, as empresas, o sistema econômico vigente e as autoridades) e Max Weber (os diferentes estratos ontológicos de existência; *mundo das ideias*, *mundo material* e a *construção imaterial* da realidade no/pelo *ser social*). Não obstante, princípios de estruturação seriam utilizados como ferramenta no estudo das línguas, pelos filólogos e na Matemática e Filosofia, por cientistas investigadores de teoremas de análise combinatória e matrizes.

Entretanto, seria na segunda década do século XX, que uma proposição epistêmica original com a proposição de Ferdinand Saussure, em *Estudo (Curso) de Linguística Geral* (1916), de um uso formulaico do princípio de estruturação. O autor colocava a premissa de que nas línguas, o que as fazia funcionar era um *paradigma*, um eixo agregador, comunizador e racionalizante, que dava sentido a que na reunião dos diferentes signos (fonemas e grafemas), se procedesse a formação de *significantes* (palavras) e seus *significados* (sentidos), dentro de um eixo codificado e voltado a operar a comunicação. Esse paradigma, então um modelo operacional (como partícula e como sistema), que servia como assoalho de funcionamento das palavras de uma língua em seu sentido sincrônico (*langue*), enquanto o sentido diacrônico (*parole*⁸⁹), caberia ser desvendado por etimologistas. As palavras assim, apresentavam no idioma uma uniformidade lógica e sistematizada em código, que permitia a compreensão por parte do receptor de uma informação (de-codificação), daquilo que havia sido experienciado ou concluído pelo emissor, quando direcionado dessa informação (codificada), através do operar da comunicação (emissão/captura do código; uso codificador). Onde nisso, por vezes, de uma parte da estrutura original de uma frase, em seu contexto, por conta do encadeamento, se demonstrava possível fazer a recuperação de um sentido, de uma informação ou mesmo, do desconhecimento de um padrão fonético-grafético (num idioma estrangeiro, por exemplo), por eixos de repertório referencial, que associados e a compreensão

89SALES (2003); p.160

do funcionamento desse padrão (inteiração do paradigma), se pudesse vir a compreender um significado.

Assim como a episteme e sua epistemologia, a operar num sistema de convergência em torno de um conceito, de um senso comum (não senso-comum; doxa), Saussure percebia a possibilidade de uma matriz linguística estrutural. Da descoberta de Saussure com o curso de linguística e sua teoria, o impacto na academia francesa seria marcante. Há que se lembrar, já que a tratar-se de línguas, que suíços, franceses e belgas partilham do mesmo idioma comum (francês), e as conclusões do autor viriam a repercutir junto à comunidade francófona acadêmica. Esta que, por vanguarda francesa, estaria por protagonizar a aurora do estabelecimento de novas Ciências Sociais, em 1920 (DE CERTEAU, 1982)

Nessa tradição social-científica, um jovem antropólogo, Claude Levi-Strauss, absorveria atentamente do conceito estrutural idealizado por Saussure, atendo-se a outro aspecto mencionado pelo suíço no funcionar das palavras: os termos dentro de uma língua, só conseguem operar por desambiguação funcional, onde um não pode desempenhar a mesma função do outro complementar nas orações (estruturas frasais providas de sujeito, implícito no pronome), além de, de maneira a compor a ideia, no sentido dessa complementaridade, seu uso equivale ao de uma oposição. Assim, por exemplo, se profere-se a oração *eu quero água*, o sentido do verbo querer se coaduna ao sujeito, eu, e corresponde ao substantivo, água. Onde *água não é quero, e quero não é água, e ambos desambigam-se de eu*. De mesma maneira, traçando um precedente antropológico, Levi-Strauss percebia que nas diferentes etnias que estudava em sua área de pesquisa (etnografia), as comunidades de indivíduos, formavam de suas sociedades por meio de instituições que se equivaliam e se opunham dentro de um arranjo estrutural. Homens tinham determinadas funções, pra que outros homens ocupassem outras determinadas (ex: pajés e guerreiros), em complementaridade. Entre homens e mulheres, também, pra além da representação cultural, a diferente distribuição de desempenho de papéis sociais (mulheres devotadas ao cuidado do lar e da prole, homens às tarefas de risco e de cunho exterior), levava, mais e mais, o antropólogo a enveredar por uma conclusão: a de que haveria uma matriz sistêmica de funcionamento nessas sociedades primitivas, e pela qual, se existente, seguramente, haveriam de ter passado, também, as demais comunidades ao redor do mundo ao longo da história.

Levi-Strauss estudaria povos nativos de muitas regiões do mundo, mas com predileção singular, se dedicaria à pesquisa de grupos indígenas no Brasil (onde um dia, no futuro, viria a ser reitor da Universidade de São Paulo, USP, após sua fundação na década de 1930). Suas principais obras nesse sentido de estudo, no tocante às oposições complementares e como estas determinavam em instituições e representações sociais nas culturas estudadas, seriam *O Cru e o Cozido* (1964) e *O Pensamento Selvagem* (1962), em que, a começar pelos provocantes títulos baseados em contraposições e antíteses, trazia relatos de suas observações – de 1935 a 1939 – em populações nativas da Amazônia e do Xingu (Mato-Grosso)⁹⁰. As conclusões do autor, levariam-no a encaminhar-se pras *estruturas* do *parentesco*, como área de imersão categórica (no que se oporia a Spencer, por exemplo, quanto à dimensão espontânea dessas, associada ao orgânico, próprio da Biologia⁹¹), indo buscar de como os arranjos de combinação entre indivíduos nas comunidades - em casais, bem como, seus métodos de troca conjugais, de linhagem, de filiação; formavam a instituição parental social – se transformava da matriz familiar no próprio desdobrar-se da sociedade. Esta área de estudo, chamaria Etnologia, um estudo específico das relações de parentesco, em seu caráter sincrônico estrutural, mas não refutando o diacrônico (das tradições), como parte da antropologia etnográfica⁹².

Da linguística a Antropologia, mister passar-se adiante, às outras ciências incididas pelo Estruturalismo, pelo século XX. Na Psicologia, grande seria a contribuição do conceito de grande similitude ao de paradigma, por exemplo, para a Escola Wurzburg, pelo qual nos *processos mentais, estes seriam conduzidos por uma estrutura cognitiva e motivacional subordinada a uma tendência determinante (lógica)*⁹³; enquanto na Gestalt, o conceito de imanência da Estrutura, seria fundante no seu entendimento do pensamento como *totalidade, onde os elementos psicológicos da experiência imediata não podem ser pensados em si mesmos como se possuísem uma existência prévia à estruturação*⁹⁴. Outras contribuições prolíficas da interpretação da estrutura associada à Matemática, por exemplo, encontram-se nas contribuições de Piaget (teoria dos grupos), Benacerraf (questão do significante do signo numérico) e em Michel Serres (transposição do princípio matemático para a cultura), grupo Bourbaki (preconização relacional dos termos e abstração implícita a natureza dos elementos)

90BARSA SABER; Verbete Levi-Strauss, Claude

91SALES (2003); p.161

92SALES (2003); p.162

93SALES (2003); p.163

94Op. Cit; p.163

e André Weil (ao colaborar com Levi-Strauss, num proceder/o/prefácio matemático do princípio etnológico de Levi-Strauss, na obra *Antropologia Estrutural* de 1958). Na crítica linguística, superando aos conceitos de Saussure, encontraria-se da messe estruturalista, na teoria de Jakobson (recusa a arbitrariedade do signo) e Trubetzkoy (valor linguístico do fonema), ambos teóricos da Escola de Praga⁹⁵.

Relevantes teóricos se seguiriam na tradição – se é que se pode falar assim, ao tratar-se dessa corrente, como se verá a frente – de considerações ligadas ao Estruturalismo. Para citar, seriam alguns desses nomes: Pierre Bourdieu (estruturalismo-empirismo), Michel Foucault (estrutura do discurso), Paul Ricoeur (crítica à questão sincrônico-diacrônica e a historicidade do sentido) e Jacques Derrida (questão do significado). Muitos destes, que, com franqueza, paulatinamente cederiam contribuições a uma crítica estrutural, a qual redundaria no Pós-Estruturalismo (movimento filosófico que fez viger o epíteto pelo qual, boa parte dos citados passou a atender, no tocante a classificação de suas obras).

Dessa breve introdução ao método, passar-se-á adiante a algumas de suas características, bem como, as considerações a elas pertinentes, exemplificadas com passagens da primeira parte do trabalho.

2.1.1 Definições Intrigantes: as características implicadas no Estruturalismo

Nessa parte do narrar, cabe apontar algumas características mais comuns, na definição dos teóricos, acerca do que sejam as noções gerais de estrutura e do seu processo epistêmico em conceitos. Caberia dar relevo aqui a algumas principais características da estrutura: a hierarquia da sincronia sobre a diacronia; a imanência; a constância; o funcionamento e a construção.

Sobre a característica de imanência, proveitosa a noção de estrutura, a explanação de Jean Piaget (*apud* SALES, 2003):

Apoiá-lo [o virtual da estrutura] sobre essências é somente uma petição de princípios. Procurá-lo no mundo físico é inadmissível. Situa-lo na vida orgânica já é mais fecundo, porém sob a condição de lembrar que a álgebra geral não está contida no comportamento das bactérias ou vírus. O que resta

95Op. Cit; p.165

então, é a própria construção e não se/observa porque seria insensato pensar que a natureza última do real é estar em construção permanente, em lugar de consistir em uma acumulação de estruturas prontas.[p.169]

O autor ainda pontuaria que, se não se pode situar precisamente onde esteja a estrutura, ela seguramente não se encontra em três hipóteses: ser uma essência eterna; ser algo que se constitua a partir de uma contingência histórica; ser algo que se encontra pela natureza; obedecendo muito mais a um princípio de construção que se dá por inteiro e dor qual só se observa por etapas, dentro de cada uma das etapas (o que não quer dizer que já não esteja por aí), em vez de ser uma série de construções dispostas. Em suma: uma construção por etapas não a explica, mais adequado entendê-la como etapas de uma construção⁹⁶. E nestas conclusões, o autor traz um princípio de definição de estrutura como um todo, uma harmonia, uma homeostase, um ideal de funcionamento, o qual se constata **em** funcionamento e não **no** funcionamento. Também por esse princípio de inacrécimo de uma estrutura sobre a outra (pois não há como acrescentar de um todo sobre outro; mesmo as mudanças, sendo que tudo o que acontece é nele existente; as coisas que acontecem dentro dele, e nada há que fora dele), converge com a colocação de Thomas Kuhn (1960), quando ao referir-se às revoluções epistêmicas científicas apeadas pela consagração de um novo paradigma, afirma de que não se deponha de um assaio epistêmico por sobre o outro, pois, em geral, ao cambiar-se de paradigma se lhe arrasta consigo tudo que se desenvolvia, concluindo-se, segundo ele. Não obstante, essa afirmação também complementa o conceito de entendimento da História, então, em relação a estrutura, como sendo uma série de manifestações dos arranjos ocasionais em lugar do cerne do funcionamento dessa imanência. Em outras palavras, a História seria como que (emprestando das palavras de Ricoeur em SALES, 2003; p.171) *uma intervenção de desordem num estado do sistema (a história é mais responsável pela desordem que por mudanças significantes)*, da qual se atestaria em seu arranjo ocasional, sua ocasião por sobre uma constância.

E sobre a constância, como característica da Estrutura, novamente em Piaget (*apud* SALES, 2003):

[...] Encontramos de uma parte, um ideal ou esperanças de inteligibilidade intrínseca, fundadas sobre o postulado de que uma estrutura se basta a si própria e não requer, pra ser apreendida, o recurso a todas as espécies de

96SALES (2003); p.161

elementos estranhos à sua natureza; por outro lado, realizações, na medida em que se chegou a atingir efetivamente certas estruturas e em que sua utilização evidencia alguns caracteres gerais e aparentemente necessários que elas apresentam, apesar de suas variedades [p.168]

Desse balanço entre constância e diacronia, desdobra-se uma batalha importante entre o conceito histórico (diacrônico) e o estrutural (sincrônico), no tocante a *historicidade* do *sentido* (fundamental ao conceito de significado e significante implícito a teoria). Nele se debruçaria Levi-Strauss, o qual afirmaria da possibilidade de conciliação entre o determinismo histórico e a dialética estrutural (SALES, 2003; p.172), e assim o sentido teria parte de seu teor captado de uma possibilidade, parte da outra. Ricoeur, se preocuparia com a impossibilidade dessa conciliação, atentando que houvesse alguma determinação do sentido que de pertença exclusiva da dimensão estrutural (e que só em sua episteme faria sentido), na questão referente a *desordens e tradições dentro do sistema, estrutura*.

Como cita (em SALES, 2003):

[...]o ponto crítico será alcançado quando estivermos em face de uma verdadeira tradição, isto é, de uma série de retomadas interpretantes, que já não possam ser consideradas como a intervenção da desordem num estado do sistema [p.172]

Ora, tal hipótese é importante se considerar-se o paradoxo: se a história é a parte correspondente aos arranjos ocasionais, e estes são desordens do sistema, um arranjo que não fosse ocasional, fosse constante a se repetir dentro do sistema (uma tradição verdadeira): ou revelaria a porção diacrônica como uma dimensão da imanência (onde até o que muda, converge a se estruturar novamente, segundo características do funcionamento, da harmonia estrutural), ou revelaria a impermanência da estrutura (uma ordem concorrente), ao constatar uma constante que desafiaria sua constância, e portanto, sua estrutura enquanto imanência. Apegando-se ao exemplo histórico dos ciclos em Hegel (Fenomenologia do Espírito, 1807), se a História se dá em ciclos, numa espiral crescente, onde cada ciclo corresponde ao anterior em colocação, mas nivelada e em inclinação por eixo delineada, um patamar acima, na confirmação de uma tradição, como em Ricoeur, tal manifestação achataria uma parte do espiral em progressão, passando em linha reta por todas as fases do processo, e convergindo seus pontos a tal quantia, que poderiam tocar – fechando um ciclo, não mais um progredir. Os arranjos ocasionais, não seriam produto da desordem do sistema, uma manifestação a mais dentro dele, apenas mais uma aparência, pela qual responderia uma fisionomia de tradições

encontradas como coincidências reincidentes, apenas aparentemente, semelhantes ao construto dos estratos históricos anteriores. Não, por essa, os arranjos ocasionais (no sentido) estariam implícitos ao próprio caractere do sentido, que como não pode haver (dele) antes dele, significaria que ele seria de per si, e como tudo ali, da imanência, o sentido seria também imanência. Um paradoxo, a ocupar lugar onde tudo já se encontra repleto.

Em resposta a essa casuística, Ricoeur buscaria investigar a relação entre compreensão estrutural (sincronia/diacronia) e compreensão hermenêutica (histórica), preocupando-se em: *como uma inteligência objetiva que decodifica pode revezar-se a uma inteligência hermenêutica que decifra, isto é, que retoma pra si o sentido, ao mesmo tempo que se amplia no sentido que decifra* (SALES, 2003; p.173). E nisso encontra-se a dimensão de funcionamento e construção – em sintaxe e semântica do sentido e do significante – da estrutura (como se havia observado outrora, a de funcionamento na imanência), que na Fonologia determinaria que suas leis linguísticas *não se abrigam no clarão da consciência, pertencendo a um inconsciente essencialmente não reflexivo e não histórico* (que Ricoeur situa junto ao conceito kantiano e afasta ao conceito freudiano, pulsional; e que determina uma ordem ignorada)⁹⁷

2.1.2 Considerações Críticas a partir do Estruturalismo: Ricoeur x Levi-Strauss

Seria a estrutura (como a língua, no exemplo mais corriqueiro) assim, essa dimensão casuística de que ainda que requeira inteirar-se, obedeça e reflita o próprio, harmônico dessa ordem inobservada existente na realidade (como diria a Psicologia da Escola Wurzburg, uma tendência determinante), e, portanto, condição heurística afeta ao próprio código (toda descoberta procede e se realiza pela língua) e que nele se constrói, não o constrói, sob pena de fugir-se a ele (e que, no caso, tais mudanças encaradas como construções adicionais ao código, não seriam proporcionadas pelo observador, mas por fatores presentes a outra esfera da estrutura, como *as desordens ou arranjos ocasionais da História*⁹⁸, que não, em última análise, responsabilidade de ninguém [sujeito] específico⁹⁹).

97SALES (2003); p.171

98Da questão envolvendo História e Estruturalismo, pela Antropologia de Levi-Strauss, outro embatente crítico famoso seria o historiador Fernand Braudel, o qual escreveria *Écrits sur la Historie* {Escritos Sobre a História;

Para melhor demarcar esse caractere da construção e sistema, estruturalisticamente, um didático exemplo, acredita-se cabível: pensemos a água, que pode tornar-se sólida (gelo), líquida (fluido) e gasosa (vapor), mas nunca no mesmo momento, sendo cada uma de suas manifestações por ocasião do momento de suas condições. Pronto: para um historiador, na linha materialista de sua tradição, naquele momento, gelo é gelo, não trata-se de água, pois o arranjo tal é a consoante manifestação material da própria realidade àquele momento (o gelo é a água àquele momento; e assim, o vapor o é no seu momento e o fluido o é no seu próprio momento). Por outra feita, um estruturalista observará e dirá, seguramente, tratar-se de água, onde o arranjo ocasional em gelo, ou vapor, ou fluido, por mais que atrapalhe perceber o elemento em questão (água), não compromete, nem arranja ou transforma, de fato, sua característica de fundo, ser água. Ou seja. o momento (diacronia) não reflete – a inteiridade, por ser apenas uma das dimensões na estrutura- o que a estrutura é, apenas, pelo contrário, por resumi-la no arranjo ocasional, evita que se possa perceber sua verdadeira fisionomia. E por esse mote, consoante o fato de que só se possa (se tenha como) observar as estruturas, todas imersas em algum momento, tanto mais dificultoso o perceber-se dela, podendo acreditá-la (subjacente ao arranjo) ou desafirmá-la, por inverificável. Nesse ínterim, também não pode o indivíduo que a observa transformá-la de fato, pois se o intentar fazer vai recair numa cadeia tautológica de eventos, onde muda a estrutura, mas o procede segundo caracteres de sua própria estrutura, e ao fazer isso reproduz da estrutura, não tendo, de fato, nada dela transformado. Nada escapa da estrutura, e ação assim, fica reduzida a uma reprodução dentro da mesma.

Outras características que trazem suficiência ao estruturalismo, estas sim, a operar-se do observador com um, relativo, distanciamento (enquanto observador e objeto de estudo, e

livre tradução] (1969), debatendo a questão sintática do antropólogo, com a aplicação de um conceito historiográfico: a longa duração, que em escalas, revolve a contagem do tempo meramente circunstancial, até as periodizações das eras. Outra rusga semelhante, aconteceria entre o materialista histórico-dialético e historiador britânico, E.P. Thompson, em relação ao conceito de agências institucionais do estado, formulado por Althusser, como possibilidade de numerar estruturalismo ao marxismo. E.P. Thompson escreveria na *Miséria da Teoria - Um Planetário de Erros* (1956), um verdadeiro panegírico a detração do sistema estruturalista e sua inaplicação a história pela artificial necessidade de ancorar-se em um ou mais modelos.

99E conforme observado, seriam possíveis em Levi-Strauss e Piaget, como parte do sistema, e uma antinomia em Ricoeur, onde o arranjo, se distintamente manifesto em funcionamento, não poderia figurar a representar parte do funcionamento, afirmando assim, não poder haver um funcionamento, mas mais de um, A começar, pela própria concepção de uma diacronia e sincronia, onde pra considerar-se a sincronia, deve-se considerar que a outra porção deixou de existir e dela só fica resquício. Se a diacronia desafia a sincronia, será pertencente ao mesmo sistema!?

não considerando-se a inexorável participação), é que ele basta de per si, no ato de estudar o objeto, pra poder exequibilizar sua investigação e descoberta (ora, pra descobrir algo de qualquer coisa, pode-se como categoria inicial da análise, começar ou mesmo permanecer na investigação de sua estrutura), bem como sempre que se estuda algo dentro de uma noção estrutural, encontra-se de um padrão, de uma comunidade estrutural em seus caracteres, com sucesso de garantida produção numa seara assim. A estes aspectos, Piaget (*apud* SALES, 2003; p. 162) os chamaria de Auto-Suficiência da estrutura na Relação Heurística com o Objeto (onde basta o objeto a ser estudado para descobrir) e Aferição da Constante de características Gerais e Comunidades (no tocante a Estrutura).

Há que se observar que esse condão de construção em código, pelo código (codificação) que é próprio da linguagem, enquanto operação, pode ser até, estendido às organizações envolvendo os termos, mas no tocante aos fenômenos que não se possa codificar (a não ser enquanto tradução, que mais aproxima do próprio código que da característica do fenômeno em si próprio), ele se torna perigosamente, inadequado. Por exemplo, ao trabalhar-se na questão histórica, em relação aos seus indivíduos e ações, esta operação pode ser, aritmeticamente, aproximada de uma função, e numa noção estrutural, resumindo-se a história nisso, caberia de dar mais atenção ao funcionamento da *relação* (estrutura por trás dos eventos históricos) dos *termos* (indivíduos), do que o que a história costuma fazer, ao preconizar mais aos termos (indivíduos; processos) que a relação (relação como assoalho, pano-de-fundo aí, como funcionamento estrutural). Na relação estrutural, então, a descoberta é um processo objetivo (ligado ao objeto), em relação a dimensão subjetiva (percepção pelo indivíduo), e se encontra contida dentro do código e sua possibilidade operacional.

Eis aí o imbróglio: se houver de um fenômeno que transcenda o código, mesmo na tradução, seu funcionamento por aproximação mais trará evidência ao código, durante o estudo - como parte da influência de por ele ser tocado no momento da operação de tradução - que de fato, chegará a se ter noção da coisa (objeto; fenômeno) estudado. Trabalhando assim, o código/método, como um processo a atrapalhar o desvelamento/entendimento da verdadeira fisionomia do que o objeto/a percepção /o fenômeno seja(m). Em outras palavras, o código passará descobrir-se a si mesmo em cada descoberta, ou descobrir mais de código, pelas características encontradas no - codificadamente - observado. Qualquer semelhança com a crítica a Razão Cartesiana, e aos experimentos, não é mera coincidência. Se pela razão tudo se

arrazoa, nunca se irá saber se o que se descobriu foi descoberta, ou reprodução de razão. Ou, se por ela tudo se arrazoa, nunca se poderá saber que formato as descobertas têm que não seja formato de razão. E assim para o problema do corpo e do abismo, em Descartes, relegar a resolução do insondável pra outro momento ou outro estamento epistêmico, por insolúvel no que se está, leva a uma cadeia infinita de verificação (como a de Von Neumann, no paradoxo de CCCH – Consciousness Causes Collapse Hypothesis [Hipótese do Colapso Induzido Pela Consciência¹⁰⁰]), onde haveria de ter sempre um terceiro observador a observar a experiência do olho humano, do experimento, da razão ou da aplicação em código, pra saber desse ser categórico exterior, se a medida realizada havia sido a adequada, e, portanto, a conclusão acertada.

A solução de Descartes, relegava a consideração da dimensão abismal a um teor sagrado, que faria os experimentos operarem abaixo de sua égide ou fora de sua arena. Levi-Strauss, criticizado por Ricoeur (SALES, 2003; p.174), no tocante às conclusões de *As Estruturas Elementares do Parentesco* (1949; *apud* SALES, 2003):

[...] a cultura consiste em regras que governam todas as formas, ou seja, regras que produzem os três principais níveis de comunicação (ou de trocas): mulheres, bens e mensagens.[...]Em toda sociedade a comunicação se opera ao menos em três níveis: a comunicação de mulheres, de bens e serviços, o estudo sistema de parentesco, o do sistema econômico e o do sistema linguístico oferecem certas analogias. Todos os três dependem do mesmo método, diferem somente, pelo nível estratégico em que cada um escolhe se situar no seio de um universo comum [p.173].

recorreria a outro campo esotérico: o espírito humano; divisa inconfirmável de unidade e uniformidade dos indivíduos, encontrado em qualquer sociedade, que levaria a que toda forma de fenômeno, pela cultura protagonizado, pudesse ser realizado, traduzido ou aproximado em linguagem – sem ter nisso qualquer desagravo com a redução do fenômeno a uma alegoria codificada. Naturalmente, essa constante inverificável, colocaria Ricoeur a questionar se uma operação de linguagem poderia ser aplicada a fenômenos de religião e arte (não apenas pra operacionalizar seu registro, sua tradição, mas pra faticamente, resumir sua circunstância, posto que outras alçadas de realização humana de esfera muito particular), como fora pra situações de termos (como as mulheres, na comunicação de mulheres; e de bens; na

100ARROYO, Raoni Wohnrath. *Consciousness as an Ontological Problem in Quantum Mechanics*. Article submitted as paper in the master degree of Philosophy, at Federal University of Santa Catarina. 2016

comunicação de bens; parte das três linguagens constantes e constituintes de um todo estruturado e societário nas culturas em geral, verificado por Levi-Strauss em *As Relações Elementares do Parentesco*, de 1949). A própria noção de comunidade redutível que Ricoeur aponta como utilizada no *Pensamento Selvagem* de Levi-Strauss, é uma base fraca às considerações do antropólogo: em sua opção entre semântica (aspecto histórico do sentido; diacrônico e hermenêutico) na estrutura e sintaxe (aspecto estrutural fundante do código; sincrônico e objetivo), Levi-Strauss faz a opção pela sintaxe e aponta nas investigações iconográficas de religiões nativas da América do Norte, a evidência de um estágio comum encontrado em todas as demais comunidades humanas (no tocante a uma iconografia afeita aquela, com condão religioso). Fica do seu trabalho, uma petulância teórica na afirmação, que não se consegue sustentar (positivar, eis um dos gargalos do estruturalismo, segundo Jean Piaget)¹⁰¹, além de antinomizar com seu melhor proveito, o histórico (no qual, as deduções e evidências hermenêuticas encontradas por Levi-Strauss constituem um achado, se sustentam segundo sua episteme, e podem operar a inferir na descoberta de uma, ainda que residual, não-nula verificação de parentesco entre as comunidades humanas¹⁰²). A crítica ponderaria, finalmente, quanto a outra dimensão insustentável da messe estrutural (em Levi-Strauss, mas comunitária nos estrutural aspecto): a de que a estrutura favoreceria a entender melhor *práxis* e prática, revelando com isso uma insustentabilidade, em que poderia se favorecer, de fato a interpretação no objetivo cotejado, mas não sem abrir mão então, da existência prévia da estrutura, que seria então antecedida pela *práxis*; bem como em sendo ainda assim absoluta, como poderia se comunicar a esfera do indivíduo permitindo entendê-lo!?

O grande problema do estruturalismo é que para afirmar as características das estruturas que estuda, acaba por operar em um processo de código fechado, onde, portanto, não há certeza de isenção, e, por fechado, tanto menos de descoberta; além do que, quando ao proceder na instância de trabalhar às guizas de código, não sendo-o de fato, procede de maneira antinômica a sua própria ciência, pois não contempla em si o domínio da própria sintaxe (como o do aplicar a estrutura ao mundo, por exemplo); sem contar que, para o mundo exterior ao código, acaba por operar de maneira indutiva no sentido de afirmar o que sejam as características pertencentes a estrutura do objeto observado. Uma vez que não as contém, de

101SALES (2003); p.161

102RICOEUR; *apud* SALES (2003). p 175

fato, como no código (taxado, previsível, um sistema dado por circunstâncias a produzir o sentido), mas espelhando o seu uso, almeja descobrir outra estrutura.

Como observado por certo filósofo do círculo de Viena, em seu axioma sobre a falácia, por um elemento se pode desafirmar a verdade, mas um elemento apenas ou muitos, se não forem integralizar a verdade, não são a ela suficiente para lhe confirmar

O que como se bem sabe, aplica-se como um cuidado interessante a proposta estruturalista, mas não é apanágio dela, uma vez que toda episteme (dos gregos até aqui), tem sido realizada por sobre paradigmas e estes, como a um código, a sistematizar o íntegro das possibilidades em certo período. Procedendo assim, como verdadeiro do conhecimento, somente um que, na melhor das hipóteses, seja indutivo.

2.2 Um Breve estudo de Caso da Educação Física no Brasil: uma arqueologia de minha formação

*Dia virá em que se há de reconhecer
a grandeza dos serviços
que os clubes de regatas
estão prestando ao Brasil
Olavo Bilac, 1900*

Como observado no excerto supra, a trajetória brasileira da Educação Física, passa por um momento Higienista, parido das messes de intelectuais liberais e republicanos, entusiasmados assaz e vorazmente, com as conquistas correntes nas terras extra-continetais. Poderia ser assim a notícia inicial desse capítulo, e em nada destoaria da verdade: estadistas como Rui Barbosa, jurista renomado, Águia de Haia; e Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac, o príncipe do ofício de encantar do Parnasianismo; seriam dois dos vários integrantes de uma elite, de sujeitos, brasileira, que entenderia a noção positivista do experimento a favor da ciência e a ciência a favor da vida, como um supedâneo para o conhecimento em favor do cidadão e este em favor da sociedade. Ora, por este mote, só poderia redundar que o estilo de corpo, que por momentos fôra considerado como sendo um depositário de funções, cujo trabalho embotava o espírito e tirava tempo às coisas do intelecto e aproximava da mais baixa classe social-ontológica brasileira (o escravo), de uma hora pra outra, fôsse cambiar em

protagonista da saúde e da formação do caráter sociais. Não que propaganda não fosse conhecida pelo público, como recurso de mídia, mas não como hoje, seguramente. Ainda assim, o que Rui Barbosa e Olavo Bilac fizeram, poderia se dizer, no mínimo que uma bela propaganda profissional em categoria, e numa pecha, um belíssimo tráfico de influências. Bom, que fazer. Eles eram homens do seu tempo, assim como o fôram os europeus antes deles, então, protagonistas das coisas fantásticas e degradantes de sua episteme. Não que o Higienismo, alvissareiro em seus ideais e ainda, no Brasil, a operar a grandeza de fazer a malta de idiotas luso-orientados que não saía de casa sequer pra tomar Sol, fazerem exercício, pegarem no batente, ainda que de maneira sublimada, não fosse fantástico. Era, seguramente. Mas seria também o canteiro de uma disseminação de ideais correlatos, que levariam entre outras coisas, a que a imagem do professor de Educação Física fosse como hoje ainda persiste: um instrutor, um promotor da saúde, enfim, um subalterno às ciências da Saúde. Não obstante, requer-se colocar, que da pregressa bagagem dos corpos relacionados ao mundo do trabalho, haveria que se considerar a questão do lazer, pois como pontua Zigmunt Bauman (ao tratar da sociedade de consumidores; *apud* BRACHT, 2010; p.3¹⁰³), paulatinamente, a figura do trabalhador braçal era substituída pela máquina, restando assim que a atividade física não fosse apenas mero apelo de saúde, mas uma forma de dar ocupação (e fuga) às demais finalidades desses corpos que se desocupavam. E eis aí a Educação Física, localizada entre o higienismo e o lazer, e ambos situados no ideal positivista.

Se seguiria a este primado de século, a messe de grandes realizadores positivistas, como o Marechal Cândido Rondon, a subir em expedição a Serra do Roncador, no Mato Grosso, pra fazer o mapeamento dos limites estaduais, a base de teodolito e sem satélite de varredura, indo assim a conhecer promover contato com os indígenas de muitas tribos ainda ignoradas pelo povo brasileiro. Se bom ou ruim este fato, em seus desdobramentos, há que se considerar que foi de Rondon que vieram os irmãos Villas-Bôas, Claude Levi-Strauss (a visitar o Brasil) e o Darcy Ribeiro, sujeitos que em muito contribuiriam a complexificação do pensamento contemporâneo ocidental.

Do conceito em questão, viria a apoteose futebolística, que faria dos clubes de regatas de outrora, apenas nomenclaturas no registro de grandes agremiações do esporte bretão, e do futebol, a paixão nacional. A que a registrar-se na história, como a equipe que participaria de

103BRACHT, (2010)

todos os mundiais (até o momento), tendo sua primeira participação na Copa do Mundo sediada no Uruguai, na década de 1930. Não olvidando, o conceito positivista se aliaria ao desenvolvimentista, e por conta do esforço de guerra que estaria por vir, com a participação na Segunda Guerra Mundial, e demarcaria comisso, posteriores ideais a viger durante a Era Vargas, que acabariam em Juscelino Kubistchek e reacenderiam no ideal militar durante a assunção do Regime em 1964. Durante esse período, preciosa remissão de BRACHT (2010; p.1-2):

[...] é importante frisar que, em função da influência das ciências naturais, particularmente da Fisiologia e da Biologia, o entendimento de conteúdo da Educação Física estava baseado em uma visão de corpo marcadamente biológica, ou seja, o corpo e sua atividade física eram entendidos como dimensões da natureza.

A aptidão física foi por muito tempo o critério fundamental não só para a seleção dos conteúdos e para sua organização sequencial, como também para a realização da avaliação. O documento legal que expressou isso mais claramente foi o Decreto Lei n. 69450 de 1971[...] Embora a referência básica estabelecida para a Educação Física nessa norma legal fosse a aptidão física, a forma de atividade física que, nas décadas de 1970 a 1990, se tornou hegemônica como conteúdo [...] foi o *esporte*. Isso se deveu ao fato de que, nas políticas públicas para o setor da Educação Física e do Esporte, a Educação física escolar foi concebida e integrada ao sistema esportivo brasileiro, tendo como uma das suas mais importantes funções promover a iniciação esportiva, no sentido de identificar talentos que pudessem no futuro participar das equipes representativas da Nação no cenário esportivo internacional. Ou seja, a referência à aptidão física não é abandonada, mas relativizada em função da importância política e econômica que o esporte assume em nossa sociedade.

O autor prossegue [p.2] afirmando que parte da legitimidade (considerável) dessa disciplina na escola, ficava em seu turno associada a essa dimensão de prestígio social que o esporte lhe inculcava, na associação (Educação Física Esportivizada). Neste cunho. Ainda ressalta que perdurariam as principais modalidades – *quarteto mágico*, composto do Futebol/Futsal, Vôlei, Basquete e Handebol – acompanhadas quando da disponibilidade local, do Atletismo e da Natação, e cuja hegemonia enquanto prática, subordinaria as ginásticas, colocando-as como forma de aquecimento para essas modalidades principais. Como pontua [p.2], haveria desdobramentos no planejamento didático-pedagógico, consequentemente:

No planejamento de ensino, muito frequentemente, os esportes eram distribuídos por bimestres: vôlei no primeiro bimestre, atletismo no segundo, e assim por diante. A obra que melhor reflete dessa perspectiva de Educação

Física é coordenada por José Roberto Borsari (1980): *Educação Física da pré-escola à universidade: planejamento, programas e conteúdos*.¹⁰⁴

Se parece compacta, a explanação não pretende se estender, pois os anos que mais interessam, sucedem ao período em questão. Cabe lembrar, contudo, que o ideal de desenvolvimentismo, por exemplo, faria repercutir a ideia de corpos pelo Brasil, nas competições de esportes e na formação da defesa nacional. Deve-se lembrar, era a Guerra Fria (1947-1991), e aqui se tomava posição alinhada ao governo estadunidense. É claro, até que as relações deteriorassem (onde ainda assim, ficariam as parcerias de compra e venda, das quais nenhum dos países poderia abrir mão facilmente).

É quase no final do Regime Ditatorial Militar (final dos anos 1970, posto que esse acabaria na metade da década seguinte), que irá aparecer no Brasil um inusitado na história da Educação Física, quando o professor português Manoel Sérgio¹⁰⁵, começa a promover a difusão de um conceito de ensino físico educador, baseado nos princípios de Edgar Morin, teórico francês da educação. Por este conceito, trazia-se a noção de complexidade, ou área específica de enfoque das questões de uma seara de estudo, sendo pela teoria de tal proposta, que a área de enfoque, com primazia da Educação Física, era o corpo. Saindo da subalternidade das ciências médicas, ou da promoção da formação da soldadesca e da estandarização dos desportos, o professor de educação física (não mais, mero instrutor), paulatinamente, iria mergulhando numa experiência dúbia, de esperança e abandono. Esperança, porque da complexidade do corpo, se abria espaço de legitimidade de o professor ir a integrar os altos estudos de outras ciências, por onde quer que passasse o corpo, ele ganharia autoridade – e com isso, ingresso em demais ciências. A Antropologia, a História, a Sociologia, a Geografia Política, a Filosofia e outras áreas humanísticas, recepcionariam este egresso das searas biológicas. Nem se teria chegado à década de 1980, bem como o livro do professor fundador da ideia, ainda não disponível grandemente no país, mas algo estaria diferente no ar.

Falada a esperança, eis o abandono: a figura tradicional do professor instrutor de jogos e técnicas, passaria a ser obsoletizada, ainda que na prática, e a rigor, nunca se tenha feito a deposição dessa figura arquetípica do professor de Educação Física. Entretanto, quem saía a

104BRACHT (2010)

105BOZZ, Ana Carolina Silva; PELEGRINI, Thiago. **Representações Sobre a Teoria da Motricidade Humana na Revista Brasileira de Ciências do Esporte (1979-1993)**.

estudar a Educação Física àquela época, já sabia que novas possibilidades estavam surgindo, e novas tendências chegavam ao Brasil. No começo dos anos 1980, na França, um grupo de estudiosos das áreas humanas referidas supra, promoveram uma guinada teórico-epistêmica ao propor mais além que uma complexidade do corpo, o conceito de Motricidade Humana. Um caráter de movimento que levava mais em consideração a dimensão subjetiva da experiência do indivíduo com o jogar, se amparava nas demais ciências humanas e aumentava a área de investigação do fenômeno da Educação Física, pra mais do que um mero tecnicizar – surgia espaço pras guinadas críticas da epistemologia deste ensino. Bem pontuada essa geração de pesquisadores e suas repercussões em terras brasileiras, nas palavras de BRACHT (2010):

No contexto de uma ampla movimentação social e política em prol da democratização da sociedade brasileira, constituiu-se, também no âmbito da comunidade da Educação Física brasileira, um movimento, posteriormente conhecido como movimento renovador, que se caracterizou por uma forte crítica à função atribuída até então à Educação Física no currículo escolar. Decorre dessa crítica uma mudança radical no entendimento da disciplina.[...]Para caracterizá-la de forma pontual, podemos dizer que o movimento renovador da Educação Física brasileira, promoveu uma *desnaturalização* do seu objeto. Isto quer dizer que o corpo não mais [seria] entendido somente como uma dimensão da natureza (em nós) e sim, principalmente, como uma construção cultural, portanto, simbólica.[...] Promove-se, então, uma *culturalização* do objeto/conteúdo da Educação Física¹⁰⁶.

Por certo, que antes disso, ainda se teria as aplicações de Kenneth Cooper (com a prova de condicionamento de 12 minutos de corrida), bem como uma série de estafetas e ordem-unida, aplicadas ao modelo tradicional consagrado. Como de costume, as coisas mudam, mas lembrando de Charles MacKay, lentamente e uma por uma¹⁰⁷.

Da sequência de eventos dos anos 1980, viria o arcabouço pra uma série de ponderações críticas e renovadoras, enquanto correntes epistêmico-críticas da realidade e do modo de prospectar saberes em Educação Física (para citar, autores coetâneos tais como Adroaldo Gaya, com o conceito de Ciências do Movimento Humano e Jocimar Daolio, com a questão relativa à *Educação Física* e o conceito de *cultura*, integram o rol das proposições que repercutiriam em estudos e conceitos [profusão de terminologias, tais como cultura

106BRACHT,Valter; *A Educação Física no Ensino Fundamental. Anais do I Seminário Nacional Currículo em Movimento- Perspectivas Atuais*; Belo Horizonte, 2010; p.2 107A Loucura das Massas, 1838

corporal, cultura de movimento e cultura corporal de movimento¹⁰⁸] como Cultura do Movimento Humano, Cultura Corporal, entre outros), mas seria nos anos 1990, apenas, que mais palatavelmente se sentiria das mudanças na área, a partir de publicações cujos estudos já se desdobravam das décadas anteriores, em uma colocação praxica junto ao ensino físico educador. Os anos 1990, seriam o desdobramento de muitas dessas situações pregressas – pra melhor e pra pior.

Pra melhor, seria a profusão de teorias em sentido epistemológico apresentadas, que com destaque, se tornariam emblematizadas na figura de Elenor Kunz e do Coletivo de Autores. Elenor Kunz, professor gaúcho, descendente da comunidade germânica e graduado em instituição conterrânea, na década antecedente, se aprofundaria nos conceitos de Maurice Merleau-Ponty (de *homem-mundo*; a partir do *dasein* de Heidegger), e enveredando pela Fenomenológica concepção, conceberia a Epistemologia Crítico-Emancipatória, apresentada na obra Educação Física – Ensino e Mudanças, em 1991¹⁰⁹. Pelo conceito de Kunz, a experiência do aprendizado do sujeito com o movimentar, deve abranger três etapas: uma com a técnica, de onde se adquire o repertório sobre o qual se poderá realizar o princípio do movimento estilizado, orientado; uma segunda fase interacional, onde o indivíduo observa e aplica sua técnica, enquanto observa seus demais colegas, também a aplicando e com isso vai ganhando uma referência de atitude e um delimitador do padrão de desempenho móbil pela figura do outro; e uma fase dialógica, onde pondo em prática o aprendido e comparado, desenvolve por sua percepção interna, um padrão seu de movimento (linguagem corporal). O princípio desse movimento na teoria de Kunz, é que este não se dê solto no mundo (objetivo, movimentar-se), ele se dá pelo indivíduo, mas antes dele, por sua dimensão ontológico-mediadora (o corpo em suas colocações de relacional; interagente e substancial; físico). Daí a expressão, *se-movimentar*, cunhada como uma noção do *dasein* ou do *homem-mundo*, aplicada ao mover. O ensino orientado pelas premissas do autor, levaria uma emancipação do indivíduo pela técnica, a fase dialógica, tornando-o apto após esses processos, para criterizar suas próprias escolhas e decisões em caráter jogante, de movimento em situações inusitadas e em novos aprendizados. Juntar-se-ia nessa teorização, os conhecimentos de Paulo Freire (autor de *Pedagogia do Oprimido*, 1968) e de Alexander Trebbels, teórico alemão da

108BRACHT (2010).p.3

109KUNZ (1991)

motricidade humana, a integrar a *Sportwissenschaft* (divisão de ciências do esporte) da Universidade de Hannover, Alemanha.

Quanto ao Coletivo de Autores, *Uma Metodologia do Ensino da Educação Física* (1992)¹¹⁰ – esse que um grupo formado por professores como Celi Taffarel, Valter Bracht entre outros, fundaria no estado de São Paulo, uma teoria crítica da Educação Física, idealizada aos moldes da teoria de Dermeval Saviani e da teoria socialista científica (método materialista histórico-dialético) de Marx. Por esse modelo de ensino, a Educação Física mais do que ensinar a reproduzir padrões de movimento, deveria implicitamente em seu proceder, tornar o indivíduo apto a estabelecer conclusões sobre o mundo a sua volta, sua realidade e sua circunstância de sujeito. O movimento passa nesse sentido, a ser o ponto de partida a oportunizar essas experiências reflexivas, onde pelas quais ao aprender um conceito técnico ou experienciar um jogo ou situação do mover, se possa refletir porque é que se move de tal maneira, quais são as influências envolvidas nesse padrão e como realizar de alternativas a ele, superando sua construção inicial. A ruptura com a educação tradicional, desenvolvimentista, vem através da ruptura com a mera reprodução de tendências de movimento hegemônicas, como as realizadas no esporte, em detrimento de brincadeiras, jogos populares e manifestações folclóricas e culturas. Mas sempre com atenção ao que de movimento ali se está protagonizando, e como esse se articula na conjuntura, e como ela evidencia, conceitos de disputas entre os diferentes estratos da sociedade, mesmo em seus, supostamente inocentes, padrões de movimento¹¹¹.

Como dito, essas seriam aquisições pra melhor, que levariam a que a Educação Física brasileira possuísse respaldo teórico autônomo, e conseguisse imprimir sua marca dentro das discussões sobre ensino e movimentar, além de reflexões de indivíduo e sociedade,

110COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo: Editora Cortez, 1992.

111Bracht aponta – com alguma suspeição de brio, posto ser integrante dessa epistemologia em fundação, há que se considerar – que seria a Crítico-Superadora a primeira epistemologia crítica a vir traduzir os novos ideais da cultura corporal de movimento, baseando-se no *saber fazer* e no *saber sobre esse fazer* para que essa Educação Física, agora vista de maneira crítica, funcionasse como forma a introduzir os alunos no universo da cultura corporal de movimento, de maneira a encampar os conhecimentos construídos pelas diferentes ciências *sobre* essas práticas. Traria-se como princípios na ação: a relevância social do conteúdo; sua situação em avanços e atualizações na contemporaneidade; a adequação às possibilidades sócio-cognitivas dos alunos; e a noção de provisoriedade e historicidade do conhecimento, levando-se a partir do conteúdo estudado/praticado, a que o sujeito aprendiz se entendesse sujeito histórico. Fonte: BRACHT Valter; *A Educação Física no Ensino Fundamental. Anais do I Seminário Nacional Currículo em Movimento- Perspectivas Atuais*; Belo Horizonte, (2010); p. 4

pertinentemente, adequadas ao cenário do educar. Entretanto, dos sinalagmas do desaparecimento da área acadêmica e do construto do ensino superior que já se vinha desenhando, concomitantemente, ao criticismo e a renovação epistemológica, na década anterior, nos 1990, haveria um retrocesso: com a assunção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996, a Educação Física passaria por uma cisão, forçada, que dividiria as vagas acadêmicas nos cursos de formação superior, bem como, as formações dos professores, nas possibilidades de Bacharelado e Licenciatura. Sendo o bacharelado voltado ao instrutor, aquele cuja formação fosse mais técnico-profissional, voltada pra um já expressivo, mercado das academias e trabalho em clubes futebolísticos, mas impedido de ingressar como docente na escola. Enquanto a velha formação docente, do professor escolar da Educação Física, esvaziado assim, da possibilidade de instalar-se em demais setores de trabalho, ficava sendo a Licenciatura. Formação dilacerada e personalidade fragmentada: o professor de Educação Física, passava agora pela inconsistência de uma identidade.

A situar na contextual conjuntura, era a época do governo de Fernando Henrique Cardoso, de linha mais afinizada com a proposta novidadeira do teórico Anthony Giddens (*Terceira Via*), de se procurar soluções estatais administrativas e econômicas, menos de direita ou de esquerda, após a crise e dissolução da União Soviética (1991) e o cenário mundial redesenhado pelo fim da Guerra Fria. Economicamente, então, o país passava pela tomada de medidas minimizadoras da égide estatal, privatizações e ações de cunho, economicamente classificado, neo-liberais (em relação à política de Margareth Thatcher na Inglaterra dos anos 1970, onde havia sido feita medida semelhante pra deposição dos sindicatos)¹¹². Mal ou bem, o país pode crescer economicamente com a estabilização da moeda e garantir o fim de uma histórica inflação. No entanto, o reverso da decisão, seria que, ao final do seu segundo mandato (quando possibilitou o mesmo, por meio da compra de dívidas estaduais pra garantia de apoio político, uma barganha legal, mas onerosa aos cofres públicos), o presidente eleito seria um partidarismo mais alinhado à esquerda, precursor de medidas assistenciais e de cunho social e sobejamente conhecido por posições polêmicas (onde até aquele momento, visto como um radical¹¹³ de mudança, através da figura de Luiz Inácio Lula da Silva).

112PETRAS (2004) **Os intelectuais: uma crítica marxista aos pós-marxistas**. Revista Plural, Florianópolis, ano 5, n. 8, jul/dez 1996,

113No sentido de vértice; horizonte de mudança, sem valorações ulteriores.

Mas que se pontue: se não houvesse a favorabilidade financeira oportunizada por um, que haveria de ser o mandato do outro...

Nos anos que se seguiram, dos mandatos de Lula e Dilma (2002 até 2016), a administração mais alinhada ao frente-trabalhismo, trouxe reformas significativas pra educação, como o ensino médio inovador, formação técnica (Pronatec), e as polêmicas, mas expressivas, políticas de cotas nas Universidades (pra indígenas, negros e egressos de escola pública). Ainda assim, mesmo que em discurso de afirmação de um apoio à educação, e com todas as reformas, as mudanças no formato da Educação Física ficariam pelo caminho. Pra complementar o cenário crítico, passaria no Congresso, a Reforma do Ensino Médio, sob a gestão de Michel Temer (presidente a assumir o governo, após o impedimento da ex-presidenta, Dilma Roussef, por decisão legal condenatória atestando incidente de improbidade fiscal), desautonomizando um já precarizado cenário de campos de atuação. Sem esquecer, que das as urgências, repelindo pra mais longe a petição por uma re-unificação da Educação Física – pelas interiridades de seus, conhecimento e personalidade.

Política e opiniões a parte, no aspecto do ensino, foram oito anos de formação superior (entre paradas e trancamentos e retomadas), lidando com grandes contingentes de precariedade e ilhas de condições. Quadras quebradas em escolas públicas (quando e somente, da sua existência), áreas em reforma nas escolas (sem data pra terminar), materiais depauperados (onde a versatilidade do professor se demonstra sua joia do conhecimento) e alunos desprovidos dos mais baixos repertórios técnicos – e consequentemente – muito pobres mobilmente, que mesmo quando ricos em atitude corporal, sem o mínimo de noção do seu agir pra interação em jogo ou uso das capacidades angariadas pra um construto da ação sequencial. Alunos muito ávidos por aprender, mas literalmente, sem educação. E professores e funcionários, em geral, cansados, indiferentes ou cnicamente, distantes. Alunos, diga-se de passagem, pobres de conteúdo e de condição social, encontrando nas escolas, mais um valhacouto de depósito enquanto os pais trabalham, ou um arrimo alimentar com a merenda, que, de fato, um ambiente de oportunidade do aprendizado (quer dizer, do aprendizado preconizado, o informal e clandestino, culturalmente não consagrado, como diria Bourdieu, presente constantemente). Não há estrutura nas instituições de ensino, a não ser que se queira

usar um princípio como o do grupo Bourbaki¹¹⁴, considerando abstração dos termos ou pela linha teórica da Teoria do Caos.

Não de maneira muito distinta, a Universidade também foi formidável (no sentido de *parole* da palavra, assustadora). A Educação Física não dispõe de um mínimo de materiais e condições nem no ensino superior, sofrendo da desídia universitária, de ainda ser vista como a periferia do conhecimento. Bom, por periféricos temos a oportunidade de vir comendo pelas beiradas e epistemicamente, a despeito de todo o reprodutivismo científico (do qual esse trabalho, de certo modo não escapa), encontra-se teóricos novidadeiros. Um exemplo disso, ao pesquisar para essa monografia, tendo encontrado pouco ou nada de significativo sobre estruturalismo e Educação Física (reportando nisso, usos absurdos dos termos, que revelam a irresponsabilidade e o despreparo de muito dos colegas, e a leniência da estrutura curricular), encontrei o trabalho, enviado por um amigo, de um professor uruguaio Raumar Rodrigues Giménez *¿Qué quiere decir darle lugar al cuerpo em una Política Educativa? A propósito de alguns equívocos respecto del Materialismo* (2016), no qual ele abordava criticamente conceitos de Lacan e Althusser. Mal ou bem, noventa por cento do trabalho já estava feito, mas foi revigorante receber de tal contributo. A estrutura interna agradece, em meio a tantas depredações.

Hoje ainda, chega-se aqui com o aceno de mais uma dessas assimilações, com a eleição maciça do futuro mandatário nacional – o qual, segundo afirma-se, é formado em Educação Física (ainda que pela escola militar), talvez então, reste ainda uma remota esperança¹¹⁵. Posto que, enquanto um assume, o outrora radical de mudança, encontra-se preso por prática das mesmas atitudes que condenara. As que um dia apontaram-no como um, acreditado, homem de bem, respeitado no circuito internacional e levando a reboque, a imagem brasileira. Parece até aqui, uma quebra tremenda do protocolo acadêmico, mas se esta situação não convir explicar pra entender-se o cenário da educação brasileira, então talvez, boa parte dessa interpretação epistêmica esteja errada.

Pra fazer conhecer, há que se entender da estrutura. Estrutura há, também no conhecimento. Conhecimento e política se encontram imbricados. E quanto mais

114SALES (2003); p. 160

115Mui remota, pois nem bem assume, seus mandatários demonstram o mote da coisa, retirando da estrutura universitária, ora vejam.

desorganizada é uma estrutura social, tanto mais há de um em outro, com poucos espaços de isenção de atitude. Se as Academias não quiserem se tornar obsoletas, ou terão de produzir bem seu conhecimento, e fazê-lo desdobrar-se em revolução científico-epistêmica, mudando o país pelas mentes; ou admitir que não se consiga fazer bem do seu trabalho, e aí, deixar da sua atitude, espaço pra o surgimento de intelectuais orgânicos (como em Gramsci,1940), dentro do processo.

Se o cientista quer espaço pra pesquisar e o professor pra ensinar, eles têm que voltar a fazer-se sentir, como outrora, essenciais.

Como um dia o foram, Olavo Bilac e Rui Barbosa.

2.2.1 Epílogo de um Estudo de Caso

Há tempos mais remotamente, antes de começar esse trabalho, o Estruturalismo aparecia como uma novidade tida do contato com um material bibliográfico do Centro de Filosofia e Ciências Humanas. De pronto o interesse aparecera em ir entender do que se tratava, pois, era do conhecimento do autor dessa monografia, que uma das mais afamadas Epistemologias Críticas da educação física, a Crítico-Emancipatória do Professor Elenor Kunz, possuía sua base proposicional no argumento da Fenomenologia (estudado em Husserl e Merleau-Ponty, conforme o próprio professor esclareceria, quando o autor dessa monografia integrava a classe de Kunz, nos primeiros semestres dessa trajetória), essa que, uma corrente filosófica, por assim dizer, em antítese ao Estruturalismo. Essa ideia de antítese, provinha do argumento de outro trabalho com o qual se teria contato – *Uma Concepção Fenomenológica da Educação* (1999), do professor da Unicamp, Antônio Resende -, onde em teores bastante esclarecedores, este explicava o mote fenomenológico pela comparação com o Estruturalismo. No estruturalismo, o valor e significado do signo eram volúveis, de acordo com a sintaxe, enquanto que na Fenomenologia, havia o conceito de Encarnado signo (o sentido simbólico não era contextual, mas pertencente e autêntico da experiência de consciência). Outra definição, era de que a percepção envolvida no estudo do signo, estruturalmente, era irrelevante, pois o seu encadeamento funcional seria a porção mais interessante a se estudar pra esse propósito, enquanto pra Fenomenologia, a percepção, o conceito de internalização do signo (fenômeno) e o sujeito em seu perceber (intersubjetividade), eram questões muito patentes de serem respondidas. Em suma, ficava

assim, uma brecha de entendimento, de que Estruturalismo e Fenomenologia se contrapunham e conquanto esse autor monográfico se interessasse muito pela Fenomenologia, após a oportunidade em Kunz, suscitou-se a curiosidade de ir conhecer a dita antítese (que como diria Merleau-Ponty, tão somente, oposição complementar¹¹⁶);

Não obstante, mais a frente, já inserido um pouco mais no conceito, a partir do artigo de uma das Revistas do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (que ora explique-se, passou a ser um dos lugares de frequência mais corriqueira, posto que passaria-se a assistir aulas em modalidade ouvinte, pelo fato de estar a namorar, a que hoje é minha esposa, uma historiadora), surgiria o interesse de trabalhar-se da possibilidade, então, de se ir a fazer uma investigação epistemológica na Educação física, com o intuito de proceder com a possibilidade de uma proposta de ensino baseada na modalidade estruturalista-filosófica. Foi assim, que começaram as pesquisas, e nomes como Ferdinand Saussure, Claude Levi-Strauss, Jacques Lacan, Jean Paul Sartre (figura conhecida desde a muito, das aulas de Organização Escolar) e mais a frente, Pierre Bourdieu e Michel de Foucault (outro singular das aulas referidas), passaram a ocupar o diâmetro de análise dessa possibilidade, passando-se a conhecer mais e mais de suas teorias.

Há que se destacar, de pronto a noção linguística de Saussure e a proposta cultural de uma antropologia etnológica Levi-Strauss, passariam a ganhar vulto, pois convergiam, segundo um conceber de Educação Física, com a proposta de um corpo e indivíduo, onde a sintaxe de Saussure, poderia ganhar substrato na investigação *antropológica* de Levi-Strauss, pelo estudar da cultura, do arranjo social e das estruturas de parentesco, oposições e complementaridades funcionais sociais. Juntaria-se a isso, o conceito de *habitus* de Bourdieu, pelo qual, as influências a que se está exposto enquanto indivíduo social, acabam por constituir aquilo que seja a aceção do eu (disposições e instituições internalizadas).

Ora, em se tratando de Educação Física, por exemplo, começava a evocar o porquê de conceber-se de sua noção (a mim, pelo menos), como um depositário de modalidades de esportes, jogos e estudos a estes relacionados, mais desapegados de um conceito cosmológico e mais aficcionado ao conceito biológico-anatômico-fisiológico e a delimitação de performance e desempenho (como observara-se nas aulas do Professor Élio Petroski). Era

116SALES (2003); p.160

porque, segundo o conceito levantado, havia se influenciado – esse da ampla mídia; pelo senso-comum, o boca-a-boca, a televisão, os relatos de superficial bibliografia – tanto nesse que vos relata, quanto em uma geração, que o aplique do conhecimento e da investigação científica do físico educador, era essa da dimensão de um corpo, mais precisamente, médico-biológica. Uma episteme, como se bem sabe, é um funcionamento harmônico que partilha de características gerais e se apronta a partir da concepção de um paradigma, e muito embora desde os anos 1980 (como estudara, da Motricidade Humana), a Educação Física passasse por guinadas críticas, o seu passado higienista e de sucedâneo da ciência Médica, por meio da divulgação dos seus usos consagrados ligados a mídia do Esporte, da promoção da saúde e da auto-socorrência (dimensão individualista do cuidado com a saúde, que passa pelo cuidar da boa-forma e exercitar-se; responsabilidade relegada, ora do estatal a cada um dos cidadãos) haveria de figurar como uma importante consideração no seio social extra e intra-acadêmico;

Por assim dizer, entender o conhecimento em geral (episteme) e a sua forma de prospecção e estudo (epistemologia), e precisamente da Educação Física, passava por entender dessas disposições e instituições, dessas influências, internalizadas. Pois como desdobramento interior, mais do que se ter uma noção voltada a Medicina, como subalterna dessa, a dimensão epistêmica da Educação Física era a da submissão, antes de tudo, ao paradigma que alçava em tal grau de propositura a preocupação com o estudo anatômico do corpo: a razão, da racionalidade cartesiana e do método positivado; em outras palavras, o *habitus*, aplicado à Educação Física, permitia tanto questionar internamente como se dava o gesto pela técnica, e de como a influência do padrão motor estava associada mais do que às experiências individuais, a uma série de fatores introjetados como campos interseccionantes de influência no comportar e integrar desse indivíduo (redundo de tudo isso e mais a experiência, o que de fato fosse o seu padrão motor, desempenho ou a categoria de análise do design do seu mover-se) – ampliando-se assim, o parâmetro de consideração dentro do movimento e seu estudo em si -, quanto também, permitindo ir a entender de como se dava e dera, a reputação da Educação Física, onde na antiguidade grega, homens da mais alta consideração, seriam conhecidos por sua *physis* quanto pelo seu raciocínio, e de como isto se havia dado, a partir da assunção cânones institucionais de legalidade, de eclesialidade, de racionalidade pragmática e de positividade científica, suceder numa concepção de corpo subalterno, *alienum*, a mente. O ser abismal de Descartes, que só vira a ser transformado em circunstância em Merleau-Ponty (não mais a questão do ser e do abismo e do verdadeiro, mas

o carrear desta, no por onde for, como um mundo, na circunstância de ser carreada em cada homem, que leva consigo o ser, o abismo e o contato mediado em cada experiência, se constituindo numa ontologia), era uma das possibilidades de se entender, apenas, se entendido o *habitus*, ou de como se concebera a episteme, o conhecimento dessa Educação Física macerada e jungida a academia dos moldes da razão, como um lugar de tolerância e não de receptividade.

Por bem considerar, a *physis* demandaria uma universalidade toda só pra ela, pra entender-se seu fenômeno, como a que se tem hoje pra a razão. Entender o mundo como *physis*, traduzindo fenômenos a ela, é uma dimensão de entendimento como a que se procede com a razão, a traduzir seus fenômenos pra sintaxe racional. Portanto, isso e educação Física que possui-se, segundo essa conclusão, não passa de tradução de um fenômeno, fora de sua lente, pra lente de outro paradigmaticamente consagrado, de razão pra *physis*. E como observado em Kuhn, paradigmas concorrentes, mais que antinômicos, apresentam de incomensuráveis, impossíveis de traduzir-se a um ponto comum, coadunar-se ou acharem um meio termo. Em outras palavras, ao optar-se pela razão, desmerece-se e abandona-se toda uma compreensão de fenômeno pra nunca mais e até mesmo, como nesse esforço procedido, o aque se consegue fazer é uma intuição do como funcione pelo viés de outro sistema, mas eivada e dirigida, segundo os limites, a partir da linguagem sintática de outro funcionar. Nesse trabalho, esforço de evidenciar isso, como num paradoxo, mais se afirma o que esteja fazendo, e que não sabemos mais como flertar com essa perspectiva. Haveria-se que aprender paulatinamente, a *physializar* o entendimento das coisas, como um dia foi feito, pra raciociná-lo. Seria re-linguistizar o intelecto, pra uma linguagem que há muito abandonada, mas que, no cânone do arquétipo de pensamento euro-ocidental (gregos), que demarca essa trajetória epistêmica, tem-se a evidência de que um dia, houve de sua incidência e do esforço nela proceder-se;

Considerações a parte, corroboraria a tese nesse sentido, ao longo do estudo, que das considerações de outras categorias de análise correlatas ao *Habitus*, se poderia prover pra entender melhor a educação Física. Como por exemplo, a disposição *estética* e o *gosto*, ambos de Bourdieu, já apontadas ao longo do trabalho.

Complementa-se a isso, no conceito de ir revolver de como se desenvolveu a da episteme de uma Educação Física no produto das considerações de construção social, a teoria

de Foucault sobre a análise do discurso, emblematicamente trazida na colaboração ARAÚJO, 2003:

[Há que se analisar] os delineamentos, os arquivos do saber de uma época, tal como se fosse um trabalho de arqueólogo, mostrando como eles são constituídos de diferentes formas em cada episteme, de modo a responder a diferentes necessidades, um objeto não se encontra pronto na realidade, bastando ir até ele, descobri-lo, estudar sua organização interna. Um objeto é armado numa trama de relações nas chamadas *formações discursivas*, que permitem mostrar seu lugar e seu uso por um dado saber. Por exemplo: o modo como a loucura entrou no campo do saber médico, faz da loucura objeto de saber; a tendência da modernidade em *psicologizar e medicalizar* as relações humanas faz da normalidade o parâmetro de avaliação do corpo saudável; o tema da circulação das riquezas, mostra a moeda como meio universal de troca; o ser vivo, como tendo uma estrutura invisível, dá início a vida como objeto por excelência da biologia. [...] O homem é o ser que pensa a si próprio, o faz de modos diferentes em configurações históricas também diferentes¹¹⁷.

A acepção estrutural da arqueogenealogia de Foucault, transcende a noção de potencial heurístico objetivo de Piaget, e coaduna-se muito bem ao balanço sincrônico e diacrônico, pretendido por Levi-Strauss. Mais que antinomia nisso, há manifesta oposição complementar, alardeada por Merleau-Ponty (mera contradição aparente). O domínio do trabalho do autor, situa-se na história do presente pela questão de como o indivíduo tornou-se objetivizado de si, por meio das ciências¹¹⁸.

Das inquietações suscitadas pelos autores e a corrente filosófica que de pertencimento, começava-se a delinear a proposta do referido trabalho, esta de ir responder a seguinte problemática: *seria possível uma epistemologia estruturalista da Educação Física?* Tendo em vista que as anteriores relações empreendidas entre o mote filosófico e a Educação Física, haviam redundado, em profícuas realizações (epistemologias Crítico-Emancipatória e Crítico-Superadora), e consciente de ter-se a possibilidade de munir tal investigação com o referencial teórico respaldado, começou-se a messe desse trabalho em questão.

Um trabalho propositivo, em caráter experimental e pouco afeito ao âmbito usual de uma linha de estudo, majoritariamente, preocupada com a práxis – esta que uma ponderação a

117ARAÚJO (2004); p.39

118ARAÚJO (2004);p.39-40

se considerar no respeitar desta seara, tão importante a si, quanto o seu objeto de estudo, o *do corpo no seu movimento*.

Terceira Parte: Teoria *Non Corporis*

As propostas a seguir são o desdobramento de possíveis caminhos a se tomar, no intuito de empreender como uma proposta epistemológica estruturalista na Educação Física. Onde será apresentado um subcapítulo de introdução a proposta Levi-Straussiana para a Educação Física, o *brainstorm* que a suscitou foi o seguinte: Os conceitos de dualidade na paideia, princípio da episteme; A retomada do conceito antropocêntrico (Renascimento); A Didática Magna de Cômênio; As primeiras investigações sobre a tensão na Revolução Industrial por Walter Benjamin (arqueologia corporal); As investigações acerca de psiquê (Freud, no Mal-Estar da Civilização), semiótica (representação em Lacan; análise do discurso e arqueogenealogia, aos moldes da obra *História da Loucura*, empreendida por Foucault); As instituições sociais (Educação Física como uma delas, em Bourdieu (*A Distinção: crítica a razão social do julgamento*), questão do caráter [*École des Roches*]; questão de gosto, disposição estética [caso do exercício físico]; *habitus*). Bem como o entendimento da complexidade da Educação Física: em Morin, através de Manoel Sérgio, onde objeto, o corpo, *mas que corpo!?* Aquele do brincar/jogar, o do esporte, e da luta e o do trabalho; A discussão acerca da corporeidade e finalmente, o *corpólingua*, uma forma de elencar as tensões ontológicas do corpo numa estrutura gramática.

3.1 Analogias Estruturais em Levi-Strauss para um Método Epistemológico Analítico da Educação Física na Abordagem Estruturalista: *uma matriz estrutural de objetivo comunicativo das modalidades*

Há que se ressaltar, que às proposições em sequência, utilizam de comparações dentro da esfera dos esportes, enquanto modalidades jogantes, apenas e tão somente, por não encontrar-se um construto mais didático, até o momento dessa confecção monográfica, de uma analogia dentro do movimento humano em seu amplo sentido. Por isso, poderão soar, frise-se, bem em tempo, tautológicas, e até mesmo, semelhantes à proposições teóricas já

encetadas, como, por exemplo, a de BRACHT (2010; p.6-10)¹¹⁹, ao comentar a estruturação das propostas de práticas corporais de SILVEIRA e PINTO (2001) e do referencial curricular de GONZÁLES e FRAGA (2009) onde se faz uma taxonomização estruturada e comparativa, por nichos, das modalidades em suas finalidades e modelos de construto e ação. Entretanto, trata-se de ambiguação aparente, pois embora símile, o estruturar aqui não se dá como meio a um fim como lá (pra uma taxonomização modalística), mas para uma verdadeira proposição investigativa desse construto em sintaxe (à moda estruturalista). Esclarecidas essas iniciais objeções, cabe-se adentrar no *corpus* dessa proposta teórica, a partir da Antropologia estrutural de Claude Levi-Strauss. Como procede-se a seguir.

Se Claude Levi-Strauss, situa em suas obras (*Antropologia Estrutural*, desde 1949, e o *Pensamento Selvagem*, de 1962), a existência de uma correspondência num sentido comunicador entre as *leis* de parentesco e a *sintaxe linguística*, ele o faz a partir de 3 elementos (evidências constantes), opostos e, portanto, complementares, e que conformam o todo de interações deste sistema (parentesco):

- *Comunicação das Mulheres*; consistem no estabelecimento social de certas regras que possibilitem as constantes trocas genéticas, evitando que certos indivíduos, capitalizassem para si as fêmeas da espécie (porquê tiveram mais filhas, irmãs, etc.). Daí a interposição de leis contra-incestuais, como uma constante nas culturas ao redor do mundo;
- *Comunicação de Bens e Serviços*; regra que permite que se estabeleça as trocas de bens e serviços entre indivíduos, evitando que um mero detentor de uma habilidade, ficasse desprovido do usufruto de outra, igualmente necessária, enquanto que, ele próprio, também sonhando esta sua à coletividade. Quanto aos bens, o desejo de *utilidade*, pode (e, em geral, vem acrescido) vem acrescido do desejo pelo *desejo*, em caráter ostentatório, hedonístico ou meramente egoístico. Tal e qual os bens, sejam de posse, em geral, de quem os *fez*, os *encontrou*, ou de quem os *herdou*, a fim de evitar-se dissabores e violências, a comunicação (circulação destes bens) fez requerer de um sistema, o qual é, em geral, encontrado em diversas (senão todas) as culturas nos estágios de organização cultural dos povos;

¹¹⁹ BRACHT, Valter; A Educação Física no Ensino Fundamental. *Anais do I Seminário Nacional Currículo em Movimento- Perspectivas Atuais*; Belo Horizonte, 2010;

- *Comunicação de Mensagens*; esta, propriamente dita, é a *comunicação signolinguística*, a qual aduz a presença de um *código*, que é o conjunto de caracteres e suas formas de registro (grafia) e pronúncia (significante, ou fonema), e sua semântica junto ao estabelecimento daquele grupo (significado), o qual é elemento de tradução das diversas situações/experiências vivenciadas ou imaginadas (mitos), em caracteres do código, no limite e adequação ao código, e que buscam ser de-codificadas na operação de interpretação do destinatário (da mensagem), o qual deve ser (tanto quanto o remetente), versando no funcionamento do código, para entendê-lo, primariamente, e secundariamente, decifrá-lo, percebendo um sentido maior que o resumo que o código aduz (pois, o código, compacta a real experiência em símbolo e conceito), a ser extractado (expandido; des-compactado) pela ação do destinatário, transformando-se em nova experiência (a ciência, inteligibilidade da mensagem) e fruição, aí majorada, do conhecimento a partir desta operação (transcendência do sentido mensageiro utilitário), vindo a se tornar, na interpretação, sempre mais (e, relativamente, menos) do que a mensagem original; pois vira saber, gera impacto, emoção, e permite criar novas ligações. [Socorrem-nos neste sentido, a *Teoria da Informação*, de Shannon e Weaver, 1940¹²⁰].

Partindo-se deste pressuposto estruturalista, onde sempre, entende-se, há a presença de um Código a Sintaxe interação, o qual deve ser respeitado lealdade, conhecido (versação), e que aduz a uma previsibilidade comunicativa (se se forma mensagens, onde elas por inéditas que sejam, não poderão inovar com as estruturas dos caracteres; do sentido das palavras [ou seja, até para um neologismo, há de se atender a combinação de outras palavras com seus sentidos já existentes; sob pena de linguagem poética, impossível ou ininteligível]; do comportamento sonoro, gráfico e relacional dos caracteres; enfim, há experiência, não transcendente na operação de tradução ao código, as regras do próprio código, pois ele é o todo de possibilidades combinatórias e de funcionamento deste sistema de registro/tradução/transmissão. Do que decorre que toda mensagem a ser de-codificada, não seja inédita na forma, e mesmo quanto ao conteúdo, esteja limitada a carga estrutural que a permite (por exemplo, há fenômenos que se costuma dizer impossíveis de descrever, mas para o código, se o forem [descritos], serão descritíveis no limite de suas características [o clássico

120SALES (2003). p.176

brocardo, *não tenho palavras*, já revela o uso limítrofe desta própria constatação]), o qual só é *transcendido* (em termos, apenas, pois, considerando-se a *imanência* do sistema estruturalista, de fato, até esta transcendência é relativa às interações que estabelece dentro do limite deste [próprio] sistema) pelas *transformações* no (jamais *do*) sistema (que, ao longo do tempo, poderiam recluir-se a uma *diacronia*, resgatando **aí** sua importância). E ainda considerando que, de fato, mesmo essas, resultam, segundo o absolutismo pretendido pelo estruturalismo, em apenas mais *manifestações* do próprio sistema, as quais, impressionam a *perspectiva do* olhar observador, dando-lhe o senso de mudança ou novidade, mas que na verdade, corresponderiam a estágios implícitos a própria estrutura, revelados apenas quando seu *potencial imanente e latente*, tem condições [dentro do próprio funcionamento] de se manifestar; e respeitando o funcionamento sincrônico da atuação *sincrônica* dos demais elementos, consoante, a [objetiva] funcionalidade desse sistema.

Assim, traçando um *paralelo analógico* na obra de Levi-Strauss, ao utilizar-se-lhe na Educação Física, poder-se-ia pegar o *Jogo*, pois ele é sistema de regras, que aduz comportamento, e por seu caráter *imanente* (limites de ação; de espaço; de jeito e atitude; e presença de uma finalidade, esta sim, característica não-estrutural, mas que resulta em ápice do jogo, enquanto consideração desse sistema o qual ele conforma), leva a uma possibilidade de acontecimentos no uso do seu código. Para isso, por exemplo, numa partida de *futebol*, nem se irá meter, intencionalmente, os *punhos* na *bola* [exceto que seja essa a função do jogador, neste ou aquele momento], sob pena de deslealdade ao código de (sintaxe) funcionamento do jogo; como tampouco se chegará à finalização de uma *cesta*, pois, o código aduz pra aquela situação, o atingimento de uma *meta* (trave), com características, tais e quais, próprias [uso dos pés ou cabeça ou parte não proibida], progressão no campo considerando estes usos e seus limites (não se podendo carregar a bola, apenas sustê-la, em sucessivos lances ou empurrá-la com chutes, cabeceios ou peripécias), e alcance desta meta, também ela com características próprias (três travessões metálicos, em formato retangular com o pavimento, e com profundidade demarcada a partir da linha do solo [como referencial], até a extensão da rede); no que é interposta da presença de um goleiro, único jogador, majoritariamente, habilitado ao uso das mãos. Assim, o jogo, encerrando em si características traduzidas em código de uma imanência de situações correspondentes, demarca seu funcionamento. Ainda nisso, demarca sua natureza inconfundível e incomparável em absoluto, através de uma combinação tão circunspecta de ações, que redundem, por respeito

ao código, a previsibilidade dos gestos (gramática), a afirmação de uma específica linguagem corporal apropriada (comunicação sintática) e a incorporação de uma técnica (passes, chutes, que serviriam a função de fonemas, letras, ou mesmo numa redução menor em escala, até formar palavras), e do uso dessa dimensão fonética-terminológica a fazer-se uso durante esta manifestação linguística, até produzir dessa forma de comunicação, (ato de jogar futebol); não podendo, exceto por analogia, comparar-se (como de um *goal* a uma cesta, pois a despeito de que sejam os objetivos respectivos em cada esporte, Futebol e Basquete, por exemplo, em tudo e por tudo, provém e evidenciam o comportamento de sistemas diferentes).

Num sentido didático, as oposições figurariam no campo – já que reduzirmos gestos e técnica, a equivalência das palavras – em que este gesto não é aquele outro, e vice-versa (por exemplo, um passe não é um chute, ainda que se possa passar, utilizando quaisquer dos movimentos, a depender da situação de jogo), e que estas oposições, claramente não excludentes entre si, apenas vêm a afirmar o *corpus*-complementar das ações em campo (ou seja, assim como uma Língua, a qual é composta de diferentes Gestos [requeridos] por sobre um pano-de-fundo que lhe dá sentido às palavras; aí embutidas em gestos).

Determinando que, haja consoante a este sistema um sentido implícito a interação realizada (de forma alguma, estruturas tem de ter sentido, mas o fato é que, ao consubstanciarem-se, apresentam-se sob a forma deste ou daquele funcionamento(s), e dentro deste, o observador, por petição de princípios, como diria Piaget, retira este ou aquele sentido(s)). No caso do Futebol, há um sentido dentro do próprio sistema que o justifica, por imanência [*é o é assim que se joga; senão não é futebol*], mas não se corresponde ao sentido exterior, onde todos os gestos são permitidos. Então, dentro do jogo, não se questiona o jogo, assim, como por lealdade, não se questiona ao Código Linguístico, em geral, fazendo-se, ordeiramente, o uso deste, no lugar. Isto não quer dizer que, não caiba, numa análise estrutural maior – esta sim, a Social – vir a entender como é que se chega a fazer o uso exclusivo dos pés no Futebol (por exemplo, questionamento do código), indo a recorrer não só a pretensões sincrônicas (coisas que já/ainda em funcionamento), mas uma historicidade esboçada no gesto, este sim, representante diacrônico deste polo de interação sistemática (traçando-se aí, uma analogia em Ricoeur). Entretanto, esta análise, não estará, de fato, focada no funcionamento do sistema, mas, em geral, como toda crítica, nos *porquês* e na *trajetória* de sua progressão – o que constitui uma importância, indubitável, de ser, mas que não concerne

ao objetivo da perspectiva estruturalista, que requer o significado/significante *presente*, em análise na interação.

Se por um lado o Estruturalismo parece negar a História, o que não faz de fato, pois ele a localiza como parte das *desordens conjunturais do sistema* (Manifestações, que pela contingência levaram a desdobramentos que inovariam o sistema, na visão/perspectiva do observador; mas que não constitui verdade a afirmação do sistema, onde no qual, tais transformações não teriam passado de arranjos mais circunspectos de fatores outrora encontrados no próprio sistema; ou seja, mais do mesmo, que sob outra forma, aturdiriam ou turvariam, entender-se tratar ainda do mesmo), uma lente de – radical – oposição, manifesta, entre os elementos do sistema, mas que apenas por circunspecta aparência, deixa de aparentar que ainda ali esteja o sistema da estrutura em ação; por outro demonstra, aí sim, opondo-se ao conceito diacrônico/histórico, que muito mais do que diferenças encontradas em pontuais resoluções no funcionamento, há a presença (virtual, obviamente, pois trata-se de um conceito) de uma *homeostase* no funcionamento do(s) sistema(s). No que inclui-se as *constantes* encontradas nos arranjos sociais humanos, mas, principalmente, nas *diferenças*, as quais constituem o elo de oposições complementares que mostram diferentes mecanismos de funcionamento da estrutura (pontos observáveis da estrutura em ação); e que se complementam no entendimento (versação) acerca do que seja a mesma (Código Estruturante). Donde resulta então, que todos os acontecimentos relacionais estabelecidos, não passem de fases comunicativas (comunicação), sob o signo da estrutura do sistema.

Indo mais adiante, na analogia dos três casos evidenciados por Levi-Strauss, tem-se o seguinte pra um construto no exemplo de modalidade, três investigações possíveis em questão:

- *Comunicação de Mulheres*, dá lugar ao Jogo por Reputação (ou *Jogo em Capital Simbólico*, de Bourdieu): onde o jogar, é o código de comunicação no intuito de estabelecer distinções entre os indivíduos (posição em que se joga; mais ou menos prestígio; nível de habilidade). Segundo essa interpretação, o jogo poderia ser visto como um sucedâneo de uma competição simbólica que transcende o campo-de-jogo mas se situa no campo da vida, ou que utiliza o campo e a modalidade, como atividades meio para um fim maior, no campo da imanência – vida; sociedade. Por este teor de análise, resultando que os indivíduos usem o jogo como comunicação de imagem que se passa como ferramenta de afirmação perante a coletividade em que se

inserem, e que isso desdobra-se em formação sucessiva/fracassada de relações Sociais (*networking*; ou Capital Social, também em Bourdieu) no meio de inserção (conseguir amigos, respeito, matrimônio/relacionamentos amorosos, boa-reputação, êxito relacional; ou do contrário, o não-êxito nas expectativas que se espera alcançar no uso genealógico do jogo);

- *Comunicação de Bens*, dá lugar a [comunicação], Jogo Por Favor e Por Glória: se um bem, possui uma utilidade, útil ou do desejo, junto a coletividade, e seu represamento constitui obstáculo às situações de convivência coletivas, o jogo por capitalizar uma forma de afirmação da imagem (e por que não dizer, a perpetuação desta relação e da própria sociedade, ao realizar uma baliza, muito considerada, junto ao grupo social, na hora de estabelecer seus vínculos), requer ser granjeado a oportunidade de (tentativa, ao menos) aquisição da *afirmação social (glória)*. Daí o significado da revanche, por exemplo, onde não apenas se prima que haja uma disputa, mas que do advento da derrota, o indivíduo possa reiterar-se na chance de aquisição da glória. Também pelo aspecto do desejo, implícito na glória, onde o gozo não remanesce apenas no *status utilitário*, mas no gosto e no gozo do ato de ganhar. Bem como, como em um serviço, na troca de oportunidade de que outro possa gozar ou brilhar na afirmação social, desfrutando benesses do jogo [benesses equivalentes a um serviço prestado ou um bem utilizado em seu favor]. Ato em que, constituiria um favor (como revanche, do exemplo), em que as permeáveis trocas, permitiriam a diferentes sujeitos, disporem-se a figurar na hipótese da fruição do êxito;
- *Comunicação de Mensagens*, dá lugar ao jogo como língua: batido que esteja tautologicamente reiterar que haja uma linguagem corporal – como evidenciado na epistemologia *Crítica Emancipatória* de KUNZ (1991), baseada em Heidegger e Merleau-Ponty, pelo conceito de *homem-mundo na Fenomenologia* – o que se espera dela aqui, ao invés de símbolo constituído em si (encarnado) na percepção intra e inter-subjetivas, é sim, a noção de que o jogar constitui como idioma, que caracteriza distintivamente, os indivíduos, e permite reconhecer o sentido de correção/incorreção (segundo uma harmonia estrutural; construto e finalidade) da adoção de determinada postura/gesto pra cada jogar, ou do acerto/erro no ato de jogar ou no momento da meta [permitindo-se identificar o *paradigma*, como diria Saussure, implícito em cada

gramática jogante e seu porquê no funcionamento do jogo, não diacronicamente; exterior].

Assim, por exemplo, consoante a este último sentido, a sintaxe do futebol, permite diferenciá-lo do Basquete, de chofre, pois, embora possuam progressão em campo, meta, e quadra e regras delimitadas, as formas de consecução de seus objetivos são distintas, as metas ter formatos distintos, e consoantemente, recrutam distintas valências para o ato comunicativo da ação, que se nas diferentes ações adotadas como postura e gesto (passes, chutes ou lances, arremessos, quiques), como diferentes palavras em idiomas estrangeiros que conduzem a semelhante mensagem: alcançar a meta, sobrepujando o adversário, respeitando as regras e os limites de campo e tempo de partida; mas para isso, com usos individualizados, específicos, não apenas das funções dos jogadores, mas da prática em si, que de tão distintas, permitem ao observador externo (claro, com algum básico repertório referencial) aperceber-se tratar-se de uma e outra (Ex: aqui é Futebol que está rolando, por tais e tais características; aqui se está jogando uma partida de Basquete, por outras tais).

Assim como os gestos podem ser distintivos, como numa língua e noutra, as palavras o sejam, também a estrutura em si, pode diferir.

No Basquete e Futebol, o objetivo é invasão, e numa analogia, como os idiomas Espanhol e Português, que são línguas latinas, isso os leva a ter muitas similitudes de estrutura encontradas entre cada qual deles (do basquete ao futebol; do Espanhol a Língua Portuguesa), a despeito das eventuais diferenças. Em compensação, entre Futebol/Basquete e Natação, seria como comparar uma língua de matriz latina, ao dialeto de certa tribo na Polinésia: pois não só a gramática estrutural muda, mas a mensagem para concluir êxito (talvez, o único ponto em comum, tentam chegar a um êxito; um vencer um oponente, num determinado espaço, com determinadas regras; assim como entre línguas antípodas, o mísero fato deterem em comum que buscam passar uma mensagem), passa por outro meio (meio hídrico), requer de outras valências (sustentação hidrostática, empuxo, flutuação em deslocamento), e se realiza num chegar primeiro e não e um marcar um ponto – só pra demarcar algumas distinções. Ficando implícito o caráter comunicativo de um funcionar em função da *velocidade* (vencer o relógio ou o adversário, objetivo do nadador; sentido de sua forma de competição), ao invés do da *destreza* (superar o oponente com o drible, desvencilhar-se da defesa e chegar a meta pelo chute ou cabeceio, fazendo o gol; sentido do futebol em sua forma de competição), que se desdobra no próprio *tempo da ação* (não há limite

de tempo num drible, por exemplo, apenas o limite total do jogo; faz-se no tempo necessário a se executar tal ação), enquanto nadar se desenrola no tempo de *prova* (acaba, com o próprio fim da ação), enquanto o Futebol/Basquete tem o tempo da *partida* (acaba, independente, da consecução da ação, e ali se contabiliza o maior número de acertos à meta; onde os movimentos não foram tolhidos por uma contagem temporal, mas conferidos numa dimensão de eficácia[acertos bem-sucedidos à meta]).

Ou seja, nesse sentido de língua, não apenas os gestos (palavras) vão divergir, delimitando assim uma identidade própria do jogo (característica idiomática de *langue*, como em Saussure), mas sua própria matriz (estrutura[1] de objetivo *comunicativo*), poderá variar, delimitando que as complementaridades decorrentes da oposição de uma e outra, se tomem, demasiadamente, antipódicas e até alienígenas de comparar-se, mas ainda assim (como em línguas antípodas, por um princípio universal de comunicação, de informação em mensagem, algo que faz a todas as línguas convergir), possíveis (como visto, em natação e Basquete/Futebol, há a presença do *vencer*, além do vencer, do espaço *clausus* a ser utilizado, de regras, de gestos úteis, etc.), enfim, em cada há uma estruturação, diferindo, apenas, o caráter manifestacional.

Assim, como línguas que se cruzam, criando novo dialeto ou idioma, entre diferentes gramáticas de modalidades se pode cruzar. Por exemplo, do meio hídrico, característico da natação em adição a invasão e lance a meta, característica do Futebol (ou Handebol, por essas características e pelo uso das mãos), surge [algo como] o Pólo Aquático, que traz identificação de ambas as línguas. Da ausência do meio hídrico, como num campo de futebol, mas com o mesmo senso estrutural de velocidade como objetivo (atingimento mais rápido da chegada, como consecução da prova), como na natação, tem-se a Corrida (cem metros, ou mesmo a maratona, onde apenas o tempo de realização, neste íterim estrutural, é elevado), que também requer de agilidade (com outras palavras/gestos e consequentes técnicas/sintaxes), para realização do objetivo.

Ocorrendo que, num o *jogo* enquanto uma *língua*, caberia desvendar estes elos de proximidade e distância, na hipótese comunicativa (suas mensagens, tanto de reconhecimento identitário [ou ao olhar-se, saber-se logo tratar-se deste ou aquela modalidade]; quanto no sentido semântico e estrutural, onde cada jogo possuiria diferentes instruções de mensagens a serem codificadas [como se organiza o gesto para atender a velocidade, ou como se organiza dele, pra atender a destreza], para além dos códigos de estabelecimento deste registro [regras,

que tanto contribuem para entender porquê o gesto tem determinado desenho, dentro dos seus limites de ação; quanto contribuem a turvar essa observação, pois regras são atribuídas, estipuladas, alteram o funcionamento de fora da sua imanência, jogo em ação, e podem ser demasiado exteriores e artificiais ao funcionamento, *como fôrma*, no lugar de se entender o que passa no por dentro em funcionamento, *como conteúdo*], no intuito de considerar êxito na comunicação idealizada), formando-se assim, verdadeira Árvore Genealógica do Jogar (ou utilizando da Teoria dos Campos de Bourdieu, os pontos de intersecção entre modalidades, formando um diagrama encadeado em conjuntos), com uma síntese comum (estrutura magna/sistema) e diferentes desdobramentos (manifestações).

Isto é claro, num sentido sincrônico, importando-se pra esse proponido, no *como funcionem* as modalidades e seus padrões linguísticos gestuais no funcionamento e não no *como chegaram a ser o que são* (ou seja, um entendimento de *homeostase*, e não de evolução, utilizando-se dos termos de Umberto Maturana¹²¹ e Herbert Spencer).

3.2 NON CORPORIS de per si - No aspecto da proposição de um *Corpolíngua* para evitar ambigüações

Ao entender o conceito do corpo dentro desse eixo estruturalista, de duas uma, ou assumir-se-á, nitidamente, que o problema da *práxis* é insuperável, e aí, aproveitar-se-á essa ideia de possibilidade epistemológica estruturalista na Educação Física, meramente, como um construto epistemológico analítico, e terá uma função observacional, relacional, apenas (de caráter linguístico enquanto instituições do saber aplicadas à Educação Física, parafraseando a Althusser, o que é uma saída elegante); ou entrar-se-á dentro do espinheiro, de descobrir uma estrutura --que num conceito piagetiano, por exemplo, não-tangível - por baixo dos arranjos realizados, manifestar-se de até o momento da Educação Física. E por que de se cogitar isso? Porque o problema de adentrar-se numa atribuição linguística estruturalista, é que se vai já adentrar, num assoalho que preenchido de uma linguagem. Dentro da Educação Física, pra exemplificar, há a linguagem fenomenológica, na teoria Crítico-Emancipatória (adepta a Fenomenologia de Merleau-Ponty), além de que, existe ainda a linguagem corporal (proposta por Mauro Betti), cujos teores não remetem a essa nova proposta. Como assim, alguns podem

121MATURANA, 1984

perguntar? Uma linguagem corporal seria a manifestação relacional daquilo que seja o repertório das experiências da percepção do indivíduo, a partir do aprendizado da técnica, do seu aprendizado no eixo do diálogo com outras manifestações de outros indivíduos (que também utilizaram a técnica), com a finalidade que da técnica o indivíduo devolva o próprio repertório e sua propriocepção (do seu jeito) de ser e fazer aquele seu movimento e perceber-se. É a dimensão do *homem-mundo* no movimento, na proposta de Elenor Kunz (desde Educação Física-Ensino e Mudanças, de 1991), redundando numa linguagem corporal.

Usa-se aí linguagem – fato – mas não é a linguagem no sentido estruturalista, é num sentido ontológico experiencial, é a dimensão do *homem-mundo* no movimento, por isso *se-movimentar*, que assim como no *Dasein* (de Heidegger) ou no *homem-mundo* (de Merleau-Ponty), quanto da própria categoria de consciência de Franz Brentano e Edmund Husserl, como em toda a tradição da Fenomenologia, pressupõe que sempre exista um *ser* dentro da ação.

A consciência, ela não se dá solta no mundo, ela está dentro um ser, conforme Brentano diria - já tem intencionalidade, a intencionalidade, implícitamente, afirmando um ser. Quando Edmund Husserl vai falar de intersubjetividade, naturalmente, está-se a falar de sujeitos, subjetividade. Quando Heidegger vai falar, na unidade ontológica mediadora ínfima do indivíduo, o corpo, porque a mente não se dá solta no espaço, no *Dasein* (o ser aí), eis o ser de novo – há um sujeito, é um ser, sujeito ainda mais dissolvido, antes do sujeito, o próprio ser, o existir ou o estar aí. E finalmente, nessa revisitação material merleau-pontyniana, então, o *homem-mundo*, este homem no mundo – nesta relacionalidade no mundo- que elegantemente, vai-se aproveitar para o movimento humano. Deste homem no mundo, num mundo que o envolve e é sua circunstância. Deste movimento de homem no mundo - este movimento em ou no mundo – deste ser e *ser-se* e *movimentar*, que decorre o *se-movimentar*, o qual é um movimento, não é movimentar-se, é o que o movimento do próprio mover-se ontológico do corpo, precedido deste *ser* da unidade ontológica.

De tal modo, é uma linguagem diferente, porque a estrutura não necessita do ser, a estrutura transversaliza, aparece manifestada no ser, mas ela em si, já é *de per se*, uma imanência, não tangível, a própria construção, não um arranjo dentro da construção e o ser, ainda que manifestação, seria mais uma das manifestações dentro da construção- um espinheiro teórico perigoso, até aqui, mas a desambiguação é necessária.

Portanto, buscar um conceito estruturalista, seria buscar uma linguística daquilo que fosse sgnico dentro do movimento humano, movimento do ser humano, desse movimento do corpo e ai entra-se, proximalmente, em outra acepção fenomenológica: essa de uma cultura corporal de movimento, de Mauro Betti, baseada nos conceitos de Charles Peirce (também fenomenólogo baseado na busca pelo *representmen*). Frise-se, também não é isso que se está propondo,  outra forma de analisar essa linguagem, não vai-se aqui a ler o que as pernas jogam, ou que os braços brincam, não é ler o movimento, isto também é precedido pelo ato de que o movimento não está solto, mas detm consigo, uma linguagem, um significado, talvez seja, apenas, próximo disso dai. Mas para escapar da presença necessária de um ser – pois se há pernas, há um indivíduo, se há braços, há um indivíduo - aspecto que se encontra por raiz da fenomenologia (posto que h sempre um indivíduo a observar o *phaenomenum*, ou pela ação do *representmen*), ele não se d solto no mundo do intelecto, o intelecto está preso ao indivíduo, manifesta-se no indivíduo - tem-se que superar a Fenomenologia, dessa noção subjetivizvel que ela requer, para buscar-se então, um conceito mais imanencial, mas ainda assim, ligado em alguma dimensão ao indivíduo. Porque aonde a corpo, há um indivíduo consciente disso, então desliga-se, mas num nível suficiente para manter-se um paralelismo ao indivíduo e não uma dependência dele. Como que, elegantemente, seria possível chegar a essa chave, superar a duas correntes já linguísticas dentro da Educao Física sem cair numa interpretação fenomenológica?

A minha proposta  investir então, no *corpolíngua*, no sentido das tensões do corpo, como elas funcionariam: o corpo s do manifestar-se por um condão biológico, e ai poderia-se falar em Umberto Maturana (*A rvore do Conhecimento*, 1984), *poiesis* (auto-produção). Ao existir, um indivíduo já apresenta uma tensão dentro do universo, a *tensão ontológica*, a qual uns podem chamar pela Física, classificando-a numa tensão de potenciais, porque as células em movimento manifestam em seus átomos uma tensão, como se observa dentro da estrutura muscular (que tão bem estudada em aulas de Fisiologia), a tensão do músculo entre as fibras de actina e miosina promovida pelas trocas das moléculas de sódio e potássio. Não é isso, não se está ai a estudar uma tensão baseada numa manifestação química, também não é um desligamento a esse nível, molecular, particular, é a tensão ontológica, o ato de existir gera uma tensão, e essa *tensão ontológica*, seria o que fazer-se da vida (o que fazer com a vida); a vida que *de per si* busca prover-se, busca proteger-se, busca perpetuar-se, em reprodução, alimentação, garantismo. Naturalmente, passa por isso e para atendimento disso parte

substancial de cada vida, simplisticamente, pelo movimento (é por isso que o aminoácido é dotado de um potencial móbil, é por isso que cada e qualquer ser do unicelular ao mais complexo pluricelularizado, todos eles sempre passam pelo movimento, porque uma das dimensões dessa condição ontológica). Se *é* e *está* em movimento, perfazendo então uma imanência daquilo que seja o construto do seu objetivo prover-se garantir-se perpetuar-se.

E aí desta tensão que redundava do próprio existir, como um desdobramento mais do que, meramente, celular e mais do que meramente de arranjos potenciais entre moléculas físico-químicas – mas ainda assim, considerando os desdobramentos dessa estrutura implicitamente – que a tensão ontológica seria o campo de investigação dessa forma de linguagem, dessa linguística *sígnica*. Como? A tensão do existir está ligada ao ato de existir, mas (como aqui se considera) não é a própria existência, da mesma forma que a tensão dentro do movimento do corpo, está ligada ao movimento do corpo (mas é categoria de movimentar-se), portanto, há um indivíduo que se move, mas não é o próprio indivíduo movimento do corpo e nem o próprio indivíduo, é seu um desdobramento. Seria um proposto imanencial em torno do substancial, que é exatamente o que estrutura faz, ela é uma imanência em torno de estruturas substanciais, ou como bem melhor dizendo, arranjos ocasionais – que pros historiadores na sua questão de materialidade e materialismo eles vêm como sendo a própria realidade, isto não é um arranjo, esta é a própria realidade daquele momento, e pros estruturalistas, não, isso é só mais um dos arranjos dentro das possibilidades. É aquele *zeitgeist* pegando-se do conceito de Hegel. Por tal ínterim, nesses arranjos ocasionais, essa tensão ontológica do ato de existir, seria essa partícula a ser investigada dentro dos indivíduos que se movem, dentro do corpo que se move, esses corpos em movimento, ela estaria ligada ao movimento, no que seria a dimensão não corporal do movimento corporalizado.

É uma teoria *non corporis* (o não corpo) e não que anule o corpo ou que esteja solta no mundo, mas será como uma sombra, um ruído, um resquício ontológico, ligado ao seu móbil, que surge em consequência do ato da existência voltado para possibilidade. Por isso uma teoria, por isso que requer do arcabouço da Psicologia e por isso que ela quer do arcabouço da Antropologia: por todas as cosmologias que nos sucedem, não para entrar em interpretações esotéricas, mas pelo contrário pra transcender investigações do movimento, que até agora no meu modesto entendimento, ficaram muito substancializadas. Uma vez que, até chegar-se na assunção da complexidade do corpo em Manoel Sérgio, – que com todo respeito, resultou numa conquista de soberania epistêmica e categórica do estar se estudando na

Educação Física – muito de nós, nos distanciamos talvez, de investigações que poderiam ter propiciado considerações mais profundas. Isso porque, o empecilho de assumir-se a corporalidade do corpo, é se apegar numa substancialidade, essa uma que pela necessidade da característica da Educação Física de *práxis*. A *práxis* leva a que essas investigações fiquem ligadas a uma substancialidade, porque enquanto teoria tudo é cabido, mas quando chega na prática, fica a pergunta: bom e agora!? Como é que se tridimensionaliza isso em prática?

Com a perseguição desse *corpólingua*, baseado nas tensões ontológicas, as investigações estariam durante, as *práxis* ao verificar como que essas tensões se manifestam e/que não são movimento em si, mas se ligam a ele como um desdobramento do próprio ato do movimento. Ainda encontrar o ajuste fino dessa sintonia para se chegue a essa teoria, é o complicado, por isso que a proposta, é aqui a ideia de uma monografia, é se fazer uma investigação. Não por diletantismo e se torna a dizer, um esoterismo acadêmico, mas pela ligação de uma interpretação que está associada a corporeidade, mas que deveria cobrir um espectro dimensional, como diria-se na homeopatia, dos vazios nas formas dos negativos, deixados por eles: um negativo do movimento (como filme fotográfico, e agora que anacronizei no exemplo!!), poderia se dizer assim, a tensão ontológica é o negativo do movimento, esta seria a área de investigação de uma leitura sígnica estruturalista. Se estaria a falar então, da dimensão ligada à corporeidade, mas que não exatamente a corporeidade, mas que necessariamente, surge da própria manifestação do corporeizar-se no universo, sem ser fenomenológico, mas ainda assim linguístico (uma sintaxe e sua semântica, acompanhadas de inteligência objetiva e hermenêutica), imanência estrutural. É a isso que se propõe, inicialmente, espero que tenha sido inteligível.

3.2.1 Um Caminho Pela Psicologia

Uma última ponderação no que seria a última parte, na teoria *corpólingua* (aqui espera-se, já conhecido em sua proposta), o ato de colocar em formato numa análise estruturalista, é simplesmente a redução a uma vertente analítica, uma categoria analítica, por entender que o estruturalismo por capturar as coisas como estrutura, como linguística, pode ser uma forma plural: vasta e, ao mesmo tempo, quase com característica de imanência, sem deixar depósito de sabor em cima da teoria, a que se possa fazer essa investigação. É só por isso, que há um proveito, inclusive tem-se um flerte – já que citou-se a tantas formas de

psiquê e psicanálise dentro dessa noção de episteme e epistemológica –, de uma tradição estruturalista dentro da vertente psicológica, com a Psicologia Estruturalista da Escola de Wurzburg (tendência determinante), Gestalt (totalidade da percepção) e Lacan (ser simbólico) – sendo que, principalmente, a simbologia em Lacan, possa ser útil, posto que aí já não ficar uma coisa destoante, podendo atender, a propriedade de se pertencer ao Estruturalismo e ainda pode usar desses conceitos, sem parecer uma balela. Algo do tipo que se provocaria com a pergunta: e aí, *por que não se estudar isso diretamente na Psicologia?* Ainda não imagina-se que tenha essa necessidade, defensiva. Mas a propriedade pertence ao estruturalismo, como a complexidade do corpo a Educação Física, logo, nada impede de provir futuramente uma proposta. Tanto mais por que na compreensão da Psicologia, como na linha de Lacan, a composição do sujeito se dá por um eixo de oposições e identidades segundo papéis, que pode oferecer ao estudo do corpo, o mesmo esmero com que o autor emprestou de sua consideração pelo gênero, por exemplo, consoante ainda, o fato de que o gênero também é acepção da formação da identidade corporal, demasiado sonogada nas considerações investigativas do corpo (como se desse em separado do sujeito), e que, portanto, devendo ser reintegrado no contemplar da investigação do corpo e suas representações sociais. Observe-se o excerto (SCOTT,1995):

A linguagem é o centro da teoria lacaniana; é a chave de acesso da criança à ordem simbólica. Através da linguagem é construída a identidade de gênero. Segundo Lacan, o falo tem que ser lido de forma metafórica. O drama Edípiano faz com que a criança conheça os termos da interação cultural, já que a ameaça de castração representa o poder, as regras da lei (do pai). A relação da criança com a Lei depende da diferença sexual, da sua identificação imaginária (ou fantasmática) com a masculinidade ou feminilidade. Em outros termos, a imposição das regras da interação social é inerente e especificamente de gênero, já que a relação feminina com o falo é obrigatoriamente diferente da relação masculina. Mas a identificação de gênero, mesmo quando ela aparece como sendo coerente e fixa, é de fato, extremamente instável. Da mesma forma que os sistemas de significações, as identidades subjetivas são processos de diferenciação e de distinção, que exigem a supressão das ambigüidades e dos elementos opostos a fim de assegurar (de criar a ilusão de) uma coerência e uma compreensão comuns. O princípio de masculinidade baseia-se na repressão necessária dos aspectos femininos – do potencial bissexual do sujeito – e introduz o conflito na oposição entre o masculino e o feminino. Desejos reprimidos são presentes no inconsciente e constituem uma ameaça permanente para a estabilidade da identificação de gênero, negando sua unidade e subvertendo sua necessidade de segurança. Ademais, as idéias conscientes do masculino e do feminino não são fixas, já que elas variam segundo os usos do contexto. Portanto, existe sempre um conflito entre a necessidade que o sujeito tem de uma aparência de totalidade e a imprecisão da terminologia, a relatividade do seu

significado e sua dependência em relação à repressão. Esse tipo de interpretação torna problemáticas as categorias “homem” e “mulher” sugerindo que o masculino e o feminino não são características inerentes e sim construções subjetivas (ou fictícias). Essa interpretação implica também que o sujeito se encontra num processo constante de construção e oferece um meio sistemático de interpretar o desejo consciente e inconsciente, referindo-se à linguagem como um lugar adequado para a análise¹²².

Em muito do excerto acima, as tensões a que se tem submetido, as disputas, as afirmações, o espaço e não-espaço do indivíduo (como no Mal-Estar de Freud), a cultura e as autoridades (institucionais), perpassam o sujeito, de um modo que se trocasse-se os termos *gênero* por *corpo*, em boas passagens do texto, se poderia tecer considerações muito proveitosas a investigação do indivíduo enquanto corpóreo, imbricado no conhecimento. Como trazido em cada relato do trabalho, onde há conhecimento, há política de corpo e um corpo se tensiona e devolve no pensamento, quer em conluio político, quer em revolta franca. Obviamente, onde há conhecimento, há indivíduos e desses, disputas. Então, das disputas, da existência, das expectativas e frustrações e das experiências e nostalgias, bem como aprendizados, há vasto campo de tensões ontológicas e investigações de corpo. Por onde talvez, essa questão do mundo do trabalho, das vocações, do identificar-se genérico, bem como a escravidão e colonialidade, que faz parte da nossa hereditariedade brasileira em um padrão de corpo, psiquê e movimento, só demonstre e venha a corroborar a tese freudiana que ele apregoa no *Mal-estar da Civilização*, em outras partes das suas obras, de como estão soltos pelo mundo os recalques nos indivíduos, em relação às ações sofridas, não só do processo racional, mas de todas as experiências. Tensões, camaradas, ontológicas.

Basicamente, do existir e do civilizar-se, gera-se a tensão, o recalque de decivilizar-se, também. Isso daí é uma coisa tem que ser levada em consideração, pois quando os decolonialistas atribuem culpa ao colonizador, que se eles tivessem seguido uma carreira individual sem interferência de outros indivíduos, por si só e as suas construções culturais alegóricas, seriam felizes, eis aí uma mentira: eles chegariam aos seus próprios recalques, decorrendo que a infelicidade e insatisfação não são culpa de interferências de outrem, são conseqüências da vida.

122SCOTT, Joan. *Gênero uma Categoria Útil de Análise Histórica* in **Educação e Realidade**, Vol.20;n. .2 (1995)

E pra entender parte dessas tensões, apontando nessa práxis, de pouco adiantaria estruturalizar a práxis, pois isso admitiria que a práxis a antecede em seu objeto estrutural. E praxificar a estrutura, isso é realizado, em toda e qualquer instância da existência, então parece tautológico. Mas e praxificar o corpo, não fez surgir um estudo como a Educação Física!? Então como estruturar ou perseguir uma estrutura na Educação Física!? Estruturar o movimento, pode ser feito como o parentesco de Levi-Strauss. Talvez mais ousadamente, a partir do corpo e nessa percepção, investigando aonde a práxis desdobra sem poder materializar-se: na dimensão do resquício. Contrariando a Descartes, a parte interessante de se intrigar, é mergulhar no abismo e investigar ali, como Freud, Brentano, Husserl, Lacan, Levi-Strauss, Merleau-Ponty, Kofka e tantos outros, como foi que e como é que essas pontes entre a razão e as coisas que a opção por sua sintaxe oblitera, se manifestam no espaço. Das ideias pela episteme, mas da ideiacorpo, antes da episteme. Talvez aí, o espaço do *corpólíngua*.

E pra chegar-se a isso, a necessidade de um método, capaz de entender como se chega à produção do conhecimento. Por isto epistemologia, por isso uma proposta, por isso, ainda, uma monografia em tamanha investigação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este foi um trabalho propositivo em muitas instâncias. A começar pelo linguajar oscilante, ora pendendo do coloquial ao rebuscado, ora situando-se na fala acadêmica. Talvez o que salve, seja justamente endossar-se no objeto de sua investigação: um *corpólíngua*, ou uma teoria sintática do corpo trabalhada a partir de um conceito filosófico linguístico (estruturalismo).

Durante esse trabalho, procurou-se entender de Educação Física como área de nosso saber, tendo como princípio, o corpo como objeto de estudo e complexidade da área, mas tanto mais, como a conceituação deste se fez ao longo de uma construção, ora oscilante, ora demarcada, em trajetória. Posto isso, para se entender desse saber, houve que se considerar, primeiramente: o Corpo e de como o conhecimento se enviesa no (conceito de) corpo; utilizando-se disso da ferramenta conceitual do *habitus*, de Pierre Bourdieu; e o Conhecimento, e de como o conhecimento se constrói, objetiva e sincronicamente e subjetiva e diacronicamente. Consoante a isso, como método ao trabalho, o uso do conceito de uma *arqueogenealogia*, como a empregada por Michel de Foucault, a fim de integrar uma narrativa acerca da epistemologia consagrada [episteme europeia de matriz greco-romana, mas não tomando-se em consideração, somente dela], assim passando – da Era Antiga à Contemporânea [na contagem europeia] - por nomes como Platão; Aristóteles; Tomás de Aquino; Galileu; Descartes; Comênio; Iluministas; Marx(materialista dialético); Positivistas; Freud (psicanalista); Epistemologistas Contemporâneos; até chegar-se em Ferdinand Saussure (precursor do Estruturalismo).

Essa que também nesse de investigação do trabalho, a filosofia do Estruturalismo, uma corrente contemporânea que trabalha o objeto (por exemplo, o conhecimento) enquanto estrutura linguística (código) com oposições e equivalências (ou como em Merleau-Ponty: oposições complementares¹²³) em torno de um eixo subjacente de características gerais e de funcionamento (paradigma, pra Saussure; episteme, pra Foucault). Cujo modo de operação, se deu em duas dimensões: Sincronia; no tempo presente (sintaxe) e Diacronia; ao longo do tempo e da história (semântica). Correspondendo à Sintaxe, a porção da inteligência objetiva do código, e correspondendo à Semântica, a interpretação do sentido.

123SALES (2003);p.159

E todas essas noções em progresso, pra responder ao seguinte questionamento: se seria possível uma abordagem estruturalista na Educação Física!?

Pondo isto em hipótese e estruturando uma remissão dos conceitos, houve que se entender das particularidades de cada das perspectivas envolvidas. No sentido estruturalista, por exemplo, havia-se de ponderar em torno de uma dimensão do conhecimento que se pode considerar operacional funcional (sintática); presente; e uma dimensão do conhecimento que se dava ao longo do tempo; construção desde o passado (semântica do sentido). Das quais, levar-se-ia a entender, como adiante considera-se, de como foi que se saiu de tais conceitos do mundo antigo (corpo cosmológico), pra o mundo medieval (corpo humanista), pra sociedade moderna (corpo racionalizado) e até a sociedade contemporânea (corpo higienizado e ressignificação do corpo).

No trabalho, tomou-se *a priori* o exemplo da episteme grega, e de como no seu conceito cosmológico, havia tanto cabimento pra dimensão funcional do conhecimento (Filosofia, Matemática, Lógica, *logos*), quanto pra dimensão interpretativa (doxas; *praktiké*; *poiétike*; *pathos*), numa integração entre Física (*physis*) e Metafísica. Como ambas as noções se relacionavam ao corpo, segundo esse proceder, possibilitava-se desta a seguinte proposição: a compreensão ampla de corpo, em que pensar e exercitar-se (*mens sana corpore sanum*), se davam em hierarquia similar – sem predomínio ou subordinação entre corpo e mente.

Utilizando-se dos conceitos estruturalistas, Trabalhou-se durante a trajetória epistêmica então, primeiramente a verificação da existência de **oposições** (como o aludido nos capítulos do trabalho). Disso pode-se concluir, que existe uma dimensão do conhecimento que se considera interferida pelo processo que a envolve (economia, sociedade, política); como evidenciado no capítulo Política como Conhecimento. Características dessa dimensão epistêmica seriam, por consequente: intencionalidade; premeditação; campo de disputa (classe, como em Marx); construção histórica (diacronia); foco no processo (antítese: Freud, através do indivíduo).

Desdobramentos dessa consideração, em como se relacionaria (e relacionou) ao corpo, foram descritas no capítulo Razão e Civilização. Em suma, a *ratio* moderna, civilizaria o corpo (como demonstrado por Vigarello: no gesto; ou na etiqueta em Norbert Elias),

racionalizar-se-ia o corpo (instrumento do intelecto; Descartes), em seguida, disponibilizando-o ao intelectual; e passo seguinte, economicizaria-se do corpo (contrariando, por exemplo, simultâneas concepções de corpo como na cosmologia [indígena Aymará], os quais se fariam enquadrados, política e institucionalmente [pela força] pela episteme europeia (decorrendo daí, mudança brusca de costumes, usos e representações do corpo e daquela episteme, segundo Mignolo). Surgiriam como desdobramentos desse conhecimento enquanto política racional econômica, *par i passu*, não apenas desdobramentos classistas (*classes sociais*, posto o eixo economicista), mas distinções ontológicas: indígenas e escravos (mais que de classe, de *status* de existência), denunciando em sua condição uma – atribuída – concepção estrita de corpo e uma subordinação do corpo à mente (como era no preceito anterior, medieval, do corpo à alma, mas menos humanista).

Em oposição a essas considerações supra, seguindo o mote hipotético, houve que se considerar em antítese, da existência de outra dimensão do conhecimento que se consideraria mais espontânea, incidental (descoberta) – como demonstrado no capítulo Conhecimento como Política, contemplando das políticas internas do conhecimento e as estruturas da revolução científica, conforme Kuhn. Seriam características dessa ponderação: incidentalidade; heurística; comunidade (paradigmática); contexto do momento (sincronia); foco nos indivíduos e objetos de análise (percepção; Merleau-Ponty). Sua relação com o corpo, por eminentemente epistêmica, se daria: indiretamente, pois que relacionada mais com o conhecimento, e esse, como na Razão ou na Cosmologia grega, a se aplicar ao corpo – no exemplo do corpo instrumento (*Dióptrica*) em oposição ao corpo *athlon* (*Metaphysicae*).

Ponderadas as oposições, passou-se ao estabelecimento de **complementaridades**: no capítulo sobre Política como Conhecimento, por exemplo, apolítica que parecia, por tudo, muito premeditada (influência) por sobre o conhecimento, também contaria com a porção de ficar a mercê das descobertas científicas (Ex: Renascimento; Copérnico; Galileu; e após, Descartes e Iluministas); incidentalidade na política. Ainda nisso, o conceito econômico social de Classe, que levaria a entender a crise do assalho ideológico feudal com o estabelecer-se do moderno, seria um conceito *diacrônico* (histórico), processual, econômico, mas a requerer o considerar dos indivíduos que protagonistas da ação ao momento (sincronia), pois senão não se haveria como falar de classes sem colocar simultaneidades (Ex: Como falar na categoria *burguês*, sem mencionar/contrastar, a *elite* ou o *proletariado*!)? Não seria possível o situar

dessas, sem a *sincronia* dessas existências). E como relacionar-se-ia disso ao corpo: ora, também o corpo se entenderia enquanto acepção política e processo, mas desde que ressaltado que, preponderantemente (como em Freud), dimensão individual (ou seja, processo/política/classe não suficientemente explicariam esse corpo, somente o situariam, segundo finalidades, mais adequadamente).

Decorrendo daí uma síntese conclusiva, a de que mesmo na dimensão histórica (diacronia) há sincronia; mesmo no processo há que se considerar o indivíduo; e mesmo na pretensa premeditação, há incidentalidade (heurística).

De mesmo modo, no capítulo Conhecimento como Política, se o saber e a ciência parecem gravitar em lócus daquilo que parece espontâneo, como o ato de descoberta científica, sua prospecção (estudo científico), no entanto, requer de insistência (intencionalidade), suas ideias não estão soltas no mundo (como em Raymond Williams, algo as precede na materialidade) e seu sentido se desdobra em política (política epistêmica; disputas entre paradigmas e correntes científico-filosóficas). Bem como, há que inferir acerca do reticente sentido persistente (diacronia na tradição, hermenêutica continuada), além de que, a ciência afirmaria-se na razão, portanto *ratio*, mas dependeria de um processo de fé (salto-de-fé em Descartes, cito em Merleau-Ponty e do dogma científico no ofício do cientista, em Kuhn).

Logo, conclui-se daí que mesmo na razão, há do espaço pra fé e mesmo no incidental, há algo de processual e premeditado. Sem olvidar que, mesmo no saber puro há comportamento político e mesmo a descoberta recebe parte do seu sentido hermenêutico da História (diacronia).

Por estas noções, a grande consideração conclusiva, iria pelo caminho de que o conhecimento (episteme) é uma construção humana, baseada em interpretações sucessivas e objetivas descobertas e considerações, que fazendo interferir na sociedade (política) e por ela sendo interferidas. Do que decorre que o corpo, enquanto objeto de estudo, é influenciado por essa construção, e para esta devolve sua influência, enquanto características intrínsecas (eis que objeto que incide na episteme, através dessa sua manifesta interação na atitude dos indivíduos, tal e qual é incidido pela episteme, no cultivo [cultura] das representações e usos que tais indivíduos lhe imputam). Logo, há que se considerar do haver de uma parcela de

episteme no corpo, porque também deste nela (há corpo na episteme, enquanto dimensão ontológica, onde o conhecimento incide, por sobre os sujeitos). Assim sendo, em nosso saber, o corpo é a dimensão de sua complexidade (segundo Manoel Sérgio) enquanto estudo, e lhe corresponde a *episteme*, como sendo a forma de estudá-lo.

Por esse ínterim, como observado, o Estruturalismo demonstrou-se uma categoria de análise eficaz a tratar da epistemologia (construção conhecimento), e aqui relacionada ao corpo em trajetória, por entender-se que nem sempre houve, de fato, uma específica Educação Física em todas as eras e culturas estudadas: mas sempre da presença de um corpo, um conhecimento (episteme/paradigma), e ambos influenciando e refluindo um no outro – política e heurísticamente. Assim a corrente estrutural chegaria como um *topus* contemporâneo desta construção, tendo sido estudada a partir do século XX (de sua fundação, por Ferdinand Saussure), por teóricos como Claude Levi-Strauss (aplicação na Antropologia); Michel Foucault; Pierre Bourdieu (ambos na Filosofia); Jacques Lacan (Psicologia), Jean Piaget (Educação e Linguagem), Louis Althusser (estruturalismo e materialismo dialético), Paul Ricoeur (Filosofia Crítica e Linguagem), Jacques Derrida (Sentido e significado), entre outros.

Restando saber se o seria eficaz – posto de suas características: Constância; Sincronia, em detrimento da Diacronia; e Etapas de uma Construção, ao invés de construção por etapas; e definição de uma estrutura (subjacente) em Sintaxe a ser investigada – também ao estudo específico do corpo em nosso saber, por conta das seguintes particularidades físico educadoras, tais como: dimensão diacrônica do sentido de corpo (diferentes representações ao longo do tempo); questão da práxis (requer teoria e prática em conluio); consideração do indivíduo (movimento humano, protagonizado pelo sujeito);

Onde pra isto, considerando dessas características em destaque, e elucubrando experimentalmente por sobre as proposições e previsões acerca do construto epistêmico evidenciado, o apontamento de duas alternativas:

1) primeiramente, a Hipótese de uma analogia da Proposta Antropológica de Levi-Strauss, baseada em conceitos de sua obra acerca das Estruturas Elementares do Parentesco, aplicadas, então, ao estudo das modalidades dos esportes (Ex: Matriz Essencial de Comunicação das Modalidades (Árvore genealógica dos Esportes). Isto porquê, haveria-se de considerar que o

Estruturalismo Antropológico em Levi-Strauss contemplaria a dimensão individual da cultura e do sentido (diacronia), encontra similaridades (parentesco nas práticas) e correspondência comunicativa (a linguagem sintática das práticas faz sentido), ainda que, percebido um empecilho: residual estruturação (comunidade) nos caracteres levantados [baseados na possibilidade de mero estabelecimento de comunidades pelo próprio mote estrutural]; prescindibilidade no construto da práxis [se práxis anterior a estrutura, não requer ser estruturada], este que saneável pela seguinte possibilidade: cunho de proposição dessa analogia pra seara físico educadora, apenas em senso analítico, e considerando-se o risco de sua inferência passar uma impressão tautológica aos estudos da área (ainda que desambiguado seu interesse: o de investigar a sintaxe em lugar da taxonomia das modalidades).

2) por seguinte, a *Teoria Non Corporis* (O Não-Corpo); uma investigação do resquício do movimento [negativo do movimento], encontrado na porção de uma tensão ontológica, no desdobramento da interpretação sobre conceitos, inicialmente, de Umberto Maturana (*poiése*), Jacques Lacan (símbolocorpo). Indo investigar nesse imbricar, a relação sintática desse não-corpo com o movimento e a tensão ontológica (da sobrevivência biológica, e suas representações ao longo da história[arranjos ocasionais]), desenvolvendo-se um conceito de *corpolíngua*. Tal proposta, atuaria em oposição a uma compreensão de sintaxe enquanto Linguagem Corporal (Epistemologia Crítico Emancipatória, de Elenor Kunz) e Cultura Corporal de Movimento (de Mauro Betti), por suas concepções fenomenológicas, em Heidegger e Merleau-Ponty e em Charles Peirce. Fazendo oposição ainda, a mera colocação diacrônica materialista, como em Marx, cujos desdobramentos se encontrariam na Epistemologia Crítico-Superadora, do Coletivo de Autores. Utilizando-se como ferramentas iniciais a essa pretensa sintaxe do resquício – do negativo do movimento, e do não-corpo (*corpolíngua*) – desdobramentos destes investigares na construção epistêmica e epistemológica do discurso em torno do corpo e, consoantemente, de sua área de saber Educação Física, bem como as influências destas nos indivíduos, a partir de Michel Foucault (Análise do Discurso) e Pierre Bourdieu (gosto e *habitus*).

Tudo isso, considerando que assim, se respeitaria a sincronia requerida entre práxis e estruturalismo; investigaria uma situação prática (em paralelo), e se estudaria consequências dessa na estruturação epistêmica em torno dessa área de saber (como do porquê de algumas

reputações físico educadoras; dimensão política epistemológica), além de contornar-se o maior empecilho encontrado ao momento, pra tal: muito ainda haver por investigar.

Concluindo-se assim, que sim há da possibilidade de uma epistemologia estruturalista na Educação Física, desde que tomadas as adequadas precauções e respeitado o teor e a égide de cada qual dessas ciências envolvidas, durante o propósito dessa realização. Quer do corpo, quer da práxis, quer da episteme que os torna, bem como as áreas de cada qual (Estruturalismo e Educação Física), [em] categorias do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- APPADURAI, Arjun. *Introdução*. In: **A vida social das coisas: As mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói: Eduff, 2008.
- ARAÚJO, Inês Lacerda de; **Foucault, um arqueogenealogista do saber, do poder e da ética**. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis: EDUFUSC, n.35, abril de 2004
- ARROYO, Raoni Wohnrath. **Consciousness as an Ontological Problem in Quantum Mechanics**. Article submitted as paper in the master degree of Philosophy, at Federal University of Santa Catarina. 2016
- BARROS JR; Antonio ;**Antropologia: Uma reflexão sobre o homem**. EDUSC, 2011
- BARROS, José D'Assunção. **O Romantismo e o revival gótico no século XIX**. Revista ArteFilosofia. Ouro Preto, n, 6. Abril, 2009.
- BARROS, Vinicius Soares de Campo. **10 Lições sobre Maquiavel**. Editora Vozes. Petrópolis. 2012
- BENTLEY;Jerry; Europeanization of the World or Globalization of Europe?**Review Religions** n. 3. 2012
- BETTI, Mauro. *Educação Física e Cultura Corporal de Movimento: Uma perspectiva fenomenológica e semiótica*. **Revista da Educação Física/UEM – Journal of Physical Education**. v. 18, nº2. 2007
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: a crítica social do julgamento**. São Paulo:Ed. Zouk-EDUSP, 2006.
- BOZZ, Ana Carolina Silva; PELEGRINI, Thiago. **Representações Sobre a Teoria da Motricidade Humana na Revista Brasileira de Ciências do Esporte (1979-1993)**. In: II Congresso Nacional De Formação De Professores De Educação Física, 2015. Londrina: Uel, 2015. Disponível em: <http://www.conpef.com.br/anteriores/2015/artigos/67.pdf>
- BRACHT,Valter; *A Educação Física no Ensino Fundamental*. **Anais do I Seminário Nacional Currículo em Movimento- Perspectivas Atuais**; Belo Horizonte. 2010
- BUCK-MORSS, Susan. **Hegel e Haiti**. São Paulo. Revista Novos Estudos, n 90, julho de 2011.
- CERTEAU, Michel de. *A Operação Historiográfica*. In: _____. **A Escrita da História**. Forense Universitária. Rio de Janeiro. 1982.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo: Editora Cortez, 1992.

COTRIM, Gilberto; **História Global – Volume Único**, 11ª Ed. (2016)

COURBIN, COURTAINE E VIGARELLO **História do Corpo: Tomo I- Da Renascença às Luzes**. Petrópolis, Vozes. 2008

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos da Teoria Geral do Estado**. São Paulo, Saraiva, 1998.

DARWIN, Charles. **A Origem das Espécies**. Tradução de Carlos Duarte e Anna Duarte. São Paulo. Martin Claret. 2014.

DIAMOND, Jared. **Armas, germes e aço: os destinos das sociedades** 15ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

ELIAS, N. **O processo civilizador**: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v I.

ELIAS, Nobert e DUNNING, Eric. **Memória e Sociedade a Busca da Excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

FERNANDEZ, Brena Paula Magno. Popper, Hayek E **A (Im)Possibilidade De Predições Específicas Nas Ciências Sociais**. 2000. 98 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Filosofia, Centro de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra

FREUD Sigmund (1930) **O mal-estar da civilização**. Edição *Standard* Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GIBB, H.A.R. **Ibn Battuta, Travels in Asia and Africa**. Broadway House, London, 1929 GIL,

Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª Ed. São Paulo, Atlas, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 7. Ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GROVE, Richard. **Green Imperialism: Colonial Expansion, Tropical Island Edens And The Origins Of Environmentalism, 1600-1860**. (1995)

HARDY-GOULD, Janet. **The Travels of Ibn Battuta**. Illustrated by Ollie Cuthbertson. Dominoes, Oxford University Press. Londres. 2010

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do Espírito**. 7ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007

JAEGER, Werner. **Paideia: A Formação do Homem Grego**. São Paulo. Editora Martins Fontes. 1995;

- KARL, Marx. **O Capital**. Editora Boitempo. Rio de Janeiro. 2014
- KUHN, Thomas. **A Função do Dogma na Investigação Científica**. Organizador: Eduardo Salles O. Barra. Curitiba: UFPR. SCHLA, 2012
- KISSINGER, Henry. **A Ordem Mundial**. Editora Objetiva. Rio de Janeiro. 2014.
- KUNZ, Elenor. **Educação Física: Ensino e Mudanças**. Ijuí: Unijuí, 1991.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Les Structures élémentaires de la parenté** (As estruturas de elementares do parentesco), Paris, Presses Universitaires France, 1949. Nova Edição Revista, La Haye-Paris, Mouton, 1968.
- LOMBROSO, Cesare. **O Homem Delinquente**. Porto Alegre: Ricardo Lenz, 2001.
- MACKAY, Charles. **Ilusões populares e a loucura das massas** (1841). Rio de Janeiro: Ediouro. 2002
- MATURANA, Humberto e VARELA, Francisco (1984). **A árvore do conhecimento - As bases biológicas do conhecimento humano**. Campinas: Ed. Psy, 1995. São Paulo: Ed. Palas Athena, 2004
- MAUSS, Marcel. **As técnicas do corpo**. In: ____ Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2003
- MELO, Victor Andrade de. **Dicionário do esporte no Brasil: Do século XIX ao início do século XX**. UFRJ Centro das Ciências da Saúde. 2018
- MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política**, Cadernos de Letras da UFF, n. 34
- MURRAY, Bill. **Soccer: History Of World's Game**. Tradução Nossa. Aldershot (AUS). Scholar Press. 1994.
- OLIVEIRA, João Pacheco; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- OLIVEIRA, Osmar Nascimento; OLIVEIRA, Terezinha. *O Processo Civilizador Segundo Norbert Elias*. Artigo submetido ao **IX Seminário de pesquisa em Educação da Região Sul-ANPESUL-2012**
- PAIM, Antônio. **LOGOS-Dicionário Luso-brasileiro de Filosofia** (1991)
- PATRIARCA, Amanda. **A Decadência Ideológica Contemporânea e a Educação Física: as incidências sobre a pós-graduação**. Dissertação apresentada para qualificação no grau de Mestre em Educação Física/Licenciatura, pela Universidade de Brasília. Unb. (2012).

PESAVENTO, Sandra; Em *Busca de um Método: as estratégias do fazer História*. In: _____ **História e História Cultural**. Belo Horizonte. Autêntica; 2008.

PETERS, F.E.; *Termos Filosóficos Gregos: Um Léxico Histórico* (1983) e GOBRY, Ivan; *Vocabulário Grego de Filosofia* (2007). Site **Termos Filosóficos Gregos**. Disponível: <https://sites.google.com/view/sbbgdicionariodefilosofia/termos-filosoficos-gregos>;

PETRAS (2004) **Os intelectuais: uma crítica marxista aos pós-marxistas**. Revista Plural, Florianópolis, ano 5, n. 8, jul/dez 1996,

PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. *A Teoria de Pierre Bourdieu aplicada às Pesquisas sobre Grande Burguesia* in **Revista de Ciências Humanas** Editora EDUFSC, abril/2004

POSTONE, Moishe **Teorizando o mundo contemporâneo**. São Paulo Revista Novos Estudos CEBRAP, n 81, 2008.

ROMERO, Ademar Ribeiro. Capítulo II – Revolução Industrial e mudança tecnológica na agricultura europeia. In: _____. **Meio Ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume. FAPESP. 1998 p.43-93

SALES, Léa; *Estruturalismo: História Definições e Problemas* in **Revista de Filosofia e Ciências Humanas** Editora EDUFSC, Abril/2003.

SARTRE, Jean-Paul. **O Existencialismo é um Humanismo**. Lisboa: Editorial Presença. 1962.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *Aprendizagem da “burdening history”*: Desafios pra *Educação Histórica*. **Revista MNEME -Revista de Humanidades**. Caicó, vol.-16, p.16 a 36, jan/jul 2015; Dossiê Ensino de História

SCOTT, Joan. Gênero uma Categoria Útil de Análise Histórica in **Educação e Realidade**, Vol.20;n.2 (1995)

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra. O corpo e a cidade na civilização ocidental**. 3ª Edição. Editora Record. Rio de Janeiro. 2003.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso**. Rio de Janeiro. Editora Leya. 2017.

THOMPSON, E.P. **A Formação da Classe Operária Inglesa (1963)**. 7ª ed. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1993

VAZ, Alexandre. *Capítulo III Memória e Progresso- Sobre a Presença do Corpo na arqueologia Moderna de Walter Benjamin*. In: SOARES, Carmen Lúcia. Org. **Corpo e História**. São Paulo. Autores Associados. 2001

WAGNER, Roy. *A Presunção da Cultura*. In _____: **A Invenção da Cultura**. São Paulo: Cosac-Naify, 2010, pg. 27-48.